

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Relatório de Gestão 2015

Rio de Janeiro

Março de 2016

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

Relatório de Gestão do exercício 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 146 de 30 de setembro de 2015, da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e das orientações do órgão de controle interno constantes na Portaria CGU nº 500, de 08 de março de 2016.

Rio de Janeiro

Março de 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABER	Associação Brasileira de Estudos Regionais
ALAP	Associação Latino Americana de População
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASA	<i>American Statistical Association</i>
AUD	Auditoria Interna do IBGE
BDA	Banco de Dados Administrativo
BDSGB	Base de Dados do Sistema Geodésico Brasileiro
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAR	Coordenação de Cartografia
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informações
CEGRAD	Coordenação de Graduação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas do IBGE
CETE	Coordenação de Estruturas Territoriais
CGED	Coordenação de Geodésia
CGEO	Coordenação de Geografia
CGS	Comitê de Gestão da Sustentabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADS	Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas
COAGRO	Coordenação de Agropecuária
COATI	Coordenação de Atendimento Integrado
COBAD	Coordenação de Metodologia e Banco de Dados
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças
COIND	Coordenação de Indústria
COINF	Coordenação de Serviços de Informática
COINP	Coordenação de Índices de Preços
COMAR	Coordenação de Marketing
COMEQ	Coordenação de Métodos e Qualidade
CONAC	Coordenação de Contas Nacionais
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
COPEs	Coordenação de Projetos Especiais
COPIS	Coordenação de População e Indicadores Sociais

COPRO	Coordenação de Produção
COREN	Coordenação de Trabalho e Rendimento
COSEC	Coordenação de Serviços e Comércio
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPS	Coordenação de Planejamento e Supervisão
CREN	Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CRM	Coordenação de Recursos Materiais
CTA	Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento
CTIC	Comitê de Tecnologias de Informação e Comunicação
DE	Diretoria-Executiva
DGC	Diretoria de Geociências
DI	Diretoria de Informática
DOU	Diário Oficial da União
DPE	Diretoria de Pesquisas
EAD	Educação a Distância
EGTI	Estratégia Geral de Tecnologias da Informação
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
ESTADIC	Pesquisa Básica de Informações dos Estados
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
GECON	Gerência de Contabilidade
GEPAD	Gerência de Processos Administrativos Disciplinares
GET	Grupo Executivo de Trabalho
GNSS	<i>Global Navigation Satellite System</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IASE	<i>International Association for Statistical Education</i>
IASI	<i>Inter-American Statistical Institute</i>
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG	Informações geoespaciais
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE	Implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA-15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPP	Índice de Preços ao Produtor
ISI	<i>International Statistical Institute</i>

LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MACUV	Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo
MAPGEO	Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
OCI	Órgão de Controle Interno
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PAIC	Pesquisa Anual da Indústria da Construção
PAINT	Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PAM	Pesquisa de Agricultura Municipal
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDA	Assistentes Pessoais Digitais
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde Escolar
PEPS	Pesquisas de Especificação de Produtos e Serviços
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PEVS	Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIMES	Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBMC	Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RCB	Revista Brasileira de Cartografia
RCD	Resolução do Conselho Diretor
REBEP	Revista Brasileira de Estudos de População
REGCI	Estatísticas de Registro Civil
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SBC	Sociedade Brasileira de Computação
SCN	Sistema de Contas Nacionais
SDA	Sistema de Dados Administrativos
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SIAD	Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
Sigestão	Sistema Integrado de Gestão
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPD	Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TDIEG	Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSU	Taxa de Satisfação dos Usuários
UE	Unidade Estadual
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UG	Unidade Gestora
UGO	Unidade Gestora Orçamentária

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Desempenho dos Objetivos Estratégicos	36
Quadro 2 – Desempenho das Metas	36
Quadro 3 – Identificação da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos.....	37
Quadro 4 – Identificação da Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	44
Quadro 5 – Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações	50
Quadro 6 – Identificação da Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos.....	52
Quadro 7 – Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	54
Quadro 8 – Restos a Pagar – Ação Censos Demográfico e Agropecuário	60
Quadro 9 - Despesas por Modalidade de Contratação	61
Quadro 10 - Despesas por grupo e elemento de despesa	62
Quadro 11 – Indicadores de Desempenho.....	67
Quadro 12 – Força de Trabalho da Unidade	87
Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	87
Quadro 14 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	88
Quadro 15 – Despesas do Pessoal	90
Quadro 16 - Composição do Quadro de Estagiários	92
Quadro 17 - Média Anual de Quilômetros Rodados por Tipo de Combustível nas Unidades do IBGE94	
Quadro 18 – Despesas com Manutenção da Frota de Veículos	94
Quadro 19 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União	97
Quadro 20 – Distribuição Geográfica dos Imóveis Locados de Terceiros	98
Quadro 21 – Número e percentual de servidores com abono permanência no Programa Novo Tempo, por edição	111
Quadro 22 – Quantidade arrecadada na campanha do agasalho 2015	111
Quadro 23 – Quantidade arrecadada na campanha de Natal 2015.....	111
Quadro 24 – Quantidade arrecadada na campanha de atenção e	111
Quadro 25 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	115
Gráfico 1 – Número de Objetivos Estratégicos por nível de desempenho.....	28
Gráfico 2 – Percentual de Realização dos Objetivos Estratégicos.....	30
Gráfico 3 – Número de Metas por nível de desempenho	30
Gráfico 4 – Percentual de Realização das Metas	31
Gráfico 5 - Quantidade de resultados planejados e concluídos por macroprocesso	63
Gráfico 6 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2010-2015.....	68
Gráfico 7 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas	68
Gráfico 8 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e.....	69
Gráfico 9 - Evolução do quadro de servidores do IBGE por ano (2010-2015).....	88
Gráfico 10 - Evolução do quadro de aposentadorias concedidas	89
Gráfico 11 – Variação do Consumo Mensal de Água e Energia Elétrica (2015/2014)	110
Figura 1 – Organograma funcional do IBGE	22
Figura 2 – Painel Estratégico dos Macroprocessos e Objetivos Estratégicos	32
Figura 3 – Modelo de monitoramento, avaliação e atualização do plano estratégico.....	35
Figura 4 - Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2013.....	39
Figura 5 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas	40
Figura 6 – Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros.....	41

Figura 7 – Mapa Político do Brasil - 2015	46
Figura 8 – Modelo de Ondulação Geoidal – MAPGEO 2015	47
Figura 9 - Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil	47
Figura 10 – Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra 2000 – 2010 – 2012.....	48
Figura 11 – Relatório de Procedimentos Instaurados registrados no Sistema CGU/PAD.....	78
Figura 12 – Cronograma de Pagamento do IBGE.....	116

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas	117
Anexo 2 - Macroprocessos Finalísticos	119
Anexo 3 – Macroprocessos e Objetivos Estratégicos referentes ao Plano Estratégico do IBGE para o ano de 2015.	123
Anexo 4 – Demonstrações Contábeis.....	131
Anexo 5 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade	146

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE	19
1.1. Finalidade e competências.....	19
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade.....	19
1.3. Ambiente de atuação.....	20
1.4. Organograma	21
1.5. Macroprocessos finalísticos.....	22
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	27
2.1. Planejamento organizacional.....	27
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	27
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	28
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	34
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	34
2.3. Desempenho orçamentário.....	37
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	37
2.3.1.1. Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da Unidade – OFSS.....	37
2.3.1.1.1. Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos.....	37
2.3.1.1.2. Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos.....	44
2.3.1.1.3. Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações.....	50
2.3.1.1.4. Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos.....	52
2.3.1.1.5. Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências.....	54
2.3.1.2. Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	60
2.3.1.2.1. Ação Censos Demográfico e Agropecuário.....	60
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	61
2.3.3. Informações sobre a execução das despesas.....	61
2.4. Desempenho operacional.....	63
2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	66
3 GOVERNANÇA.....	70
3.1. Descrição das estruturas de governança.....	70
Conselho Diretor.....	71
Auditoria Interna.....	71
3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados.....	73
Conselho Diretor.....	75
3.3. Atuação da unidade de auditoria interna.....	77

3.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	78
3.5. Gestão de riscos e controles internos	79
4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	82
4.1. Canais de acesso do cidadão.....	82
4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	83
4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	83
4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	83
5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	84
5.1. Desempenho financeiro do exercício	84
5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	84
5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	85
5.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	85
6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	87
6.1. Gestão de pessoas	87
6.1.1.Estrutura de pessoal da unidade	87
6.1.2.Demonstrativo das despesas com pessoal	90
6.1.3.Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	91
6.1.4.Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	92
6.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	93
6.2.1.Gestão da frota de veículos	93
6.2.2.Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	95
6.2.3.Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	95
6.2.4.Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	97
6.2.5.Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	97
6.3. Gestão da Tecnologia da Informação	98
6.3.1.Principais sistemas de informação	98
6.3.2.Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	107
6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	109
6.4.1.Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras..	112
7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	113
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	113
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI).....	114

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	115
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	115
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	116

APRESENTAÇÃO

De acordo com a Lei nº 5.878 de maio de 1973, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável por “assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional”.

Por ser a informação um recurso cada vez mais essencial na moderna sociedade do conhecimento e por ser o IBGE uma instituição que pauta pela qualidade da informação por ela gerada, o Instituto conta com o reconhecimento da sociedade pela importância de seu produto.

Nesse contexto, o Relatório de Gestão vem a ser um dos principais instrumentos que viabilizam o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público, apresentando e analisando os aspectos inerentes ao processo institucional e às práticas e técnicas de gestão ocorridas no exercício que propiciaram a produção e a disseminação das informações para a sociedade em geral.

A Instituição buscou nas disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015 e da Portaria Controladoria Geral da União (CGU) nº 500, de 08 de março de 2016, o embasamento teórico-normativo para a elaboração do Relatório de Gestão 2015.

O conteúdo do presente documento está apresentado conforme a estrutura definida no Anexo Único da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015. Além dessa apresentação, o relatório foi dividido da seguinte forma: (i) a Visão Geral da Unidade é apresentada na seção 1; (ii) o Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional são detalhados na seção 2; (iii) a Governança é analisada na seção 3; (iv) O Relacionamento com a Sociedade é apresentado na seção 4; (v) o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis são resumidos na seção 5; (vi) as Áreas Especiais de Gestão são examinadas na seção 6; (vii) a Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle são apresentadas na seção 7; (viii) por fim, os anexos e apêndices complementam e elucidam, por meio de quadros e tabelas, os temas desenvolvidos no relatório.

Ressalte-se, ainda, que este relatório é resultado de um trabalho coletivo, que integrou diversas equipes da Instituição, sendo as informações a expressão do IBGE como um todo.

A seguir destacam-se algumas informações e atividades que dizem respeito às principais realizações da gestão da instituição no exercício, que foram importantes na execução e aprimoramento do seu plano de trabalho:

- O IBGE atualizou o Sistema de Contas Nacionais (SCN), que passou a utilizar novas referências internacionais e que agora, portanto, representa mais adequadamente a situação econômica brasileira com as possibilidades de comparação internacional.
- Iniciou-se a divulgação trimestral, para as 27 Unidades da Federação, de estatísticas sobre o funcionamento do mercado de trabalho, por meio de um conjunto amplo de indicadores sobre força de trabalho, produzidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).
- No âmbito das informações geocientíficas foi divulgado o mapa e relatório referentes às “Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra 2000 – 2010 – 2012”, um produto marcante que vai permitir não apenas o monitoramento do território brasileiro, de suas condições ambientais, mas

também será fundamental para a implementação do Sistema de Contabilidade Econômica Ambiental e acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), tema no qual o IBGE está cada vez mais inserido.

- Pela primeira vez, o Brasil sediou dois eventos internacionais, onde o IBGE foi a instituição organizadora no primeiro e participou da organização no segundo: o Congresso Internacional de Estatística e o Congresso Mundial de Cartografia. Ambos os eventos foram fundamentais para as duas áreas de atuação da instituição, que puderam mostrar não somente o que é produzido pelo IBGE, o que é produzido pelo Brasil, mas também tiveram a oportunidade de aprender e interagir com pesquisadores do mundo inteiro.
- Outra marca do exercício, foi a relevância crescente do IBGE diante da sociedade brasileira. Isso se expressou nos mais de 50 milhões de atendimentos à sociedade feitos em todo o país, por meio dos serviços de atendimento e do Portal na internet, onde os cidadãos tiveram acesso a toda produção já disseminada, com a credibilidade e com a transparência que a instituição trabalha, com suas metodologias internacionais e com informações que são fundamentais, não só para a política pública, mas também para o exercício da cidadania.
- Destaca-se, também, que o ano de 2015 é especialmente marcado pela transição de governo e, conseqüentemente, de término de mais um período do Plano Plurianual (PPA) referente ao caso ao período 2012-2015. A participação do IBGE na elaboração do PPA 2016-2019 realizada no exercício reflete prioridades, objetivos e desafios a serem enfrentados pela nova administração do país. Na ocasião, o IBGE assumiu um objetivo estratégico dentro do Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, qual seja, o de “Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos”.

Num ano em que o país, de modo geral, enfrentou dificuldades decorrentes do ambiente de restrição fiscal existente, o IBGE teve suas atividades regulares mantidas. Durante o exercício foi possível executar as principais ações do programa de trabalho, deixando a instituição satisfeita por ter conseguido entregar à sociedade brasileira as informações que produz com a excelência de sempre. Vale registrar que isso foi possível dada à dedicação, o esforço e competência de seu corpo técnico, hoje claramente reduzido.

1 Visão Geral da Unidade

1.1. Finalidade e competências

O IBGE é uma instituição da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que tem por missão “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica, socioeconômica e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ao IBGE coordenar as atividades do sistema estatístico nacional, e as de natureza geográfica e cartográfica, bem como realizar levantamentos e estudos nesses campos para assegurar informações necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País. Tais competências visam, especificamente, ao planejamento econômico e social e à segurança nacional, constituindo-se assim como principal provedor de dados e informações imprescindíveis ao diagnóstico e monitoramento da dinâmica econômica, demográfica, social, política e espacial da sociedade brasileira.

Cabe ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG); atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade

Normas de Criação e Alteração

O IBGE foi instituído nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. Rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado na Portaria MP nº 215, de 12 de agosto de 2004, e publicado no DOU nº 156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura do IBGE

O IBGE conta com um Sistema de Atos Administrativos (SIAD), disponível na intranet, que agrega os atos administrativos, estabelecidos no seu Regimento Interno, classificados por data, assunto, órgão, tipo de ato e situação, conformando as normas regulamentadoras da gestão e estrutura organizacional da instituição.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades do IBGE

O portal do IBGE na internet¹ mantém disponibilizado, para toda a sociedade, os produtos e serviços da instituição, as informações sobre metodologias e tecnologias utilizadas nas diversas atividades que desenvolve, bem como dá transparência aos processos de contas anuais dos quais este Relatório de Gestão faz parte.

¹ <http://www.ibge.gov.br>

Em relação à gestão, cabe também informar que, paralelamente à distribuição aos líderes estratégicos do Órgão, todos os relatórios se encontram disponíveis a todos os servidores, na rede interna do IBGE, precisamente no portal da Diretoria-Executiva.

1.3. Ambiente de atuação

O IBGE é o órgão oficial de informações estatísticas e geocientíficas do Brasil. Sua atuação está ligada fundamentalmente à produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas públicas, em escala nacional, sendo a única instituição com tal tipo de responsabilidade e foco de atuação.

A particularidade e a relevância de seu papel institucional deve-se ao fato de a instituição produzir essas informações como *bens públicos*, cabendo, portanto ao Estado a responsabilidade de garantir seu provimento, e ao IBGE de disponibilizá-las gratuitamente a toda a sociedade, com regularidade, transparência e no tempo devido. Não por outra razão, a quantidade, diversidade e abrangência espacial das informações produzidas pelo IBGE não encontram similaridade expressiva com produtos oferecidos por outras empresas e instituições, o que as tornam de essencial importância para, no contexto atual de interiorização do desenvolvimento do país, dar suporte à concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da efetividade de praticamente todas as políticas públicas e programas governamentais, bem como das decisões privadas.

Para tanto, o IBGE deve ter, no ato de produzir e disseminar estes bens públicos, independência técnica e institucional em relação aos organismos políticos e administrativos e a outras interferências externas, com a finalidade de garantir a qualidade e a credibilidade dos dados retratados que disponibiliza ao exercício da cidadania, como consta da sua missão.

No horizonte de atuação estratégica da instituição é inevitável mencionar as oportunidades e ameaças quanto à atuação do IBGE. Dentre as oportunidades de maior relevância destacam-se:

- 1) Avançar no uso estatístico de registros administrativos como uma alternativa eficiente e menos custosa do que a coleta direta tradicional das pesquisas, utilizando dados administrativos que já foram coletados por outros órgãos governamentais para complementar a produção estatística e geocientífica;
- 2) Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável;
- 3) O crescimento da demanda por informações para atender as políticas públicas e para o acompanhamento de acordos, protocolos e conferências internacionais.
- 4) Desenvolver o uso intenso e emergente de informações geoespaciais integradas às estatísticas, em resposta à crescente demanda pública e privada por informações, especialmente as georreferenciadas, conforme ganha complexidade a estrutura econômica e social do país, com a progressiva interiorização do desenvolvimento.
- 5) O uso das tecnologias digitais e de geoprocessamento na captura e tratamento das informações, como também das informações geradas por seu uso cada vez mais generalizado.

Cabe salientar que tais oportunidades contribuem, também, para se consolidar a excelência de nossa rede de unidades descentralizadas, de forma a garantir a presença nacional da instituição e expandir o atendimento ao cidadão com as informações que usam e prestam ao IBGE. Permitem, ainda, com a relevância, consistência e abrangência de nossas pesquisas e levantamentos, que a instituição seja cada vez mais reconhecida e valorizada internacionalmente pelo que produz e dissemina.

Com relação às ameaças mais impactantes, merecem ser apontadas pela relevância que tiveram e ainda têm:

- 1) A reposição insuficiente do quadro de servidores, frente às elevadas aposentadorias, tem atualmente dificultado a execução do plano de trabalho institucional. Em se mantendo o atual quadro, as atividades do IBGE poderão ficar bastante prejudicadas. É, portanto, imperioso garantir a autorização de concursos para a incorporação imediata de novos quadros de maneira a se evitar riscos concretos de cortes nas pesquisas e a ocorrência de erros de dados levantados e nos resultados divulgados;
- 2) Pressões por maiores volumes de informação, cobrindo novos temas, com maior detalhamento temático e espacial, maior frequência e menor prazo, em um contexto já mencionado de restrição de recursos e carência de pessoal; e
- 3) Dificuldade de obter informações básicas e cooperação dos informantes e de estabelecer parcerias para acesso a registros administrativos.

Importante uma vez mais salientar que, apesar das dificuldades enfrentadas, o IBGE conseguiu alcançar os objetivos previstos em seu plano de trabalho ao longo de 2015, e segue na definição de estratégias, cujo intuito é desenvolver ações para prevenir e reduzir os impactos dessas ameaças.

1.4. Organograma

O estatuto do IBGE define sua natureza, finalidade, estrutura organizacional e competências. A estrutura organizacional compreende: i) órgãos colegiados de direção superior; ii) órgão de assistência direta e imediata ao presidente; iii) órgãos seccionais; iv) órgãos específicos singulares; e v) órgãos descentralizados.

Dos órgãos colegiados de direção superior fazem parte os Conselhos Técnico, Diretor e Curador. Suas atribuições e competências estão relacionadas à formulação e apreciação de proposições voltadas ao interesse institucional, coordenação das atividades dos órgãos, fiscalização, acompanhamento e controle da gestão patrimonial.

O órgão de assistência direta e imediata ao presidente está representado, na estrutura organizacional, pelo Gabinete cuja competência é prestar assistência ao presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

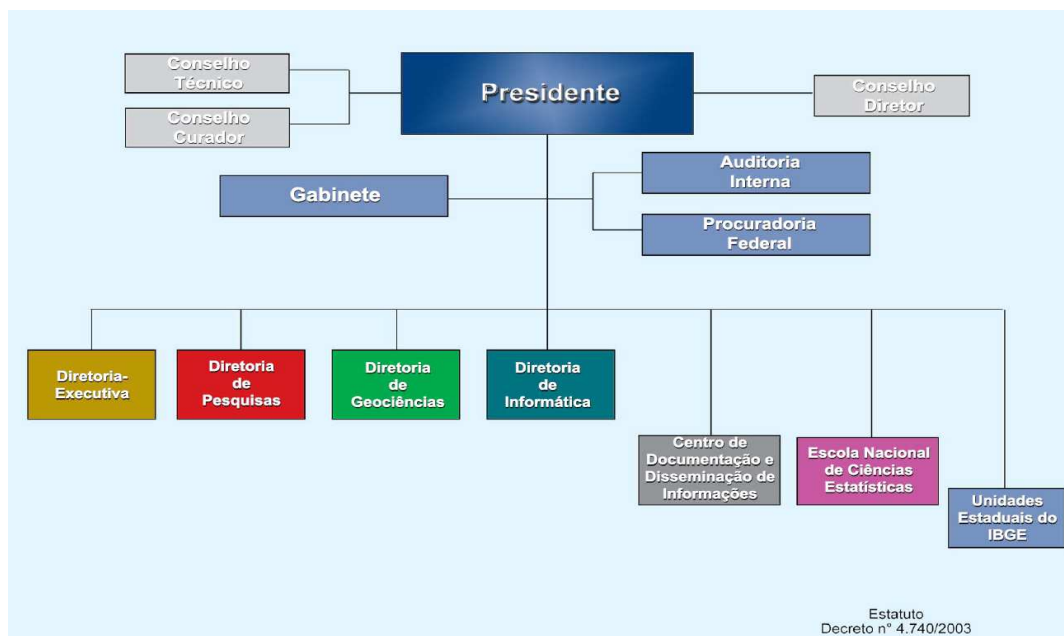
Ainda na função de assessoria estão os órgãos seccionais Auditoria Interna (AUD), Procuradoria Federal e a Diretoria-Executiva. À Auditoria compete fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas. À Procuradoria Federal compete representar judicial e extrajudicialmente a instituição e prestar assessoria jurídica aos demais órgãos e à Diretoria-Executiva compete exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a coordenação, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Dos órgãos específicos singulares fazem parte a Diretoria de Pesquisas (DPE), a Diretoria de Geociências (DGC), a Diretoria de Informática (DI), o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

Os órgãos descentralizados compreendem as Unidades Estaduais sediadas em cada uma das capitais brasileiras e a elas compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da instituição no âmbito de sua jurisdição.

As informações referentes às áreas e subunidades estratégicas do IBGE encontram-se no anexo 1. A figura 1 apresenta o Organograma funcional da Instituição.

Figura 1 – Organograma funcional do IBGE



1.5. Macroprocessos finalísticos

O planejamento estratégico 2012-2015 do IBGE contempla oito macroprocessos relacionados às atividades primárias (de negócio) da Instituição, ou seja, à produção de bens ou serviços e à logística de entrega de seus estudos e levantamentos estatísticos e geocientíficos para o Governo e a sociedade.

A descrição desses macroprocessos, os produtos e serviços, os principais clientes e as unidades responsáveis encontram-se no anexo 2.

Para o cumprimento de atividades relacionadas aos macroprocessos finalísticos, o IBGE contou com parcerias estratégicas e fundamentais em 2015. São elas:

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

A parceria visa atualizar as informações sobre o desenho institucional dos vários serviços públicos oferecidos nos municípios brasileiros relacionados à temática de vigilância sanitária na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de forma a permitir a ANVISA avançar em estratégias que induzam a melhoria da gestão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), de acordo com os princípios e as diretrizes organizativas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

A parceria visou regulamentar a cooperação técnico-científica entre o CEFET/RJ e a ENCE, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, nos seguintes setores: Intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos; atividades de pesquisa em temas de interesse em comum; cessão mútua de recursos laboratoriais; formação de pessoal em nível de pós graduação (mestrado e doutorado); intercâmbio de professores.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)

O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012, foi uma iniciativa do Governo Federal, estando sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República. O Plano tem por objetivo garantir segurança às populações que vivem em áreas suscetíveis a ocorrências de desastres naturais. As ações preventivas abrangiam, em 2012, cerca de 821 municípios que respondiam por 94% dos óbitos em todo o país. Dentre esses, 286 municípios foram selecionados como prioritários, por demandarem ações adicionais devido ao seu nível crítico. Nesse contexto, foi estabelecido que a CPRM produziria o mapeamento temático, na escala de 1:25.000, de suscetibilidade a processos de movimentos de massa, enchentes e inundações. Por indicação do MP, coube ao IBGE inventariar os insumos cartográficos existentes e realizar a avaliação da qualidade posicional desses produtos, a fim de certificar-se de que os mesmos atendem às necessidades da produção do mapeamento de suscetibilidade na referida escala.

O projeto não está indicado no Planejamento Estratégico do IBGE (2012 – 2015), pois o IBGE passou a participar desse Plano a partir de julho/2012, integrando um grupo interministerial composto pela Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Integração Nacional (Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, e Defesa Civil); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE); Ministério de Minas e Energia (CPRM) e Ministério das Cidades.

Para o PPA 2016 – 2019, o IBGE foi contemplado no Programa 2040: Gestão de riscos e desastres, com a iniciativa 04R4 (IBGE) – “coordenação da obtenção, validação e disponibilização das bases cartográficas junto aos órgãos federais, estaduais e municipais para apoiar os mapeamentos”. Essa iniciativa está inserida na meta 0438 – “elaborar mapeamentos de suscetibilidade a inundações e deslizamentos em 309 municípios”, a ser executada pela CPRM até 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Por meio da cooperação entre os partícipes, houve a execução do Programa de Demanda Social e do Programa de Apoio à Pós-Graduação, segundo as normas contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 – “Concessão de Bolsas de estudo no País”, integrante do Programa de Governo 2032 – “Educação Superior - Graduação, Pós Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão”.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

A parceria visou à realização de ações conjuntas de capacitação de servidores públicos para o aperfeiçoamento da gestão pública e da qualidade dos serviços públicos. Cooperação entre os partícipes para oferta e realização dos cursos constantes no plano de trabalho, com intuito de ampliar as oportunidades de capacitação para servidores públicos localizados próximos à área geográfica de atuação da instituição parceira.

Estado do Amapá

Contando com o intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e a interveniência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a parceria visa restabelecer e densificar as Redes Geodésicas no Estado do Amapá conforme normas e especificações técnicas do IBGE em vigor, abrangendo a área estadual ao longo das principais rodovias estaduais e federais, no sentido de apoiar a Política Cartográfica e o Plano Cartográfico do Estado do Amapá, subsidiar a definição de políticas públicas adequadas à sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental, o mapeamento de risco e resposta a

desastres, o apoio à implantação de Usinas Hidroelétricas e o apoio ao mapeamento do estado nas escalas de 1:50.000 e 1:25.000.

Estado do Maranhão

Cooperação técnica com o objetivo de estabelecer normas e procedimentos entre o Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, com a assessoria do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, e o IBGE, visando os trabalhos referentes à consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado do Maranhão.

Para o IBGE é importante a identificação de ações que orientem a melhor representação e atualização da divisão territorial do país, tendo em vista a utilização de novas tecnologias nos processos e atividades de atualização da base territorial para os censos e pesquisas estatísticas. Assim, o IBGE tem auxiliado tecnicamente o Estado do Maranhão na revisão geral da sua divisão político-administrativa através da atualização dos memoriais descritivos dos limites municipais com pontos definidos por coordenadas vinculadas ao sistema geodésico brasileiro, que permitam ao órgão técnico do Estado, se necessário, a materialização dos limites anteriormente representados por linhas imaginárias, visando consolidar os limites municipais.

Estado do Rio de Janeiro

Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 2011 entre o IBGE e o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), prevendo a elaboração da base cartográfica vetorial contínua na escala de 1:25.000, com a contrapartida da SEA na contratação de uma empresa para executar 65% da restituição. Após a repactuação de prazos foi acordado o término do projeto em dezembro/2016. Em 2015 o IBGE concluiu as categorias de altimetria, hidrografia e sistema de transporte.

Institutos Estaduais de Estatística ou Órgãos de Planejamento (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo; Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Instituto Jones dos Santos Neves do Espírito Santo; Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe; Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás; Fundação João Pinheiro de Minas Gerais; Secretaria de Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação do Mato Grosso; Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará; Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Rondônia; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima; Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins)

O IBGE em parceria com diversos institutos estaduais de estatística ou órgãos de planejamento realizou acordos de cooperação técnica para a elaboração das projeções de população estadual e para o aprimoramento metodológico das estimativas das populações municipais, promovendo discussões sobre as metodologias utilizadas, buscando a adoção de metodologia comum, definindo os parâmetros a serem empregados, bem como as hipóteses a serem estabelecidas para a elaboração das projeções de população estadual, no âmbito da construção e consolidação do Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais.

Instituto Lemann

A parceria entre o IBGE e o Instituto Lemann propiciou a orientação, capacitação e treinamento de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em temas relacionados à crítica, imputação, disseminação e análise de dados educacionais produzidos pelo IBGE.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre os partícipes, visando o desenvolvimento e a execução de ações conjuntas para normalização, suporte a análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas (IG) no Brasil. A parceria contribuirá para o acesso, o uso e o aprimoramento de informações e procedimentos relativos à delimitação da área geográfica das IG e aspectos correlatos em conformidade com o Sistema Cartográfico Nacional e a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), permitindo, ainda, a capacitação dos recursos humanos internos INPI/IBGE, no que diz respeito às informações pertencentes ao registro de IG.

Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Através de Termo de Execução Descentralizada, o IBGE atuou em parceria com MEC e MDS para a inclusão da investigação suplementar sobre a primeira infância para crianças menores de quatro anos de idade na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em 2015, além do questionário básico, investigado anualmente, a PNAD será complementada pela investigação adicional de um tema, cujos dados darão subsídios para a publicação do Suplemento Cuidados na Primeira Infância.

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

A parceria com o MPA visa a inclusão da atividade de aquicultura na Pesquisa da Pecuária Municipal. A pesquisa passaria a considerar a produção e os preços recebidos pelo produtor de animais aquáticos criados em cativeiro, com finalidade comercial, em nível municipal em todo o território nacional. Esse estudo inclui a criação de peixes, anfíbios, mariscos e moluscos, em água doce ou salgada, jovens ou adultos. A criação de peixes ornamentais e estabelecimentos de pesque-pague estão excluídos do âmbito da pesquisa.

Ministério da Saúde (MS)

Através de Termo de Execução Descentralizada, o IBGE atuou em parceria com o MS objetivando o aperfeiçoamento do SUS/SNVS com vistas à realização da coleta de dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (PeNSE).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Para conhecer os dados sobre a rede privada de atendimento socioassistencial no País, o IBGE, em parceria com o MDS, realizou a segunda edição da Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos em duas etapas. A Etapa I, com resultados referentes a 2013 e divulgados em 2014, orientou-se por verificar e atualizar dados cadastrais, mapear as entidades da rede privada que pertencem à área de atuação da assistência social, e examinar um conjunto de informações básicas. A Etapa II se refere às informações coletadas no período de 2014 e 2015 compreendendo uma gama bem mais ampla e detalhada de estatísticas sobre a atuação, a estrutura e o funcionamento dessas entidades.

Ministério do Esporte

A parceria entre o IBGE e o Ministério do Esporte, reflete-se na inclusão do suplemento de esporte na pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC), na MUNIC 2016 e na PNAD. Essas inclusões têm como objetivos contribuir com a criação de uma série histórica sobre a situação institucional da

política do esporte e levantar dados sobre o tema que possibilite a elaboração de um diagnóstico da situação atual do esporte no Brasil.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

A parceria visou a inclusão de um suplemento sobre sindicalização junto à PNAD, e tem como objetivo a produção de informação a nível nacional que subsidie a atuação de diversos grupos da sociedade e o melhor planejamento do Ministério do Trabalho e Emprego em políticas públicas de emprego e renda.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)

A parceria entre o NIC.br e o IBGE possibilitou realizar atividades de pesquisas amostrais sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil e desenvolver ações de capacitação de pessoas e produção acadêmica nas áreas de metodologias de pesquisa e estudos estatísticos.

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Cooperação Técnica entre a UEA e o IBGE visando o estabelecimento das condições de colaboração para instalar e manter em atividade as estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) dos Sistemas *Global Navigation Satellite System* (GNSS) localizadas em unidades da UEA nos seguintes municípios: Manaus, Itacoatiara, Coari, Tabatinga, Boca do Acre, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã.

As estações implantadas através dessa parceria permitem que qualquer usuário possa se utilizar dos recursos dos Sistemas GNSS para um posicionamento preciso, seja para fins estáticos ou cinemáticos, que pressupõem o uso da técnica em seu aspecto diferencial (relativo) através da determinação de coordenadas de novas estações a partir da observação simultânea de satélites nas estações conhecidas e a determinar.

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Cooperação Técnica entre a UFSM e o IBGE visando o estabelecimento das condições de colaboração para se manter em atividade a RBMC da estação Santa Maria, implantada pelo IBGE através de parceria anterior, no ano de 2002, nas dependências da UFSM, no Estado do Rio Grande do Sul.

A cooperação permitirá ao IBGE a oportunidade de enriquecimento da base de dados de natureza geodésica, coordenada pelo Projeto Base de Dados do Sistema Geodésico Brasileiro (BDSGB), através do desenvolvimento tecnológico advindo desta parceria, e a UFSM o estabelecimento de uma “área experimental” onde possa desenvolver adequadamente as atividades didáticas, sendo que os resultados obtidos serão aplicados diretamente nos seus programas de graduação e pós-graduação e outras atividades de pesquisa científica de extensão na área de Geodésia e georreferenciamento.

2 Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

2.1. Planejamento organizacional

O IBGE, empenhando-se em aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao governo através do alcance da visão de futuro definida pelo Instituto, sempre pautado nos valores de ética, transparência, responsabilidade, imparcialidade e excelência, elaborou o Planejamento Estratégico 2012-2015. Ao buscar a construção de um instrumento foram considerados aspectos imprescindíveis para o sucesso estratégico, como missão, visão, valores, condicionantes estratégicos e fatores críticos de sucesso, além do importante envolvimento de todas as áreas da Instituição na formulação e no acompanhamento das diretrizes, objetivos, metas e resultados.

O Plano Estratégico, documento que é resultado desse processo maior de planejamento, define os objetivos, metas e resultados, alocados dentro de macroprocessos institucionais definidos pela cadeia de valor, que devem ser observados pelo IBGE para o alcance da visão de futuro estabelecida. Por força do dinamismo exigido pelo ambiente de atuação, anualmente são revistos objetivos, metas e resultados para possibilitar a atualização e contextualização aos condicionantes estratégicos existentes.

A estrutura do Plano Estratégico do IBGE para o período de 2012-2015 é composta por 12 macroprocessos, cada qual formado por objetivos estratégicos, que totalizam 84; 444 metas e 1.036 resultados. No anexo 3, encontram-se dispostos os macroprocessos e objetivos estratégicos para o ano 2015. Para a consulta na íntegra do Plano Estratégico do Instituto, acessar o endereço eletrônico abaixo:

http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/planejamento_estrategico_ibge_2012_2015.pdf

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

No PPA 2012-2015 o IBGE não consta como responsável por Programas Temáticos de governo, nem responde diretamente por Objetivos Estratégicos a eles vinculados.

A contribuição da Instituição para o PPA se dá por meio de iniciativas, onde desenvolve suas ações orçamentárias, para os seguintes programas e objetivos:

A) 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Para o Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, o IBGE contribui para o Objetivo “0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado”, por meio das seguintes Iniciativas:

- Iniciativa 029O - Universalização do uso das informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira;
- Iniciativa 029Q - Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências.

Contribui, ainda, para o Objetivo “0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas”, por meio meta “03PD - Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais”, de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

B) 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Para o Programa Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, o IBGE contribui, através da ENCE, para o Objetivo “0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil”, por meio da seguinte Iniciativa:

- Iniciativa 0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.

Quanto aos principais resultados alcançados no período, referentes ao planejamento estratégico, as informações estão dispostas no subitem 2.4. “Desempenho Operacional”.

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

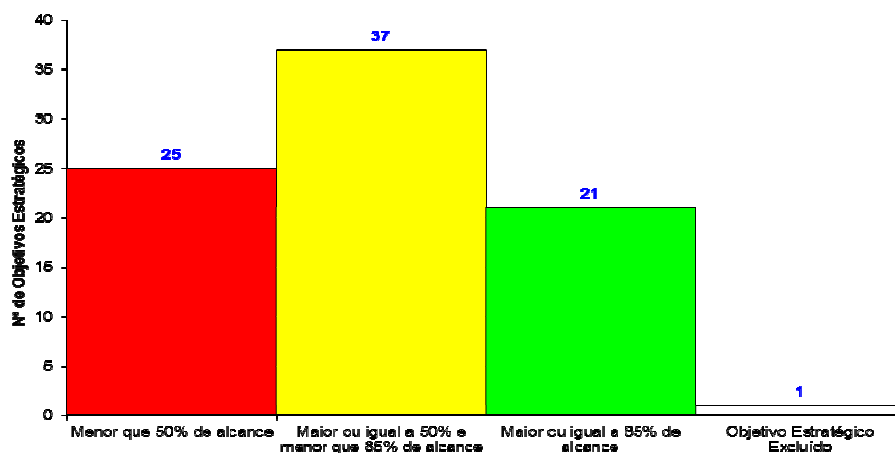
O planejamento estratégico cristaliza as intenções estratégicas de uma instituição, servindo de referencial para todos aqueles que envidam esforços para a realização de sua missão. Em se tratando de uma instituição oficial de produção de informações estatísticas e geocientíficas, como o IBGE, o plano estratégico representa não apenas um direcionamento para os seus servidores, como também um veículo de transparência de suas atividades ao governo e à sociedade.

Este subitem descreve o estágio de implementação do planejamento estratégico do IBGE, que no ano de 2015 foi marcado pelo encerramento do ciclo 2012-2015, cujos resultados globais são apresentados a seguir.

A avaliação global do desempenho considerou a avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados, que, por sua vez, proporcionaram uma análise do grau de realização das metas e, conseqüentemente, do nível de desempenho de cada um dos objetivos estratégicos.

O gráfico 1 foi desenvolvido de modo a identificar o número de objetivos estratégicos por percentual de alcance, divididos em quatro níveis, sendo um deles para os objetivos excluídos.

Gráfico 1 – Número de Objetivos Estratégicos por nível de desempenho



Fonte: Sigestão, 2016.

Os números resultantes do monitoramento do ciclo demonstram que a maior parte dos objetivos estratégicos encerraram com percentual de alcance entre 50% e 85%, seguido de 25 objetivos com desempenho inferior a 50% e 21 objetivos acima de 85%.

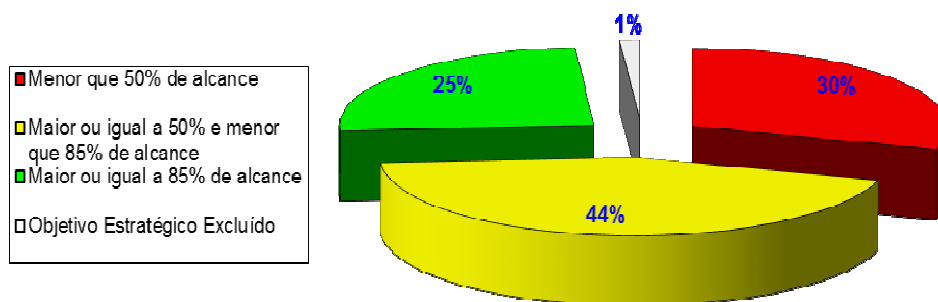
Dos objetivos com desempenho acima de 85%, cabe destacar aqueles que foram concluídos alcançando 100%.

- Os Objetivos 8 e 11, que versam sobre “Aprimorar os padrões de relacionamento com os servidores e os diversos setores da sociedade, de forma a promover a transparência dos trabalhos técnicos e administrativos, a ampliação da participação da sociedade e o fortalecimento da conduta ética do servidor” e “Desenvolver estratégias para tratamento de situações de identificação de erros na divulgação de informações e no mau uso das informações divulgadas” associados, respectivamente, ao Macroprocesso 1, Governança Institucional;
- O Objetivo 5, cujo propósito é “Promover o conhecimento da economia do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e por outras instituições, por meio da divulgação dos resultados correntes do Sistema Síntese: Sistema de Contas Nacionais”, associado ao Macroprocesso 3, Produção de Informações Estatísticas;
- O Objetivo 2, cuja finalidade é “Produzir dados geoespaciais de referência do território nacional, visando à atuação pública na gestão do território e no referenciamento das informações temáticas”, associado ao Macroprocesso 4, Produção de Informações Geocientíficas;
- Os Objetivos 2 e 7, que tratam de “Aprimorar a gestão dos relacionamentos com clientes e informantes, mantendo-os como o principal foco das ações do IBGE no cumprimento de sua missão” e “Ampliar a atuação no campo da Memória Institucional, tendo em vista a preservação da memória e a inserção dos servidores do IBGE na construção de uma memória institucional, reforçando-se de uma identidade ibgeana.”, respectivamente, associados ao Macroprocesso 8, Disseminação de Informações;
- O Objetivo 4, tendo como fim “Fortalecer a gestão administrativa da ENCE, visando melhorar a transparência administrativa, a comunicação, a qualidade dos recursos físicos, humanos e alcançar uma maior eficiência dos processos de trabalho”, associado ao Macroprocesso 9, Ensino Superior, Pesquisa e Extensão; e
- Os Objetivos 5 e 7, que versam sobre “Prover o acesso aos dados armazenados nos diversos sistemas de informação para simplificar e potencializar a análise dos dados pelas áreas usuárias, de forma a facilitar o processo de tomada de decisões organizacionais” e “Gerenciar os processos, serviços de informática e a utilização da infraestrutura de TIC para garantir a integridade, prazos e desempenho na produção de informações administrativas, estatísticas e geocientíficas”, respectivamente, associados ao Macroprocesso 10, Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Cabe destacar, ainda, que o Macroprocesso 12, Gestão Administrativa, teve o segundo Objetivo Estratégico, que trata de “Fortalecer a capacidade de gestão da Rede Nacional do IBGE”, excluído. O fato ocorreu em função dos novos rumos definidos para o projeto com a criação do Grupo de Trabalho Rede IBGE, alterando todo o escopo previsto para esse Objetivo.

Do total de objetivos estratégicos (84) verificou-se, quanto ao cumprimento dos seus resultados, o seguinte desempenho percentual, conforme é apresentado no gráfico 2:

Gráfico 2 – Percentual de Realização dos Objetivos Estratégicos

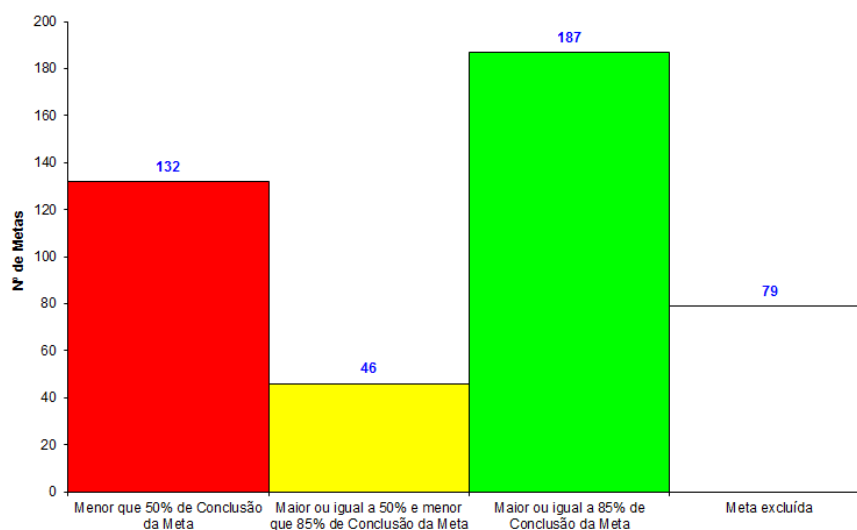


Fonte: Sigestão, 2016.

Interessante observar o desempenho das metas que compõem cada Objetivo Estratégico, pois pode-se identificar uma análise complementar a dos objetivos.

O gráfico 3 foi desenvolvido de modo a verificar o número de metas, do total de 444 que compõem o plano, por percentual de alcance, divididos em quatro níveis, sendo um deles para as metas excluídas no processo de revisão do plano, bem como no encerramento do ciclo.

Gráfico 3 – Número de Metas por nível de desempenho



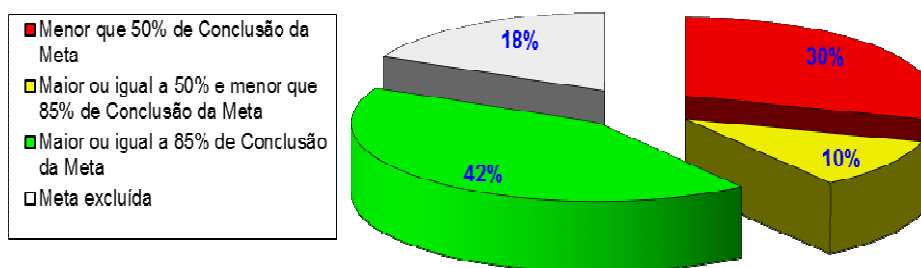
Fonte: Sigestão, 2016.

Os números resultantes do monitoramento do ciclo demonstram que o maior número de metas foi concluído com percentual igual ou superior a 85%; 132 metas ficaram abaixo de 50% de conclusão; e 46 com percentual de conclusão entre 50% e abaixo de 85%. Vale ressaltar, que das 187 metas com percentual igual ou superior a 85%, 184 foram 100% concluídas.

Quanto às metas excluídas, elas totalizaram 79. Ressalta-se que a exclusão de uma meta é o entendimento de que ela não faz mais parte do plano estratégico da instituição, seja pela mudança de uma realidade, seja pela mudança da estratégia em si. Entretanto, cabe destacar que, mesmo a meta não tendo sido mais monitorada, o registro de sua exclusão com a devida justificativa foi mantido e analisado.

Do total de metas, verificou-se, quanto ao cumprimento dos seus resultados, o seguinte desempenho percentual, conforme é apresentado no gráfico 4:

Gráfico 4 – Percentual de Realização das Metas

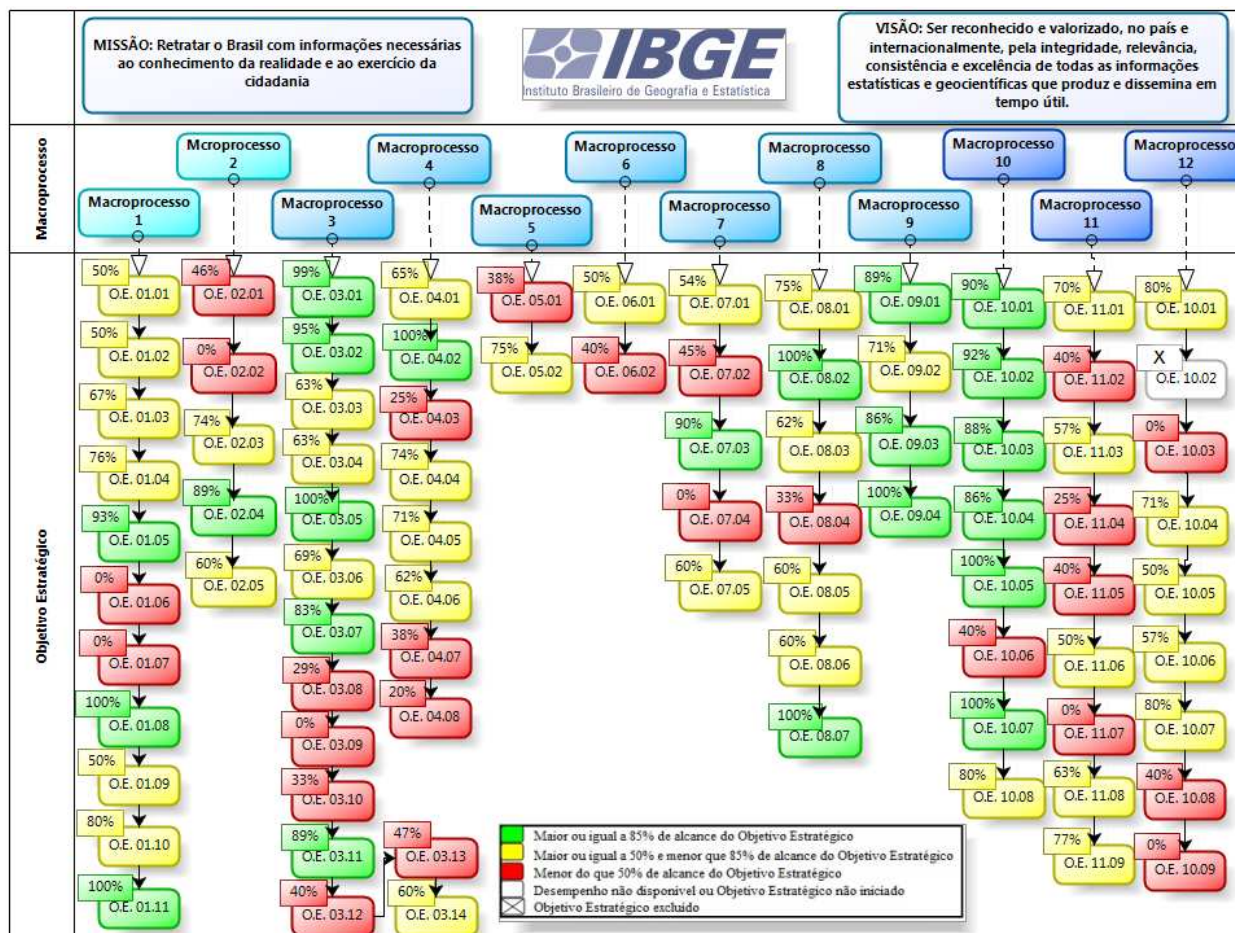


Fonte: Sigestão, 2016.

Como se pode observar, as metas concluídas ou com conclusão de 85% representam o maior percentual no plano. As metas excluídas representam 18%, um percentual considerável, o que comprova a necessidade de registro de suas justificativas para melhor compreensão dos resultados.

De forma geral, os Macroprocessos tiveram um desempenho razoável, considerando os critérios quantitativos adotados. Porém, a situação não é homogênea entre eles, como é possível observar na figura 2, que apresenta o Painel Estratégico dos Macroprocessos e Objetivos Estratégicos. Da mesma forma, a situação não é homogênea entre os diferentes objetivos estratégicos e suas metas, quando é feita a análise do desempenho de cada Macroprocesso e de seus Objetivos Estratégicos.

Figura 2 – Painel Estratégico dos Macroprocessos e Objetivos Estratégicos



Fonte: Sigestão, 2016.

Durante a execução do Plano Estratégico, foram detectadas diversas dificuldades. As principais dificuldades identificadas durante o acompanhamento, prejudicando o andamento ou levando à exclusão foram:

- Recursos Humanos: abrangendo problemas relacionados à falta de pessoal, número de aposentadorias, equipes reduzidas;
- Orçamento: abrangendo problemas relacionados à falta de recursos orçamentários, contingenciamento e problemas de limites;
- Organizações Parceiras: abrangendo dificuldades relacionadas à falta de posicionamento de organizações parceiras como ministérios e estados, ou seja, envolve posicionamento de outros órgãos que fogem ao círculo de influência do IBGE.

Outras dificuldades enfrentadas, relatadas no acompanhamento com menor frequência, mas não menos relevantes, foram:

- Mudança de Projeto: abrangem mudanças no escopo de um projeto, ou mesmo a inclusão de um novo, de modo a não proporcionar sentido a um resultado/meta;

- Atraso na Execução: abrangem problemas diversos que ocasionam atraso na execução das atividades previstas impactando o cumprimento de um resultado/meta;
- Término do Plano Estratégico: abrangem resultados/metaspactadas e excluídas por ultrapassarem o prazo estabelecido para o plano estratégico;
- Decisão Superior: abrangem mudanças na estratégia da instituição, decididas pela alta hierarquia da instituição ou pelo Governo.

Constatou-se que as metas com características predominantemente operacionais, ou seja, aquelas que fazem parte do processo de produção de informações estatísticas e geocientíficas apresentaram um nível de conclusão maior, enquanto as metas com características com vistas à melhoria ou aperfeiçoamento tiveram uma execução menor.

Isso se deve ao fato de que muitas metas de melhoria dependem de variáveis que fogem ao círculo de influência de uma unidade como, por exemplo, uma decisão mais estratégica, a criação e o resultado de um grupo de trabalho ou comitê, ou até mesmo uma atuação mais próxima da alta direção. O mesmo não ocorre com as metas preponderantemente operacionais, onde as mesmas já fazem parte do processo normal de produção de informações e sofrem pouca influência dessas variáveis. Todos os resultados decorrentes da avaliação do plano estratégico 2012-2015 foram analisados e considerados para reflexão estratégica do novo plano estratégico detalhado a seguir.

O exercício de 2015 marcou, ainda, o início da formulação estratégica do próximo ciclo de planejamento estratégico 2016-2020. Com o encerramento do ano, ações para o novo ciclo de planejamento foram iniciadas, com a elaboração de um projeto para a realização de oficinas de planejamento visando à definição dos objetivos estratégicos e a construção do Plano Estratégico para o período 2016-2020.

Em 24 de novembro de 2015, durante o Encontro das Unidades Estaduais foi conduzida uma dinâmica com os Chefes das Unidades Estaduais para reflexão quanto às forças e fraquezas do ambiente interno e as oportunidades e ameaças do ambiente externo. Esta reflexão ofereceu subsídios para a primeira Oficina de Reflexão Estratégica com o Conselho Diretor ampliado (Diretores e seus substitutos), realizada em 15 de dezembro desse ano. A Oficina teve por objetivo promover ampla reflexão da alta administração do IBGE acerca do seu direcionamento de futuro e produzir a versão preliminar das orientações estratégicas para o período 2016-2020, em quatro enunciados: (i) Missão Institucional; (ii) Visão de Futuro; (iii) Valores Organizacionais; e (iv) Objetivos Estratégicos do IBGE. As orientações contribuem para dar foco para à atuação do Instituto e levam em conta os desafios previstos, as mudanças necessárias no ambiente interno e as tendências identificadas no ambiente externo.

Uma segunda Oficina de Reflexão Estratégica com o Conselho Diretor ficou agendada para 18 de janeiro de 2016. Na ocasião a proposta foi o aprofundamento e refinamento das discussões, além da definição das orientações estratégicas do Conselho Diretor que nortearão o novo Plano Estratégico.

A partir daí, serão organizadas Oficinas de Trabalho para promover o alinhamento das orientações estratégicas entre as áreas, o detalhamento dos Objetivos Estratégicos (em termos de resultados associados esperados, indicadores e metas) e a indicação de iniciativas e ações estratégicas a serem desenvolvidas para enfrentar os desafios estabelecidos.

A metodologia de trabalho proposta prevê as seguintes atividades:

- Revisão dos fundamentos estratégicos e das diretrizes organizacionais – missão, valores, fatores críticos de sucesso (direcionadores estratégicos), considerando a análise estratégica do ambiente;

- Definição das grandes escolhas estratégicas – declaração da visão de futuro e seleção dos objetivos estratégicos para os próximos cinco anos, apresentados no mapa estratégico (conforme as perspectivas do *Balanced Scorecard*);
- Formatação do Plano Estratégico 2016-2020, contendo, também, as iniciativas estratégicas priorizadas para alcance dos objetivos (projetos estratégicos).

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Constituição Federal, em seu artigo 21, inciso XV, dispõe sobre a competência da União para organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartográfica no âmbito nacional, tendo sido atribuído ao IBGE, instituição oficial do governo federal brasileiro, as referidas atividades de acordo com o descrito no Decreto nº24.609/34 e no Decreto-Lei nº218/38. Conforme observado no decorrer dessa seção, os planos vinculados ao IBGE obedecem rigorosamente suas competências constitucionais, legais e normativas.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento do Plano Estratégico do IBGE é um exame contínuo realizado pelos gestores, em todos os níveis hierárquicos da instituição, a fim de se observar o andamento e a evolução de cada um dos macroprocessos, objetivos estratégicos, metas, submetas e resultados.

Para que o IBGE pudesse avaliar suas ações estratégicas, monitorar seus resultados e, então, melhorá-los sempre e cada vez mais, foi necessário o desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais de registro histórico único, em que dados e informações pudessem ser transformados em conhecimento. Esse sistema serviu como uma ferramenta gerencial ampla, munindo os gestores de informações capazes de retratar o resultado das ações adotadas.

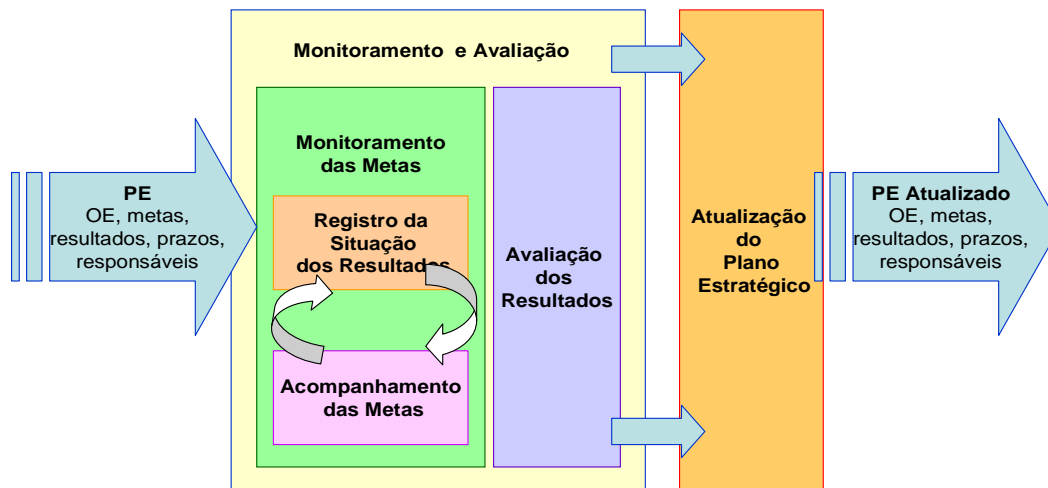
Para atender à complexidade de monitoramento, avaliação e atualização do Plano Estratégico de uma instituição com atividades de pesquisa e geociências de abrangência nacional foi desenvolvido, além do sistema de informações gerenciais, uma metodologia, cujo processo percorre as seguintes etapas:

- Cadastramento das informações: o Plano Estratégico 2012-2015 foi inserido no sistema agrupando-se os objetivos estratégicos e metas por macroprocessos institucionais;
- Associação dos Resultados aos Planos Orçamentários: cada meta e seu resultado foram associados a uma Ação constante do PPA e a um Plano Orçamentário correspondente;
- Monitoramento das Metas: o monitoramento de cada meta foi direcionado aos responsáveis por sua execução. Esta etapa compreende duas atividades: o registro da situação dos resultados, conforme metodologia previamente definida; e o acompanhamento das metas por meio de relatórios emitidos pelo sistema;
- Avaliação dos Resultados: a avaliação deve acontecer em dois momentos: o primeiro, ao final do primeiro semestre, relativo ao semestre vigente; e o segundo, logo após o encerramento do ano, relativo aos 12 meses daquele exercício;
- Atualização do Plano Estratégico: a atualização do Plano Estratégico é conduzida pelo Grupo Executivo de Trabalho (GET), cujos componentes são representantes de cada diretoria. Constitui uma revisão anual e deve ser concluída até o mês de abril de cada ano, durante a vigência do GET. Nesta etapa, os objetivos estratégicos, metas, resultados, responsáveis, unidades envolvidas e prazos estabelecidos são avaliados quanto a pertinência e relevância para

a permanência ou não no Plano Estratégico. Poderão, também, ser incluídos novos objetivos estratégicos e metas para o período e para os exercícios seguintes.

A figura 3 apresenta o modelo delineado, cujo processo de monitoramento é constituído de um ciclo contínuo formado pelas atividades de registro da situação dos resultados e do acompanhamento das metas. A avaliação dos resultados tem como finalidade subsidiar as atividades de atualização do plano.

Figura 3 – Modelo de monitoramento, avaliação e atualização do plano estratégico



Fonte: Manual de Monitoramento do Plano Estratégico, IBGE.

A partir daí, os usuários que também são responsáveis pelas metas têm acesso a uma funcionalidade específica para registro e atualização dos dados. A cada meta não realizada dentro do prazo deverá ser registrado o motivo e as ações adotadas para superar essa dificuldade. Esses dados registrados podem ser obtidos por meio dos relatórios gerados pelo sistema.

Para a avaliação dos resultados foram utilizados critérios quantitativos e qualitativos. A avaliação quantitativa decorre da análise da efetiva entrega ou não dos resultados previstos. A avaliação qualitativa refere-se à análise dos registros dos motivos da não entrega daqueles resultados previstos, bem como das ações tomadas para superar as restrições.






A metodologia adotada permite avaliar não só o cumprimento de cada meta, por meio do acompanhamento da entrega dos resultados, mas, também, dos objetivos estratégicos, por meio do cumprimento das metas a eles associados.

Cabe ressaltar que todas as metas excluídas no processo de revisão do Plano estão registradas nesse relatório, mas não foram consideradas para a análise quantitativa. Essa decisão se motivou pelo fato de o planejamento ser uma atividade dinâmica, que deve acompanhar as mudanças da realidade, e por ficar estabelecido que uma meta excluída não faz mais parte da estratégia de uma área, não devendo, assim, ser considerada na avaliação.

Com a finalidade de auxiliar os gestores na análise crítica do desempenho do plano, foram estabelecidos alguns critérios baseados em percentuais e em um esquema de cores, a saber:

Dos Objetivos Estratégicos: o desempenho de um objetivo é mensurado com base na média do percentual de execução do conjunto de metas a ele associado, obedecendo aos critérios definidos no quadro abaixo.







Quadro 1 – Desempenho dos Objetivos Estratégicos

	Maior ou igual a 85% de alcance do Objetivo Estratégico
	Maior ou igual a 50% e menor que 85% de alcance do Objetivo Estratégico
	Menor do que 50% de alcance do Objetivo Estratégico
	Desempenho não disponível ou Objetivo Estratégico não iniciado
	Objetivo Estratégico excluído

Fonte: Sigestão, 2016.

Das Metas: o desempenho de uma meta é mensurado com base na relação entre os resultados previstos e realizados até o período definido. Cabe destacar que, para as metas cujos resultados ainda estejam em andamento dentro do prazo previsto, ou que não tenham sido iniciados, foi dado um tratamento específico para a análise de sua execução. No quadro abaixo, encontram-se os critérios definidos para a análise das metas.

Quadro 2 – Desempenho das Metas

	Maior ou igual a 85% de Conclusão da Meta
	Maior ou igual a 50% e menor que 85% de Conclusão da Meta
	Menor do que 50% de Conclusão da Meta
	Meta em Andamento Dentro do Prazo
	Desempenho não disponível ou Meta não iniciada
	Meta excluída

Fonte: Sigestão, 2016.

2.3. Desempenho orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.1.1. Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da Unidade – OFSS

2.3.1.1.1. Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos

Quadro 3 – Identificação da Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos

Identificação da Ação						
<i>Código/ Título</i>	20U6 - Pesquisas e Estudos Estatísticos				<i>Tipo:</i>	Atividade
<i>Iniciativa</i>	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.					
<i>Objetivo</i>	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
<i>Programa</i>	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				<i>Tipo:</i>	Temático
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			<i>Restos a Pagar inscritos 2015</i>	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>
40.636.556,00	40.636.556,00	38.368.392,52	35.857.052,97	35.751.062,95	105.990,02	2.511.339,55
Execução Física						
<i>Descrição da meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>	<i>Montante</i>			
			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>	
Resultado divulgado		Unidade	129	-	153	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Meta</i>			
<i>Valor em 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Realizada</i>	
2.964.540,78	2.013.214,84	563.242,37	Resultado divulgado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

Em 2015, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$40.636.556,00, concentrada na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$35.857.052,97, representando 88,24% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$2.511.339,55, o que totaliza a execução da Ação em R\$38.368.392,52, elevando o percentual de execução a 94,42%.

Ilustrando o esforço para obtenção das informações nos mais diversos e distantes pontos do País, verifica-se que as despesas de maior vulto, representando aproximadamente 56%, referem-se a diárias,

locomoção urbana, passagens no País, indenização por trabalho de campo, locação e manutenção de veículos. Destaca-se, também, no exercício de 2015, o gasto de aproximadamente 12,5% do total executado com serviços de informática, essenciais para execução da Ação.

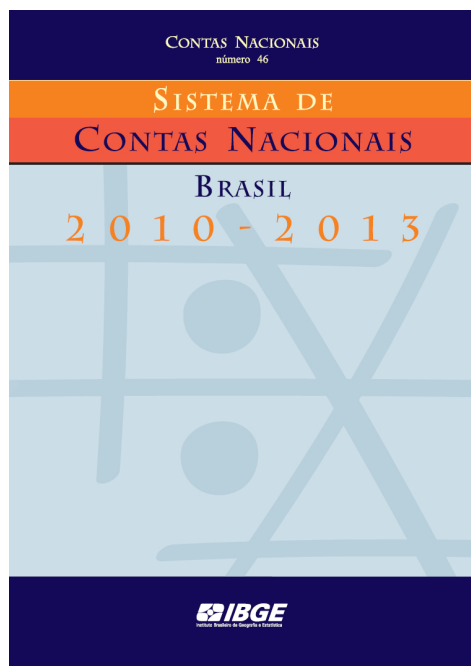
No que tange à meta física, em 2015, os recursos autorizados para a Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos foram suficientes, apenas, para garantir a execução das atividades correntes no IBGE na área de produção estatística. Ao priorizar a alocação de recursos nas atividades correntes, foi possível, portanto, cumprir as metas de divulgação não somente dos 129 resultados reprogramados em função da restrição orçamentária, mas da totalidade dos 153 resultados previstos inicialmente. Cabe ressaltar, entretanto, que tal resultado deu-se em detrimento dos projetos previstos para o exercício, os quais não apresentaram desenvolvimento substancial, uma vez que não receberam os recursos necessários. A exceção dentre os projetos cabe à Implantação da PNAD Contínua que foi concluída em 2015, passando a ser uma atividade corrente em 2016. Os resultados divulgados no ano de análise estão divididos em 141 pesquisas conjunturais e 12 pesquisas estruturais, a saber:

- 16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate - 4, Couro - 4, Leite - 4, Produção de Ovo de Galinha - 4);
- 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques;
- 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA);
- 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM-PF);
- 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS);
- 11 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor (IPP);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPCA);
- 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15);
- 4 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial (IPCA-E);
- 12 resultados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI);
- 12 resultados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME);
- 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC; Pesquisa Anual de Comércio – PAC; Pesquisa Anual de Serviços – PAS; Pesquisa da Agricultura Municipal – PAM; Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS; Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM; Pesquisa Industrial Anual – PIA);
- 2 resultados das pesquisas estruturais sociodemográficas (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais/Municipais – ESTADIC/MUNIC; Estatísticas do Registro Civil – REGCI); e
- 3 Prognósticos de Safra.

Além desses, o IBGE divulga anualmente outros resultados que, por derivarem das pesquisas primárias, não demandam recursos específicos para a coleta, entre os quais podemos citar os resultados das Contas Nacionais Trimestrais, do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, do Sistema de Contas Nacionais Brasil, da Conta-satélite de Saúde, das Tábuas de Mortalidade.

No âmbito das Contas Nacionais, além da Conta-Satélite de Saúde – Brasil 2010-2013 e das estimativas do Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2013, cabe destaque, também, a divulgação dos dados do Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2013, que, nesta edição, apresentou pela primeira vez a abertura do setor institucional empresas por origem do capital: privado e público, além da mensuração do setor público para o Valor Adicionado Bruto (VAB), Remunerações, Excedente Operacional Bruto (EOB) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A Nova série do SCN adota 2010 como ano de referência e incorpora recomendações da mais recente revisão do manual de Contas Nacionais organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e pelo Banco Mundial. Além de atualizações metodológicas, a nova série apresenta uma classificação mais detalhada de produtos e atividades, integrada à Versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), e incorpora dados do Censo Agropecuário de 2006 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/09.

Figura 4 - Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2013

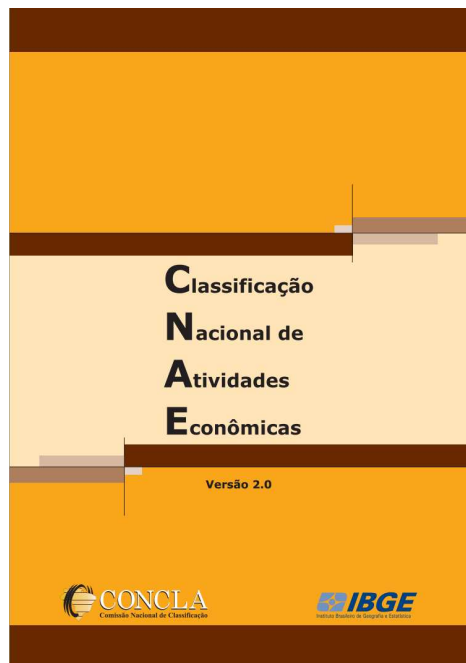


Ainda no que toca à produção de informações da área econômica, o IBGE divulgou a primeira edição da publicação Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo - Brasil - 2010-2013. Fruto dos esforços conjuntos do IBGE e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a publicação apresentou os dados sobre as finanças públicas do governo geral, setor institucional, que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social por elas controlados.

Importante mencionar, também, a publicação Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2013, que apresenta a consolidação das informações das empresas e outras organizações ativas no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE e suas respectivas unidades locais no ano de referência 2013. A publicação traz informações sobre pessoal ocupado total, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salários médios mensais, em salários mínimos, além de indicadores de diversificação de atividade econômica e espacial e de concentração de pessoal ocupado total, relativos à indústria, comércio e serviços.

Em 2015, o IBGE divulgou a segunda edição da CNAE, contendo a estrutura atualizada da classificação, notas explicativas, regras de aplicação, bem como as correspondências existentes em relação à versão anterior e à Classificação Internacional de Referência; disponibilizou, também, em seu portal na internet, a publicação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas: Subclasses para uso da administração pública – versão 2.2.

Figura 5 – Classificação Nacional de Atividades Econômicas



Importante ressaltar, também que, em 2015, além dos resultados obtidos com os recursos do orçamento autorizado, o IBGE realizou outras pesquisas, as quais foram viabilizadas através de parcerias firmadas com outros órgãos. Destacam-se, nesse contexto, a coleta da PNAD 2015, que contou com recursos do MDS, MEC, MTE e Ministério dos Esportes, e da PeNSE, fruto de parceria entre o IBGE e o MS.

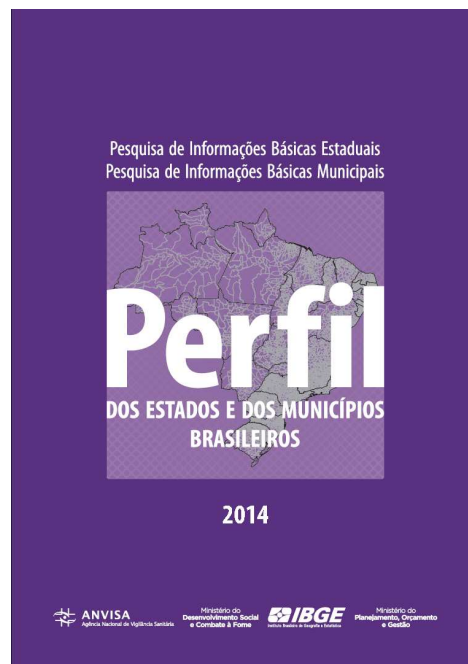
No âmbito das estatísticas econômicas, foram retomadas as negociações entre IBGE e o NIC.br para celebração de parceria envolvendo a realização conjunta da Pesquisa de TIC Empresas. Atualmente, NIC.br e IBGE produzem, separadamente, pesquisas sobre o uso de TICs nas empresas brasileiras. Assim sendo, o estabelecimento de uma parceria para realização de uma única pesquisa se justifica, dentre outros aspectos, pela necessidade de redução da carga ao informante e pela busca da economicidade na produção das informações, tanto no que diz respeito ao emprego de recursos humanos quanto ao dispêndio de recursos financeiros, além do intercâmbio de conhecimento e *expertise* que irá propiciar entre as instituições.

Na área das pesquisas sociodemográficas, cabe mencionar os resultados do suplemento da PNAD 2013 “Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal”.

Dando continuidade à divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013, realizada em convênio com o MS, o IBGE divulgou os volumes temáticos “Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, Acidentes e Violência” e “Ciclos de vida”.

Pela primeira vez, a ESTADIC e a MUNIC foram divulgadas conjuntamente, possibilitando análises sob uma perspectiva federativa no tocante aos temas comuns investigados por ambas as operações. Foram coletadas informações sobre diversos temas, contemplando questões relacionadas a recursos humanos, comunicação e informática, educação, saúde, direitos humanos, segurança pública, segurança alimentar, inclusão produtiva e vigilância sanitária, além de um suplemento relativo à gestão de políticas culturais nos estados e municípios.

Figura 6 – Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros



Em resumo, das atividades previstas para a Ação Pesquisas e Estudos Estatísticos em 2015, resultaram um total de 210 divulgações, entre resultados de pesquisas e produtos derivados.

No âmbito do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), cabe registrar o início da divulgação trimestral, por Unidades da Federação, no mês de maio de 2015, de um conjunto amplo de indicadores sobre força de trabalho, e da divulgação mensal, no nível Brasil, de um conjunto mais reduzido de indicadores, produzidos com base na PNAD Contínua. Em novembro, também foram divulgados os indicadores para as Regiões Metropolitanas e os municípios das capitais pertencentes a essas regiões. Além disso, também com base na pesquisa, o IBGE divulgou as informações da renda domiciliar per capita referentes a 2014. Dessa forma, considera-se concluído o projeto de implantação da pesquisa, que passará a ser uma atividade corrente em 2016.

Para o projeto de implantação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor Ampliado está em andamento a seleção e avaliação dos painéis de produtos e serviços e de locais das novas áreas (Rio Branco, Aracaju e São Luís). As demais atividades previstas para o projeto, em 2015, tiveram sua execução adiada em função dos limites orçamentários.

Com relação ao projeto do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias (SNPA), foram realizados estudos para implementação do Módulo 2 e iniciada a construção de base de dados para estudos de dimensionamento de amostra do projeto. As demais atividades previstas para o projeto, em 2015, tiveram sua execução adiada em função dos limites orçamentários.

Cabe registrar que o IBGE, como órgão oficial responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, encontra-se estruturado em todo o território nacional. A extensão e complexidade de sua missão institucional requerem uma infraestrutura física de grande porte com representação em todas as Unidades da Federação e mais 584 agências de coleta cobrindo todos os municípios brasileiros. O levantamento dos dados necessários para a realização das pesquisas exige um constante deslocamento dos agentes de coleta, o que implica despesas com diárias, locomoção urbana e indenizações para trabalho de campo. Os gastos com combustível se justificam na medida em que parte dos deslocamentos é feita com a utilização da frota da Instituição. Cabe destacar que a realização da PNAD Contínua, cuja implantação se completou em 2015, vem provocando um maior desgaste dessa frota, levando a gastos mais expressivos com a manutenção dos veículos e tornando a locação uma alternativa cada vez mais utilizada, uma vez que a pesquisa abrange cerca de 211 mil domicílios por trimestre.

O IBGE participou da Reunião do Grupo de Especialistas sobre o Quadro de Indicadores para a Agenda Pós-2015 e da 46ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas e Eventos Paralelos, correlatos aos temas da sessão, na cidade de Nova Iorque, em março de 2015. Nesse fórum são tomadas resoluções com vistas a estabelecer normas e metodologias para garantir a comparabilidade internacional dos principais indicadores econômicos e sociais. Dentre os itens que foram objeto de discussão, destacam-se: medidas abrangentes para o progresso, revolução de dados e *Big Data*² para apoiar a agenda de desenvolvimento pós 2015; programa de transformação das estatísticas oficiais; censos de população e habitação; estatísticas de governança, paz e segurança; princípios fundamentais das estatísticas oficiais; desenvolvimento das estatísticas regionais na América Latina e o Caribe.

Salientou-se que os institutos nacionais de estatística deverão ter um forte papel de coordenação; incluindo a validação de dados provenientes de novas fontes de dados externas ao sistema estatístico

² Em tecnologia da informação, o termo Big Data ("megadados" em português) refere-se a um grande conjunto de dados armazenados. Diz-se que o Big Data se baseia em cinco Vs: velocidade, volume, variedade, veracidade e valor.

oficial para garantir que todos estejam em conformidade com os “Princípios Fundamentais para as Estatísticas Oficiais”.

Nesse contexto, entre 29 de junho e 1º de julho, foi realizado o Encontro de Produtores de Informação visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. O evento, realizado no IBGE, reuniu produtores de informações estatísticas e geocientíficas com o objetivo de iniciar o trabalho de definição dos indicadores a serem considerados para o acompanhamento dos ODS, na perspectiva de pactuar uma agenda comum de trabalho referente à estruturação dos Sistemas Estatístico e Geocientífico Nacionais, para fortalecer capacidades e possibilitar o atendimento de demandas nacionais e internacionais relacionadas à produção dos referidos indicadores.

As despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2015 referem-se a gastos com telefonia, consultoria para apoio técnico à direção do IBGE, locação de equipamentos e veículos, manutenção de veículos da frota, bem como algumas despesas de infraestrutura destinadas a viabilizar a execução das metas físicas previstas. Tais pagamentos referem-se às despesas feitas no exercício de 2015, cujas faturas serão pagas em 2016. A utilização desses recursos contribuirá para o alcance dos resultados previstos para 2016, em especial aqueles cuja coleta de dados deu-se em dezembro de 2015.

2.3.1.1.2. Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Quadro 4 – Identificação da Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos

Identificação da Ação						
<i>Código/Título</i>	20U8 - Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos				<i>Tipo:</i>	Atividade
<i>Iniciativa</i>	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.					
<i>Objetivo</i>	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
<i>Programa</i>	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública				<i>Tipo:</i>	Temático
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>
7.599.866,00	7.599.866,00	5.355.900,94	4.133.076,08	4.133.076,08	0,00	1.222.824,86
Execução Física						
<i>Descrição da meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>	<i>Montante</i>			
			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>	
Informação disponibilizada ao público		Unidade	28.080	-	31.265	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
<i>Valor em 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Realizada</i>	
537.214,74	196.099,90	341.114,84	Informação disponibilizada ao público	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

Em 2015, a Ação Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos, de responsabilidade da Diretoria de Geociências, contou com dotação orçamentária no valor de R\$7.599.866,00, sendo R\$6.715.812,00 na fonte 0100 (Recursos do Tesouro) e R\$884.054,00 na fonte 0281 (Recursos de Convênio). Da dotação orçamentária final, foram liquidados e pagos R\$4.133.076,08, que correspondem a 54,38% dos recursos autorizados no exercício nas fontes 0100 e 0281. Por outro lado, foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados R\$1.222.824,86, de forma que o valor total de execução da Ação ficou em R\$5.355.900,94, ou seja, 70,47% do orçamento.

Ainda sobre a execução do orçamento, cabe destacar um fato relevante, que foi o atraso na liberação de R\$884.054,00, referente ao orçamento previsto de convênio do IBGE com o estado do Amapá para 2015. A liberação de 29,2% do orçamento ocorreu apenas no mês de agosto, e o restante no final de setembro. Desta forma, não houve tempo hábil para execução das atividades planejadas, sendo devolvido no final do exercício o montante de R\$348.104,04, que representa 39,38% do total repassado pelo convênio e 4,6% da dotação orçamentária da ação.

Em uma análise pormenorizada, os gastos com diárias, passagens, combustíveis e lubrificantes automotivos se justificam pela necessidade de deslocamento dos técnicos do IBGE para realizar as

atividades, em campo, de manutenção e implantação das estações geodésicas, levantamento de dados geoespaciais para a elaboração das bases cartográficas, bem como do levantamento de informações territoriais relativas a recursos naturais e meio ambiente, cobrindo amplas e diversas áreas do país. Além das atividades de campo, que representam a maior parcela da despesa com diárias e passagens, há também gastos com a participação em eventos (exposições, congressos, conferências, seminários, *workshops*), reuniões técnicas (nas Unidades Estaduais e em instituições públicas) e treinamentos.

Quantos às despesas de informática, estas se referem principalmente à locação de equipamentos de processamento de dados, em especial periféricos, que têm por finalidade dar suporte à condução das atividades, possibilitando a ampliação do uso da geotecnologia aplicada à coleta, tratamento e disponibilização de dados territoriais (geodésicos, geográficos, cartográficos, de recursos naturais e meio ambiente), modernizando os procedimentos de produção da informação geoespacial e reduzindo os custos e os prazos de produção.

Os gastos com estagiários de ensino superior e ensino médio tem sido realizados em convênio com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), com base na Portaria nº 07, de 30 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instrumento que regulamenta a realização de estágios nos Órgãos da Administração Pública Federal. Os estagiários apresentam formação específica para atuação nos projetos desenvolvidos na Ação, ou seja: engenharia cartográfica, geografia, análise de sistemas e informática.

O cumprimento da meta física de 2015 foi alcançado, apesar do percentual de execução orçamentária, pois parte dos produtos referentes à meta foram gerados a partir de insumos adquiridos em atividades de campo de períodos anteriores. Elaboradas em meados de 2014, por ocasião da proposta orçamentária, algumas das metas físicas foram revistas no primeiro semestre de 2015, e deveriam ter sido reprogramadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) de 28.080 para 31.265 informações, o que não ocorreu por não ter sido disponibilizado o acompanhamento orçamentário do primeiro semestre. Os recursos liberados possibilitaram, desta forma, um resultado de 31.265 informações disponibilizadas ao público, cerca de 11% acima da previsão inicial, de 28.080 informações.

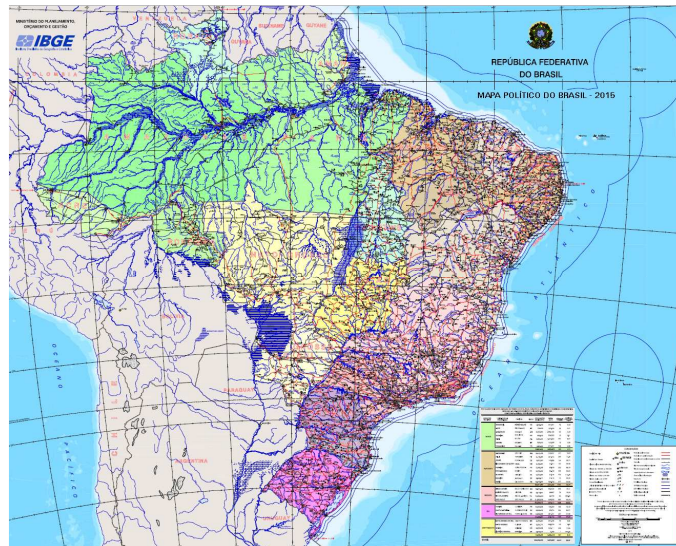
Em um exame mais minucioso da meta física, no campo das Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos, observa-se uma série de informações como as geoespaciais de referência, que por meio dos produtos gerados a partir de imagens e de mapas, aprimoram a utilização pelo usuário dos dados geoespaciais do IBGE, possibilitando um entendimento da dinâmica de ocupação do território. Para os gestores, tem facilitado sua compreensão, contribuindo para uma atuação de forma planejada e justa na tomada de decisão.

Como exemplo, a Malha Municipal, em contínua atualização, consolidando alterações de natureza legal/judicial e também aquelas decorrentes de ajustes cartográficos ou da utilização continuada de melhores técnicas e insumos de produção. Tais alterações são delineadas no âmbito dos convênios de cooperação técnica entre o IBGE e os órgãos estaduais responsáveis pela divisão política e administrativa e/ou pelas Assembleias Legislativas, possibilitando definir de forma clara e precisa os limites municipais, garantindo maior precisão dos levantamentos e pesquisas estatísticas.

No campo do mapeamento terrestre de referência, em 2015 destacaram-se: a disponibilização de 46 cartas-imagem do Estado do Tocantins, o que garante uma cobertura de 91% do estado, além de 30 ortomosaicos do Estado do Piauí, com informações atualizadas e compatíveis com a escala de representação 1:100.000, onde 1cm = 1km; a versão 2015 do mapa político do Brasil, na escala 1:5.000.000 (1 cm = 50 km), representação cartográfica de todo o território brasileiro, contendo os limites estaduais e internacionais, a rede hidrográfica, pontos extremos, principais localidades,

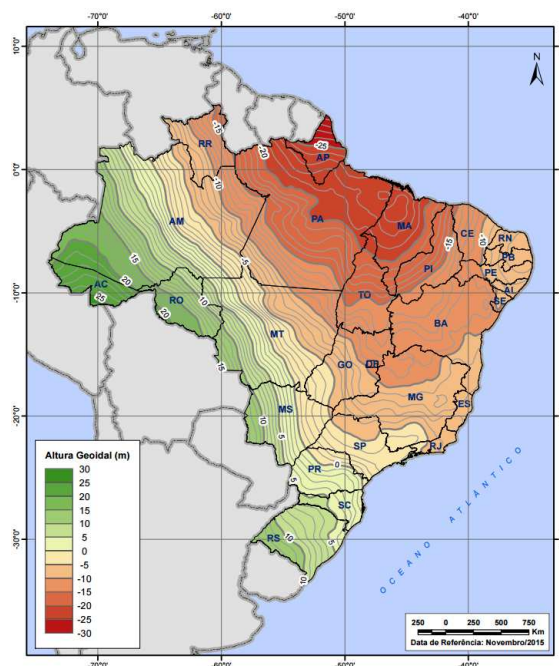
elementos do sistema de transportes e principais usinas geradoras de energia elétrica; a versão 2015 da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (1 cm = 2,5 km), como parte do seu Programa de Atualização Permanente; e o lançamento dos mapas políticos de todas as Unidades da Federação, em escalas diversas, proporcionando uma visão geral e integrada dos aspectos políticos e geográficos, tendo uso para finalidades escolares e de gestão.

Figura 7 – Mapa Político do Brasil - 2015



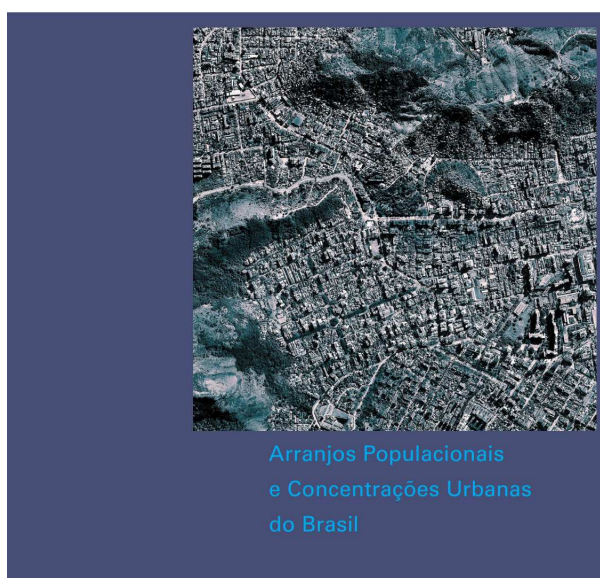
Em fevereiro de 2015, a Assembléia Geral da ONU adotou a resolução “Infraestrutura Geodésica Global de Referência para o Desenvolvimento Sustentável”, elaborada pelo Comitê das Nações Unidas de Especialistas na Gestão de Informação Geoespacial Global reconhecendo assim a importância de uma abordagem global coordenada para Geodésia e o papel crescente que esta ciência alcança na vida das pessoas. Em sintonia com a Resolução da ONU, o referencial Sistema de Referência Geocêntrico para a América do Sul (SIRGAS2000), época 2000, foi adotado definitivamente no país em 2015, conforme previsto 10 anos antes. A RBMC expandiu 10% com relação a 2014. Atualmente, a rede opera com 123 estações com apoio do INPE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de instituições de ensino das esferas estadual e federal. Esta estrutura geodésica também tem uma importante aplicação nas áreas da meteorologia, clima espacial e geodinâmica, fornecendo diversas informações que subsidiam um melhor conhecimento do planeta e estabelece a necessária vinculação com as estruturas geodésicas continentais e globais. Além disso, deu-se continuidade ao reestabelecimento das redes geodésicas do Estado do Amapá e foi divulgada a nova versão (2015) do Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil (MAPGEO) através do qual são obtidas altitudes referidas ao nível médio do mar em levantamentos realizados por *Global Positioning System* (GPS). O novo modelo MAPGEO 2015 apresentou melhora de aproximadamente 20% em relação ao modelo anterior. Em colaboração com a Bolívia, foi realizada a conexão altimétrica entre as redes de nivelamento dos dois países na altura de Corumbá/Mato Grosso do Sul, visando a unificação dos referenciais altimétricos na América do Sul.

Figura 8 – Modelo de Ondulação Geoidal – MAPGEO 2015



Quanto às informações geográficas temáticas, foi disponibilizado um novo quadro territorial que mostra a articulação dos municípios brasileiros e identifica as concentrações urbanas com mais de 100 mil habitantes existentes no país. Esse trabalho, “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil”, permite que o Estado e a iniciativa privada planejem suas ações com base numa identificação mais precisa dos espaços urbanos brasileiros. Também foi lançada uma nova divisão regional, denominada “Regiões Rurais”, que mostra a articulação da produção do espaço rural em relação à rede urbana. Esta divisão regional potencializa a otimização da aplicação de recursos públicos e privados em direção à melhoria da qualidade de vida da população e da eficiência econômica.

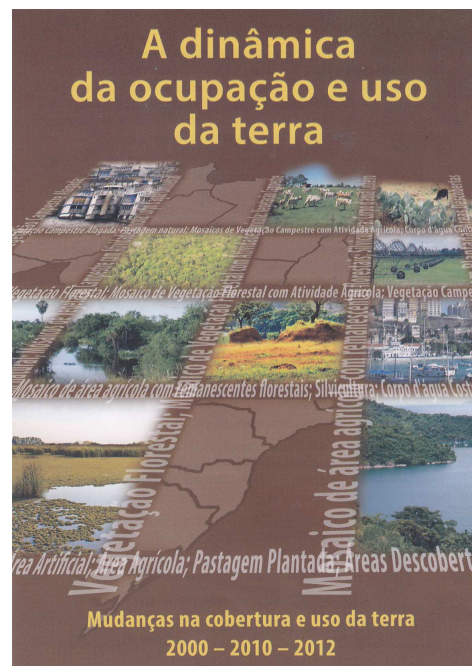
Figura 9 - Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil



No tocante ao mapeamento de recursos naturais foram disponibilizadas em meio digital informações geoespaciais temáticas referentes à geologia, geomorfologia, pedologia (solos) e vegetação correspondentes a 151 folhas na escala 1:250.000 de parte das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, cujo objetivo é produzir e divulgar informações ambientais que se constituem em insumos para políticas públicas e servem de subsídio para o desenvolvimento sustentável. Dando transparência aos procedimentos usados nesses levantamentos foi publicado o “Manual Técnico de Pedologia” (3ª edição). Também foi disponibilizado o “Mapa Hidrogeológico da Região Sul”, cujas informações objetivam fornecer um maior conhecimento sobre o comportamento dos aquíferos.

Um novo produto inserido no contexto das preocupações internacionais sobre meio ambiente, útil para implementação do Sistema de Contabilidade Econômica Ambiental e acompanhamento dos ODS foi disponibilizado: o mapa e relatório referentes às “Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra 2000 – 2010 – 2012” com cobertura de todo o território nacional. Complementarmente e de forma mais detalhada foram disponibilizados os “Mapas da Cobertura e do Uso da Terra dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão”.

Figura 10 – Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra 2000 – 2010 – 2012



Quanto à Coordenação, aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Nacionais de Estatísticas e de Geociências, no tocante às informações geocientíficas, a INDE mantém um papel importante como instrumento de acesso e disponibilização de dados e informações referentes ao território nacional, elaborados por diversas instituições das esferas federal, estadual e municipal, com destaque em 2015 para a adesão do Estado de Alagoas. Esta iniciativa possibilita o acompanhamento do planejamento estratégico em nível federal e articulado com os PPAs nas esferas estadual e municipal. Disponibiliza também informações geoespaciais de importantes atores como MS, CPRM, IBGE, MP e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Além das pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos realizados pelo IBGE, foi introduzido pela DGC o processo de gestão da qualidade, previsto como meta do Plano Estratégico 2012-2015 (07.01.07), vinculada ao Macroprocesso 7 (infraestrutura, metodologia e qualidade para a produção de

informações). A autoavaliação diagnóstica realizada ao final de 2014 forneceu uma visão geral do desempenho e do grau de maturidade da gestão da qualidade nas coordenações da DGC. A partir daí foram identificados os pontos que, prioritariamente, deveriam ser objeto de projetos de melhoria em 2015.

No período de janeiro a março de 2015 foram analisados os resultados da autoavaliação e elaborado o relatório, documentando a metodologia, os resultados quantitativos (índice de maturidade geral, por coordenação, por princípio de gestão), as oportunidades de melhoria e as boas práticas e pontos fortes identificados. O relatório está publicado na intranet da DGC, disponível para leitura e consulta por toda a Instituição. Em 31 de março de 2015 os resultados foram apresentados em reunião da Direção com os Coordenadores.

No período de março a maio de 2015 foram discutidas as principais oportunidades de melhoria identificadas. Foram priorizados sete projetos de melhoria, quais sejam:

- Projeto 1: Monitoramento da implementação da nova estruturação dos produtos da DGC no site do IBGE na internet;
- Projeto 2: Banco de respostas aos usuários externos da DGC;
- Projeto 3: Compartilhamento de conhecimentos;
- Projeto 4: Normatização dos processos de participação em eventos;
- Projeto 5: Encontros virtuais e presenciais com as Unidades de Geociências nos Estados;
- Projeto 6: Melhoria nos canais de comunicação interna na DGC;
- Projeto 7: Ações de melhoria da qualidade das publicações do nó do IBGE na INDE.

Os resultados da autoavaliação diagnóstica e dos projetos de melhoria foram apresentados para toda DGC em 08 de maio de 2015, sendo a apresentação transmitida por videoconferência a todas as Unidades de Geociências nos estados.

As ações previstas acontecem de maio de 2015 a maio de 2016, tendo cada projeto a duração de um ano e possuindo somente um gestor que é integrante do Comitê da Qualidade. Os projetos são implementados por meio de grupos de trabalho, com a participação voluntária de seus integrantes, contando com o envolvimento de 83 servidores, possuindo todos representantes de cada coordenação da DGC. Para cada projeto foi estruturado um plano de ação, com indicadores e metas, sendo o monitoramento desse e dos resultados associados feito pelo Comitê da Qualidade que acompanha a participação, os métodos de implementação, monitora os indicadores e progressos dos projetos, identifica eventuais desvios e recomenda ações. Em maio de 2016, encerra-se o primeiro ciclo e uma avaliação geral do processo deve ser feita.

Em outubro de 2015 resultados preliminares foram divulgados para as Unidades de Geociências nos estados e o caso da DGC foi apresentado em Seminário IBGE, a convite da Coordenação de Métodos e Qualidade (COMAQ)/DPE e em reunião do Comitê de Coordenação de Treinamento/ENCE, em dezembro de 2015. Há interesse das demais áreas do IBGE de que esta iniciativa seja ampliada, progressivamente, para outras áreas da Instituição.

No que tange aos Restos a Pagar Inscritos e Não Processados, o valor se refere, em sua maior parte, a processos de licitação para aquisição de equipamentos de geoprocessamento, dentre os quais se destacam os níveis digitais automáticos e os aparelhos receptores GPS GNSS L1/L2. Outro item representativo foi a despesa com a atualização de licenças dos *softwares* Erdas e FME. A aquisição dos equipamentos e atualização dos programas têm o objetivo de atender à necessidade de modernizar o processo de produção de informações geoespaciais na atividade de levantamento, tratamento e processamento dos insumos, buscando reduzir os custos e os prazos de produção.

2.3.1.1.3. Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Quadro 5 – Identificação da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações

Identificação da Ação						
<i>Código/Título</i>	2230 - Gestão da Documentação Disseminação de Informações			<i>Tipo:</i>	Atividade	
<i>Iniciativa</i>	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.					
<i>Objetivo</i>	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
<i>Programa</i>	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			<i>Tipo:</i>	Temático	
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processados</i>	<i>Não Processados</i>
6.147.000,00	6.147.000,00	6.031.280,05	4.272.149,55	4.272.149,55	0,00	1.759.130,50
Execução Física						
<i>Descrição da meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>	<i>Montante</i>			
			<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>	
Usuário atendido		Unidade	28.000.378	-	50.105.688	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
<i>Valor em 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Realizada</i>	
1.033.199,92	800.470,94	113.219,93	Usuário atendido	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

Em 2015, a Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações contou com dotação orçamentária de R\$6.147.000,00, concentrada na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$4.272.149,55, representando 69,5% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$1.759.130,50, o que totaliza a execução da Ação em R\$6.031.280,05, elevando o percentual de execução a 98,1%.

Observando as despesas incorridas dentro dessa Ação, verifica-se que o maior vulto, representando aproximadamente 25,1%, refere-se a material para utilização em gráfica. Destacam-se, também, no exercício de 2015, os gastos de, aproximadamente, 14,4% e 13,7% do total executado, com apoio (administrativo, técnico e operacional) e material para manutenção de bens móveis, respectivamente.

No que tange à meta física, a Ação, com um montante de 50,1 milhões de acessos de usuários aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas do IBGE, possibilitou a superação, em 17,4%, da meta estipulada para o ano, considerando-se a meta reprogramada (por erro de registro no SIOP) de 28 milhões para 42,7 milhões. O resultado é justificado, em especial, pelo bem sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização permanente do Portal do Instituto. A meta reprogramada foi calculada somando-se as duas metas previstas, publicadas em resoluções do Conselho Diretor de IBGE, em 2015,

para efeito de realização da avaliação de desempenho institucional. Essa meta, porém não pôde ser registrada no SIOP devido a não realização do monitoramento no primeiro semestre do ano de análise.

Além da superação da meta física, o IBGE teve como principais realizações no âmbito da Ação Gestão da Documentação e Disseminação de Informações, para o ano de 2015:

- Realização do VII, VIII e IX Seminário Brasil em números voltados para a sensibilização e o estímulo ao uso das informações do IBGE junto a segmentos específicos;
- Realização do II Seminário IBGE de portas abertas para a escola, *on-line*;
- Realização do Painel Memória IBGE sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD;
- Publicação do *e-book* "Da Educação Infantil ao Ensino Médio: 20 propostas do IBGE para trabalhar com Educação Estatística";
- Publicação de vídeos, tais como tutoriais, explicações sobre pesquisa e uso de ferramentas, relatos da memória institucional _ em servidores de vídeos da Internet;
- Expansão da Rede de Bibliotecas Depositárias para as instituições de ensino superior públicas e privadas;
- Ampliação do acervo de monografias na Biblioteca Virtual do portal do IBGE na internet; e
- Treinamento de usuários no uso de ferramentas digitais do IBGE de informações estatísticas e geocientíficas.

2.3.1.1.4. Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Quadro 6 – Identificação da Ação Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Identificação da Ação						
Código/Título	20DA - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos			Tipo:	Atividade	
Iniciativa	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.					
Objetivo	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.					
Programa	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			Tipo:	Temático	
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	2.000.000,00	1.804.707,32	1.274.965,90	1.274.965,90	0,00	529.741,42
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

Em 2015, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$2.000.000,00, concentrada na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$1.274.965,90, representando 63,75% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$529.741,42, o que totaliza a execução da Ação em R\$1.804.707,32, elevando o percentual de execução a 90,23%.

As atividades da Ação tiveram impacto devido à restrição orçamentária imposta à mesma no ano de 2015. Entretanto, os recursos disponibilizados foram utilizados de acordo com as urgências e prioridades impostas à manutenção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), ou seja, nos acertos necessários para suporte às pesquisas executadas pelo IBGE, em especial a PNAD Contínua, e à manutenção da Base Territorial, especialmente voltada para a preparação da área rural visando o Censo Agropecuário, cuja coleta realizar-se-á em 2017. Com isso, além da pesquisa de campo para acertos e confirmação dos dados no banco de dados do cadastro, foram executadas ações de treinamentos, desenvolvimento e ajustes nos programas que compõem o sistema do CNEFE.

Desta forma, como esperado, foram executados gastos com desenvolvimento de *softwares* e serviços técnicos na área de tecnologia da informação, no treinamento de pessoal para a utilização dos sistemas do CNEFE e da Base Territorial. Da mesma forma, foram realizados gastos com diárias, passagens,

combustíveis e outros, todos aderentes às atividades realizadas justificando, assim, o desempenho orçamentário e as execuções físicas e financeiras da ação.

As despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2015 referem-se, em sua maior parte, a aquisição de equipamentos de geoprocessamento e de informática, bem como despesas com treinamento e atualização de licenças de *softwares* de geoprocessamento. Tais aquisições e contratações têm o objetivo de atender à necessidade de preparar o processo de produção de informações do CNEFE e da Base Territorial não só para atender às pesquisas domiciliares do IBGE mas, principalmente, à coleta do Censo Agropecuário.

2.3.1.1.5. Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Quadro 7 – Identificação da Ação Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências

Identificação da Ação						
Código/Título	20U5 - Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências				Tipo:	Atividade
Iniciativa	0391– Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.					
Objetivo	0803 – Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	2032 - Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.484.000,00	1.484.000,00	1.265.795,81	1.035.810,06	1.035.810,06	0,00	229.985,75
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Matriculado		Unidade	438	-	391	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
37.993,22	33.738,62	4.254,60	Aluno Matriculado	Unidade	-	

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

Em 2015, a Ação contou com dotação orçamentária de R\$1.484.000,00, concentrada na fonte 0100 (Recursos do Tesouro). Foram liquidados R\$1.035.810,06, representando 69,80% dos recursos autorizados no exercício. Encontra-se, ainda, inscrito em Restos a Pagar Não Processados, o valor de R\$229.985,75, o que totaliza a execução da Ação em R\$1.265.795,81, elevando o percentual de execução a 85,30%.

A partir da análise pormenorizada das despesas, observa-se:

- As despesas com estagiários são referentes à concessão de bolsas de estudo. O objetivo destas bolsas é garantir a participação dos discentes da graduação, do mestrado e doutorado da ENCE em atividades de apoio didático aos demais alunos e de iniciação científica;
- Os gastos referentes às bolsas de estudo no país objetivaram propiciar condições de permanência de alunos carentes da graduação e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar;

- A contratação de professores colaboradores para a graduação, especialização e mestrado foi importante para a atualização e manutenção dos Cursos de Bacharelado em Estatística, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território e Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da ENCE, o que demandou gastos com serviços de seleção e treinamento. Juntamente com o pagamento de bolsas de estudos no país, tais dispêndios são de suma importância para o andamento do curso e conclusão das dissertações com alta qualidade;
- Embora represente uma pequena parcela do orçamento, o pagamento de passagens e diárias também é essencial para as atividades da pós-graduação, possibilitando a participação em eventos científicos e divulgação das produções de docentes e discentes da ENCE;
- As demais despesas referem-se a gastos com apoio administrativo, técnico e operacional, indispensáveis para viabilizar o funcionamento das diversas atividades de manutenção da ENCE, tais como: inspetoria de alunos, manutenção do sistema acadêmico da ENCE, atividades da secretaria e da biblioteca da Escola, bem como outras atividades necessárias para a adequada gestão da Escola.

No que diz respeito aos resultados alcançados no âmbito da Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística, o curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas contou, em 2015, com 34 professores em seu quadro permanente, sendo dois em licença para o Doutorado. Além disso, a Graduação contou com mais seis professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas oito turmas com 46 disciplinas em cada semestre, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres, em dois turnos, manhã e noite, integralizando uma média de 272 alunos regularmente matriculados no curso de graduação da ENCE em 2015.

Para o ano letivo de 2015 foram oferecidas 120 vagas. Graduaram-se nove alunos no primeiro semestre de 2015 e 12 no segundo semestre.

A Coordenação de Graduação (CEGRAD) e a Coordenação Geral têm centrado esforços na divulgação da carreira de Estatística e da ENCE. Ao longo do ano de 2015, foram proferidas palestras sobre a carreira/mercado de trabalho, em feiras de profissões, em escolas de ensino médio no Rio de Janeiro, onde também foram distribuídos fôlderes sobre o Curso de Graduação.

A ENCE conta com o Projeto Ação Afirmativa – Inclusão Social, cujo objetivo é propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, através de bolsas auxílio e apoio pedagógico, no valor de R\$350,00, sendo concedidas bolsas a 19 alunos durante o ano.

Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu 19 bolsas de monitoria, no valor de R\$600,00 cada, garantindo, assim, a participação dos discentes em atividades de apoio didático e científica.

No intuito de estimular o desenvolvimento do pensamento científico e facilitar a iniciação nas atividades de pesquisa dos estudantes, a ENCE mantém o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que conta, no ciclo 2015/2016, com 11 bolsistas, sendo oito bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e três bolsas do IBGE. Já o ciclo anterior, 2014/2015, contava com oito bolsas do CNPq e sete do IBGE.

Como parte das atividades ligadas ao PIBIC, em novembro, a ENCE promoveu a VIII Jornada de Iniciação Científica. O evento contou com uma conferência de abertura e com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos nos respectivos projetos de iniciação científica, os quais envolveram 11 alunos

supervisionados por professores da ENCE. A Conferência de abertura desse evento foi proferida pela Professora Denise Britz do Nascimento Silva, cujo tema foi: Contribuições da Modelagem Estatística para Análise do Desempenho Escolar de Alunos do Ensino Fundamental.

São relevantes, ainda,

- A realização anual de Cursos de Verão nos meses de janeiro e fevereiro. Em 2015 foram oferecidos os cursos de “*Teoria Geral de Seguros e Introdução à Matemática Atuarial*”, com a Professora Manoela Cabo (IBGE/DPE), para 40 alunos, no período de 12 a 16 de janeiro de 2015, totalizando 17h30min, Redes Neurais Artificiais”, com o Professor Cristiano Roberto dos Santos (IBGE/DPE), com 40 vagas, de 26 de janeiro a 02 de fevereiro de 2015, totalizando 21h/aula, e “Banco de Dados e Linguagem SQL”, com o Professor Hesley Py (IBGE/DI), de 03 a 11 de fevereiro de 2015, atendendo a 40 alunos;
- Ciência sem Fronteiras. Atualmente, a ENCE conta com dois alunos de graduação no Programa Ciência sem Fronteiras para realização de graduação-sanduíche nos Estados Unidos da América;
- Comemoração do Dia do Estatístico – em 10 de junho, foi comemorado o Dia do Estatístico, organizado e sediado pela ENCE, quando foram proferidas as seguintes palestras: (i) Análise de Sobrevivência – Professora Maria Luiza Guerra de Toledo; (ii) Aplicações à Epidemiologia - Professora Daniela Polessa Paula; (iii) Estatísticas Públicas e Sociais - Professora Alinne de Carvalho Veiga; e (iv) Aplicações à Economia e Finanças – Professor Eduardo Lima Campos;
- Trinta e cinco alunos de graduação realizaram estágio supervisionado durante o ano de 2015;
- Convênio com o CEFET/RJ - estabelecido pelo prazo de cinco anos, a partir de julho de 2014, visando o intercâmbio de conhecimentos técnico-científicos, atividades de pesquisa em temas de interesse comum, cessão mútua de recursos laboratoriais, formação de pessoal (mestrado e doutorado) e intercâmbio de professores.

Durante o ano de 2015, a Coordenação de Graduação proporcionou, ainda, a participação de docentes em congressos/simpósios e eventos da área da Estatística, por exemplo:

- *60th World Statistics Congress – International Statistical Institute (ISI) 2015*, realizado no Rio de Janeiro, de 26 a 31 de julho de 2015;
- *International Association for Statistical Education (IASE) 2015 Satellite Conference*, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 24 de julho de 2015;
- Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional, realizado em Porto de Galinhas/Pernambuco, de 25 a 28 de agosto de 2015;
- Escola de Modelos de Regressão, na Universidade de Campinas, Campinas/São Paulo, de 2 a 5 de março de 2015.

Além das atividades de docência em sala de aula, os professores da ENCE participaram de comitês, comissões, produções bibliográficas, na orientação de monografias/dissertações e na organização de eventos pertinentes à Estatística e ao IBGE, como a Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão de Ensino e Pesquisa da Graduação e o Colégio de Docentes.

O IBGE, também por meio da ENCE, executa ações relativas a Programas de Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu*. A ENCE oferece desde 1998 um curso de mestrado e, a partir de março de 2015, um curso de doutorado. Inicialmente chamado de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. O programa de pós-graduação teve sua nomenclatura alterada, em 2014, para População, Território e Estatísticas Públicas. Tal modificação atendeu de forma mais significativa à interdisciplinaridade do programa e se vinculou, sobretudo, à reformulação realizada quando da proposição do curso de

doutorado à CAPES. Inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e, especificamente, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES, o programa alcançou nota quatro na última avaliação cujos resultados foram divulgados em 2012. Atualmente, conta com 308 dissertações de mestrado defendidas. Além disso, desde 1997, a Escola oferece a Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, curso *Lato Sensu* com 174 monografias concluídas.

O curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, que exige dedicação integral por parte dos alunos, tem como objetivo a formação de pessoal qualificado, para atividades de docência, pesquisa e de profissionais que possam desenvolver abordagens teóricas, métodos e práticas para a produção, análise, interpretação, preservação e disseminação de estatísticas e informações que ampliem o conhecimento da realidade demográfica, econômica, social, territorial e ambiental do País. A partir de 2014, com a reformulação do programa e inclusão do nível de doutorado, as linhas de pesquisa foram organizadas em duas: População, Território e Condições de Vida e Produção de Estatísticas Públicas. A primeira tem como objetivo o estudo da dinâmica populacional e territorial e das condições de vida da população, principalmente a partir do uso de indicadores e do emprego de métodos e modelos que reflitam tais dinâmicas, explorando as bases de dados existentes a partir de informações quantitativas e qualitativas. Já a segunda linha tem como foco o estudo de questões ligadas ao planejamento e à condução de levantamentos como censos, pesquisas amostrais e registros administrativos usados para a produção de estatísticas públicas que retratem o estado e a dinâmica populacional e territorial e as condições de vida da população.

Durante o ano de 2015 ingressaram na pós-graduação *Stricto Sensu* 27 alunos, sendo 22 em nível de mestrado e cinco de doutorado. Durante o mesmo ano ainda estavam com matrículas regulares, em nível de mestrado, 16 alunos ingressantes em 2014 e 18 alunos ingressantes em 2013. Desse modo totalizaram-se 61 alunos regularmente matriculados no programa ao longo do ano de 2015.

O curso oferece bolsas de estudos a todos os alunos que estejam aptos a recebê-las. Em 2015 foram 13 bolsistas com Bolsa de Demanda Social oferecida pela CAPES no mestrado e uma no doutorado. Embora o Programa tenha recebido cinco alunos (doutorado), a maioria dos discentes possuía vínculo empregatício com afastamento remunerado e, por conseguinte, não fez jus à percepção de bolsa. A ENCE teve, ainda, nove alunos bolsistas de mestrado com recursos recebidos em algum momento do ano com recursos do IBGE, além de alunos com afastamento remunerado de seus trabalhos. Cabe ressaltar que a dedicação em tempo integral dos alunos é fundamental para um Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, pois é um facilitador para que as dissertações e teses sejam concluídas e apresentadas dentro nos prazos recomendados pela CAPES.

Ressalta-se que em 2015 ocorreram um total de 16 defesas de dissertações dos alunos ingressados em 2013 e uma defesa de aluno ingressado em 2014. As versões finais das dissertações, já entregues pelos discentes, encontram-se disponíveis na biblioteca da ENCE e no Portal da Instituição para leitura do texto completo. Também submetemos uma versão em formato digital à Plataforma Sucupira, portal da CAPES para a coleta dos dados do programa.

A seleção dos ingressantes é feita anualmente a partir da publicação do edital de chamada. Em 2015 foram oferecidas 24 vagas para o mestrado e oito vagas para a segunda turma do curso de doutorado, com início dos estudos em março de 2016. Nesse edital houve 61 candidatos inscritos no processo seletivo para o mestrado, sendo 22 de fora do Estado do Rio de Janeiro, 11 de fora do município do Rio de Janeiro e uma estrangeira, de Honduras. Para a seleção do doutorado se inscreveram 21 candidatos. Após a finalização do processo seletivo, foram aprovados 20 candidatos para o mestrado e oito para o doutorado.

Em 2015, o Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD) na ENCE contou com uma bolsista selecionada, que atuou sob a supervisão de uma professora do Programa até maio de 2015, quando solicitou seu desligamento em virtude da necessidade de voltar para o seu emprego no México. Ainda no tocante ao PNPD-CAPES, a Coordenação da Pós-Graduação realizou processo seletivo no segundo semestre de 2015, que resultou na aprovação de uma bolsista, com estudos a vigorar a partir em fevereiro de 2016. Adicionalmente, a pós-graduação também contou com uma bolsista de Pós-Doutorado pelo CNPq até setembro de 2015, quando a bolsista, que iniciou suas atividades em 2014, se afastou do programa por ter passado em concurso público docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em 2015, o programa contou com um corpo docente composto por 17 professores permanentes e cinco colaboradores no mestrado. Deste corpo docente, 12 professores foram credenciados como permanentes e dois como colaboradores para o curso de doutorado que se iniciou em 2015. Os professores estiveram envolvidos em mais de 30 projetos de pesquisa, sendo vários desses projetos contemplados em editais por agências de fomento; tiveram um número de orientações que variou de um, a no máximo, cinco alunos por professor; houve maior participação dos docentes ministrando aulas na graduação; a maioria dos professores do corpo docente permanente teve publicações em pelo menos um periódico classificado pelo Qualis da CAPES (conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação); vários professores participaram de congressos e seminários, com pelo menos um trabalho apresentado em cada evento financiados pelo programa e várias outras participações em seminários, conferências internacionais e congressos foram realizadas com financiamento externo com recursos da CAPES, CNPq, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) ou do próprio organizador do evento. Ressalta-se também que visando o acompanhamento da atuação dos docentes junto à CAPES; tem-se incentivado a atualização de forma mais constante dos *Curriculum Vitae Lattes* dos professores.

Tais atividades são de maior importância para a evolução do programa e conquista de maiores notas no âmbito da avaliação da CAPES, com aumento da produção intelectual dos docentes e de projetos financiados pelos diversos órgãos de fomento.

Ademais, os professores também participaram ativamente de atividades de caráter de inserção social e científica, tais como: planejamento e organização do 60º Congresso Mundial de Estatística - ISI 2015, organização do 4º Seminário de Metodologia do IBGE; organização de seminários intermediários da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP), editoria da Revista Brasileira de Estatística (RBEs); editoria da Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP); Membros do Comitê Editorial da Revista Latino-Americana de Estudos de População da Associação Latino-Americana de População (ALAP); Comitê Editorial da Revista de Cartografia Brasileira (RCB); participação em associações científicas (ALAP, ABEP, ISI, *Inter-American Statistical Institute* - IASI, Associação Brasileira de Estudos Regionais - ABER, *American Statistical Association* - ASA, Sociedade Brasileiro de Computação - SBC, dentre outras).

Adicionalmente, cabe destacar que foi dada continuidade a vários processos administrativos como, por exemplo, a contínua disponibilização de informações na página da pós-graduação no Portal ENCE a informatização do Sistema Acadêmico de Atos Escolares para o mestrado e doutorado, com a implementação, no final de 2015, do novo Portal do Aluno.

Com relação às atividades e projetos futuros, a principal atividade da pós-graduação é o fortalecimento do doutorado e melhoria das notas de avaliação junto à CAPES. Adicionalmente, continua-se com os avanços, principalmente no que concerne às questões administrativas. Dentre essas, destacamos a

finalização da implementação do sistema acadêmico informatizado, a revisão do conteúdo do Portal internet e intranet, implementação de regulamento do Programa de Pós-Doutorado, realização de um censo de alunos egressos, definição de uma comissão de publicações para retomar as publicações dos Textos para Discussão e outras publicações pertinentes.

A outra atividade de ensino da pós-graduação é o curso de Especialização, que têm aulas na parte da manhã e em alguns sábados. Este tem por objetivo contribuir para o aprimoramento da formação e da qualificação profissional daqueles que pretendem atuar ou que já atuam como planejadores, nas esferas pública e privada, formulando e implementando estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais, sendo estas orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial. O curso é desenvolvido enfatizando questões pertinentes à formação de gestores ambientais, que são trabalhadas considerando um público alvo multidisciplinar.

Com relação ao curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, durante o ano de 2015 foram seguidas as recomendações contidas no diagnóstico/avaliação realizado no ano de 2012.

Em 2015, houve 16 alunos regularmente matriculados que ingressaram nesse ano, 24 alunos matriculados da turma de 2014, e 18 da Turma de 2013, totalizando 58 alunos regularmente matriculados no curso de Especialização.

Observa-se que em virtude de ingressos e desligamentos de alunos, o número de alunos regularmente matriculados sofre alterações ao longo do ano, fato que é considerado normal. No que diz respeito ao ano de 2015, o número de alunos inscritos nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado da ENCE foi de 391, valor esse inferior à meta inicialmente prevista.

Tal meta, de 438 alunos matriculados, foi calculada para o ano de 2015 levando em consideração os seguintes programas: Doutorado, Mestrado, Especialização e Graduação.

Com respeito a meta não atingida no curso de graduação, ressalta-se que a evasão nos cursos de Graduação no País é muito comum e costuma ser alta principalmente nos cursos da área de ciências exatas, devido a diversos fatores que variam ao longo do tempo.

No caso dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, na meta prevista foi considerado o número máximo de vagas reservadas para o processo seletivo. Todavia, as vagas não foram todas preenchidas porque o número de candidatos aprovados nos respectivos processos seletivos foi menor do que o número de vagas reservadas/ofertadas. Ainda no âmbito desses programas, a evasão também se faz presente em um nível bem menor; no entanto, a meta realizada tem uma relação direta com os desligamentos dos alunos, ocorridos ao longo do ano, devido ao não cumprimento dos requisitos exigidos para a conclusão dos Programas de Pós-Graduação. Requisitos estes que são cada vez mais exigentes para atender o nível de excelência estabelecido pela CAPES/MEC.

Contudo, independentemente da evasão e/ou desligamento, para o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa é necessário contar com um orçamento capaz de atender ao número de vagas oferecidas, à inserção social e à pesquisa inerentes ao curso de Graduação e aos Programas de Pós-Graduação, para a excelência dos mesmos.

No que tange aos Restos a Pagar inscritos em 2015, esses valores são referentes a serviços contratados, porém ainda não realizados, salvo algumas exceções. Considerando os que já foram prestados, esses serão liquidados assim que as respectivas notas fiscais forem encaminhadas. Quanto aos serviços que ainda não foram realizados somente serão pagos após a realização desses e apresentação das referidas notas fiscais. Caso seja identificada alguma sobra orçamentária, o referido saldo será devidamente cancelado.

2.3.1.2. Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

2.3.1.2.1. Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Quadro 8 – Restos a Pagar – Ação Censos Demográfico e Agropecuário

Identificação da Ação					
<i>Código/Título</i>	20U7 – Censos Demográfico e Agropecuário			<i>Tipo:</i>	Atividade
<i>Iniciativa</i>	0290 - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.				
<i>Objetivo</i>	0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.				
<i>Programa</i>	2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública			<i>Tipo:</i>	Temático
<i>Unidade Orçamentária</i>	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Código SIAFI: 114601				
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
<i>Valor em 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Realizada</i>
24.148.773,51	23.457.919,33	277.722,86	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial, fev/2016.

A Ação Censos Demográfico e Agropecuário, que tem por finalidade fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País, não teve recursos orçamentários disponíveis no exercício de 2015.

Em 2014, a ação, sofrendo contingenciamento, recebeu R\$28,5 milhões como limite alocado ao Plano Orçamentário Contagem da População. Com o objetivo de preservar os trabalhos da Base Territorial, tendo em vista que seus resultados (mapas e cadastros atualizados) atendem, além dos censos, a diversas outras pesquisas do IBGE, assegurando a boa qualidade de suas coberturas, decidiu-se pelo prosseguimento das atividades técnicas que já se encontravam em pleno desenvolvimento, sem perder os gastos já realizados, sobretudo em tecnologia da informação.

No quadro de Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores é demonstrado um valor liquidado de R\$23.457.919,33, que se refere, em sua maior parte, a: (i) processos de licitação para aquisição de veículos utilitários picape com tração 4x4; (ii) aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, como servidores de armazenamento, *switches* de rede e estações de trabalho (*workstations*); e (iii) atualização de licenças de *softwares* de geoprocessamento, desenvolvimento de sistemas e serviços técnicos na área de tecnologia da informação.

A aquisição de veículos tem o objetivo de atender à necessidade dos levantamentos e coletas que são realizados em todo o país, em especial nas regiões acidentadas de difícil acesso. Quanto às despesas com equipamentos de processamento de dados, desenvolvimento de sistemas e serviços técnicos na área de tecnologia da informação atenderam a diversos projetos inerentes ao preparo das operações censitárias.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os fatores considerados intervenientes no desempenho orçamentário, caso sejam de relevante menção, estão descritos nos demais tópicos desta seção.

2.3.3. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 9 - Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: IBGE		Código UO: 47205		UGO: 114601	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	79.625.840,60	76.769.199,09	78.995.954,59	76.736.838,17	
a) Convite	0,00	3.832,44	0,00	3.832,44	
b) Tomada de Preços	225.198,46	492.650,28	225.198,46	492.650,28	
c) Concorrência	119.960,86	995.083,58	119.960,86	995.083,58	
d) Pregão	79.280.681,28	75.277.632,79	78.650.795,27	75.245.271,87	
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	49.039.776,97	49.107.763,88	48.665.522,49	49.103.383,10	
h) Dispensa	28.693.892,14	31.587.795,05	28.630.564,70	31.583.520,44	
i) Inexigibilidade	20.345.884,83	17.519.968,83	20.034.957,79	17.519.862,66	
3. Regime de Execução Especial	5.811.214,36	6.033.524,77	5.811.214,36	6.033.524,77	
j) Suprimento de Fundos	5.811.214,36	6.033.524,77	5.811.214,36	6.033.524,77	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.853.630.766,78	1.745.612.928,94	1.853.585.851,23	1.743.915.473,03	
k) Pagamento em Folha	1.843.012.322,55	1.729.128.699,09	1.842.967.965,20	1.727.432.997,08	
l) Diárias	10.618.444,23	16.484.229,85	10.617.886,03	16.482.475,95	
5. Outros*	103.617.889,14	100.014.663,01	103.591.817,58	100.013.428,13	
6. Total (1+2+3+4+5)	2.091.725.487,85	1.977.538.079,69	2.090.650.360,25	1.975.802.647,20	

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) Gerencial, 2014 e Tesouro Gerencial, 2015.

Nota: *Dentre as despesas contidas em Outros, destacam-se: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Auxílio Transporte, Estagiários, Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica e Contribuição P/ o PIS/PASEP.

Quadro 10 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: IBGE					Código UO: 47205		UGO: 114601	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	1.843.012.322,55	1.729.141.418,01	1.843.012.322,55	1.729.128.699,09	0,00	12.718,92	1.842.967.965,20	1.727.432.997,08
11-Venc. E Vantag. Fixas	725.173.387,94	711.846.940,10	725.173.387,94	711.835.561,22	0,00	11.378,88	725.162.989,31	711.835.561,22
01-Aposentadorias e Reformas	689.672.627,46	628.602.721,86	689.672.627,46	628.602.721,86	0,00	0,00	689.672.627,46	628.141.407,42
03-Pensões do RPPS e do Militar	172.297.906,70	158.265.398,80	172.297.906,70	158.265.398,80	0,00	0,00	172.297.906,70	158.265.398,80
Demais elementos do grupo	255.868.400,45	230.426.357,25	255.868.400,45	230.425.017,21	0,00	1.340,04	255.834.441,73	229.190.629,64
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21-Juros s/a Dívida p/ Contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22-Outros Encargos s/a Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	268.309.773,91	265.653.821,75	248.445.622,20	246.826.606,53	19.864.151,71	18.827.215,22	247.414.851,95	246.786.876,05
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	102.360.680,06	103.397.868,66	88.644.944,79	90.006.667,05	13.715.735,27	13.391.201,61	87.815.552,36	89.992.218,56
04-Contratação p/ Tempo Determinado	30.110.748,89	27.056.851,52	30.110.748,89	27.056.851,52	0,00	0,00	30.110.748,89	27.056.851,52
46-Auxílio Alimentação	25.966.749,86	27.000.089,54	25.966.749,86	27.000.089,54	0,00	0,00	25.966.749,86	27.000.089,54
Demais elementos do grupo	109.871.595,10	108.199.012,03	103.723.178,66	102.762.998,42	6.148.416,44	5.436.013,61	103.521.800,84	102.737.716,43
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	2.903.391,94	32.908.738,29	267.543,10	1.582.774,07	2.635.848,84	31.325.964,22	267.543,10	1.582.774,07
52-Equip. E Mat. Permanente	1.927.273,24	26.300.653,94	138.034,30	1.277.906,48	1.789.238,94	25.022.747,46	138.034,30	1.277.906,48
51-Obras e Instalações	551.598,35	5.569.712,72	70.276,77	302.568,59	481.321,58	5.267.144,13	70.276,77	302.568,59
39-Out. Serv. de Terc. - PJ	372.688,32	1.035.536,28	7.400,00	0,00	365.288,32	1.035.536,28	7.400,00	0,00
Demais elementos do grupo	51.832,03	2.835,35	51.832,03	2.299,00	0,00	536,35	51.832,03	2.299,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71-Principal da Dívida p/ Cont.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1+2+3+4+5+6)	2.114.225.488,40	2.027.703.978,05	2.091.725.487,85	1.977.538.079,69	22.500.000,55	50.165.898,36	2.090.650.360,25	1.975.802.647,20

Fonte: SIAFI Gerencial, 2014 e Tesouro Gerencial, 2015.

A programação orçamentária do IBGE de 2015 comparada com a de 2014 não sofreu oscilações significativas de valor, com exceção do grupo de despesa Investimentos.

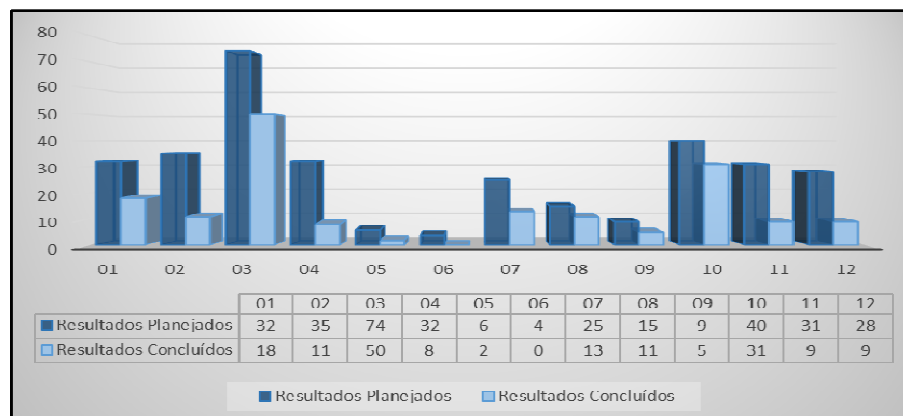
Observa-se que as despesas desse grupo foram bem maiores em 2014 que em 2015. Isso decorre do fato de que no ano de 2014 o IBGE efetuou investimentos relacionados à ação Contagem da População, com a compra de veículos para atender os deslocamentos necessários na rede de coleta, à compra de equipamentos de TIC, bem como a despesas em obras.

Em 2015, os gastos com Investimentos foram concentrados na modernização do parque tecnológico (com a aquisição de Estação de Trabalho, *Desktops*, Receptores e Decodificadores), na manutenção e documentação de sistema de informações, assim como na manutenção e conservação de bens imóveis.

2.4. Desempenho operacional

Na estrutura elaborada pelo IBGE no Plano Estratégico 2012-2015, o cumprimento dos objetivos e metas estão diretamente ligados aos resultados atingidos. Para o ano de 2015, foram estabelecidos 331 resultados. Dentre esses, 167 resultados foram concluídos, totalizando 50,45% do total. No gráfico 5, pode-se observar a quantidade de resultados planejados e concluídos por macroprocesso.

Gráfico 5 - Quantidade de resultados planejados e concluídos por macroprocesso



Fonte: Sigestão, 2016.

Os resultados não alcançados no período tiveram causas diversas. As principais dificuldades identificadas durante o acompanhamento foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Recursos Humanos: abrangem problemas relacionados à falta de pessoal, número de aposentadorias, equipes reduzidas;
- Orçamento: abrangem problemas relacionados à falta de recursos orçamentários, contingenciamento e problemas de limites;
- Organizações Parceiras: abrangem problemas relacionados à falta de posicionamento de organizações parceiras como ministérios e estados, ou seja, envolve posicionamento de outros órgãos que fogem ao círculo de influência do IBGE.

Dos resultados alcançados, em 2015, pode-se destacar, por macroprocesso:

01 - Governança Institucional – (1) atualização da Política Institucional de Segurança da Informação; (2) produção e divulgação de documento institucional contendo a definição dos procedimentos para lidar com erros de divulgação de informações; (3) participação do IBGE em pelo menos quatro eventos

internacionais relacionados ao seu programa de trabalho; (4) treinamento dado a pelo menos 6 jornalistas para a compreensão, recuperação e utilização de informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE; (5) automatização dos processos operacionais realizados pela auditoria interna;

02 - Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas – (1) realização de reunião da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA); (2) realização de uma reunião do Comitê Gestor de Estatísticas Sociais e duas reuniões do Comitê Executivo de Estatísticas Sociais; (3) realização de reunião do Comitê Técnico das Contas Regionais do Brasil; (4) realização de reunião do Comitê Técnico do PIB dos municípios do Brasil; (5) realização de reunião do Comitê de Estatísticas Econômicas Ambientais da Água; (6) realização de reunião do Comitê de Estatísticas Demográficas; (7) realização de reuniões da Comissão nacional de Cartografia (CONCAR); (8) realização de seis ações de capacitação para instituições produtoras de geoinformações;

03 - Produção de Informações Estatísticas – (1) divulgação dos resultados das pesquisas correntes; (2) divulgação da Série do Sistema de Contas Nacionais 1995-2012; (3) reavaliação da metodologia de organização dos trabalhos entre o IBGE e os organismos estaduais; (4) estimação da Conta de Geração de Renda por Atividade Econômica e Unidades da Federação; (5) aprimoramento da metodologia das Pesquisas de Especificação de Produtos e Serviços (PEPS); (6) realização da coleta da PeNSE com ampliação da amostra para representar as unidades da federação; (7) implantação do Índice de Preços ao Produtor para Indústria Extrativa; (8) proposição de conceitos e metodologia para a ampliação da produção de estatísticas sobre o custo do trabalho;

04 - Produção de Informações Geocientíficas – (1) desenvolvimento e disponibilização do MAPGEO; (2) implementação de duas novas estações da RBMC; (3) reequipamento de duas estações da RBMC; (4) disponibilização da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000; (5) disponibilização do Mapa Político dos Estados da Federação; (6) atualização do Manual Técnico de Pedologia; (7) publicação da análise e caracterização das aglomerações urbanas; (8) mapeamento e disponibilização da cobertura e uso da terra, na escala 1:250.000, no Estado do Mato Grosso;

05 - Produção de Informações Censitárias – (1) planejamento das Comissões Municipais de Geografia e Estatística; (2) planejamento e definição da estratégia de treinamento do Censo Agropecuário;

06 - Produção de Informações Ambientais – não houve resultados concluídos em 2015;

07 - Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações – (1) elaboração da metodologia para avaliação e gestão da qualidade das informações geocientíficas; (2) produção e divulgação de documento institucional contendo a definição da política de revisão de dados das operações estatísticas; (3) produção e divulgação de documento institucional contendo a definição de um padrão para divulgação de erros amostrais associados às estimativas provenientes de pesquisas por amostragem probabilística; (4) realização do Seminário de Metodologia do IBGE sobre discussão e reflexão sobre os avanços, desafios e perspectivas da metodologia requerida para a produção, preservação, compartilhamento, disseminação e análise das informações e estatísticas públicas; (5) atualização dos cadastros e as malhas das estruturas territoriais;

08 - Disseminação de Informações – (1) treinamento de 20 turmas de usuários externos em ferramentas digitais; (2) realização de encontro com as áreas produtoras do IBGE; (3) promoção de ações de *marketing* em 90% dos eventos previstos no calendário do IBGE; (4) publicação de dez vídeos contendo tutoriais, explicações sobre pesquisa e uso de ferramentas, e relatos da memória institucional; (5) realização de ação educativa voltada para a educação geocientífica e estatística do público infante juvenil; (6) realização de ação de sensibilização e estímulo ao uso das informações produzidas pelo

IBGE junto a segmentos específicos; (7) expansão da Rede de Bibliotecas Depositárias em dez unidades; (8) implantação do serviço de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas em grade, no portal do IBGE na internet; (9) ampliação, em 15%, do acervo de monografias do IBGE, em formato digital, na Biblioteca Virtual; (10) reformulação do canal Memória Institucional no portal do IBGE; (11) implantação do Projeto História das Unidades Estaduais em pelo menos três unidades;

09 - Ensino Superior, Pesquisa e Extensão – (1) realização de estudo para a criação do programa de intercâmbio; (2) implementação de intercâmbio entre ENCE e universidade ou instituto de pesquisa; (3) reformulação da estrutura curricular do Bacharelado em Estatística; (4) implementação do Sistema Acadêmico do Mestrado; (5) reformulação da intranet do IBGE;

10 - Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação – (1) estabelecimento de indicadores de qualidade em 100% dos contratos de TIC; (2) atualização do ambiente de *software*; (3) atualização do ambiente de *hardware*; (4) atualização da infraestrutura de rede; (5) realização de levantamento das necessidades de TIC; (6) integração de 80% das bases de dados e sistemas; (7) implantação do processo de desenvolvimento, homologação e produção de *software* em 100% dos novos projetos; (8) atualização de 80% das bases de dados e sistemas; (9) inclusão de 100% dos microdados produzidos no Banco Multidimensional de Estatísticas; (10) qualificação de 10 técnicos em habilidade de produção, suporte e operação nos novos processos de trabalho; (11) implantação e homologação dos serviços de internet corporativa; (12) criação de rotinas e processos para a proteção e auditoria de segurança; (13) elaboração do Plano de Recuperação de Desastres dos Centros de Processamento de Dados; (14) implantação de nova solução de rede de longa distância, interligando todos os complexos do Rio de Janeiro e Unidades Estaduais, que suporte todo o tráfego (telefonia IP, vídeo ao vivo, produção, intranet e internet institucional); (15) criação da base de conhecimentos de soluções de problemas de TIC; (16) implantação de acompanhamento dos indicadores de qualidade e desempenho;

11 - Gestão de Pessoas – (1) realização de levantamento de expectativas dos novos servidores; (2) realização de pesquisa de acompanhamento dos novos servidores; (3) desenvolvimento de projeto visando à implementação de programa de realocação de servidores a ser efetivado antes de cada concurso público; (4) participação da ENCE em três eventos da rede de Escolas de Governo; (5) desenvolvimento de três treinamentos de pesquisas em Educação a Distância (EAD); (6) implementação de campanha anual de vacinação; (7) realização de reuniões trimestrais com as áreas de pessoas de outros ministérios e órgãos de controle externo; (8) realização de parceria com um órgão público para o desenvolvimento e oferta de Ações de EAD; (9) implementação do plano de trabalho dos treinamentos operacionais;

12 - Gestão Administrativa – (1) elaboração de proposta de desenvolvimento de processo automatizado; (2) automatização de oito processos de trabalho; (3) proposição de revisão das instalações físicas nas sedes de duas Unidades Estaduais; (4) atendimento das reais necessidades das frotas de veículos nas Unidades Estaduais; (5) aprimoramento do Sistema de Informações Gerenciais SIGA-Rede; (6) adaptação da execução do módulo de contratos; (7) aprimoramento do Sistema de Documentos Fiscais; (8) revisão dos contratos, em vigor, de fornecimento de materiais e serviços das Unidades Estaduais ; (9) cadastramento dos valores das reavaliações dos bens móveis anteriores a 2010 no módulo de depreciação do Sistema de Bens Móveis/Depreciação.

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, o IBGE utiliza quatro indicadores, conforme mostra o quadro 11 - Indicadores de Desempenho.

Os indicadores ‘Taxa de Resultados Alcançados’ e ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ objetivam a mensuração do fator eficácia. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS)/Diretoria-Executiva, que o executa a partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. A responsabilidade pelo cálculo da ‘Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas’ é do Centro de Documentação e Disseminação de Informações que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Foi implantado, a partir de 2004, o indicador ‘Tempo Médio de Resposta’ que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico no endereço ibge@ibge.gov.br. O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado do CDDI, cujos resultados são obtidos com as correspondências de usuários que tiveram uma resposta final e conclusiva.

Temos ainda, conforme citado no item 4 (Relacionamento com a Sociedade), o indicador Taxa de Satisfação dos Usuários (TSU) que permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. O cálculo desse indicador é de responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações que o executa com base na relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

Quadro 11 – Indicadores de Desempenho

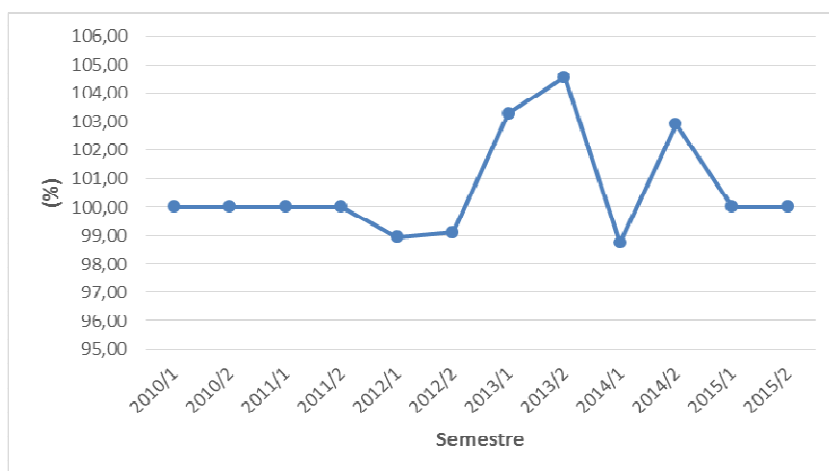
	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		Fórmula de cálculo	Unidade	Periodicidade
E F I C Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados - RA A composição desse indicador tem como base as metas das Ações Orçamentárias do IBGE, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left(\frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ <p>M_R = metas realizadas M_P = metas prevista n = nº de resultados obtidos</p>	%	Semestral
	<p>Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas - TDIEG A partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários que buscaram acesso às informações publicadas pelo IBGE, no ano em análise, em relação ao ano anterior ao do início do quadriênio do PPA, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDIEG = \left(\frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) \times 100$ <p>NU_n = nº de usuários atendidos no ano NU_{n-1} = nº de usuários atendidos no ano anterior ao do início do PPA</p>	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	<p>Tempo de Resposta - TR Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p>ΣT_i = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês n = nº de atendimentos realizados no mês</p>	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário - S Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$S = \frac{\bar{A}}{\bar{E}} \times 100$ <p>Ā = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i> Ē = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i></p>	%	Anual

Fonte: IBGE.

No exercício de 2015, no que se refere a Taxa de Resultados Alcançados, a Instituição atingiu o patamar de 100,00% no primeiro semestre e 100,00% no segundo semestre do exercício, mantendo assim a eficácia no alcance das metas estabelecidas.

O gráfico 6 apresenta uma série história na qual verifica-se o cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período 2010-2015.

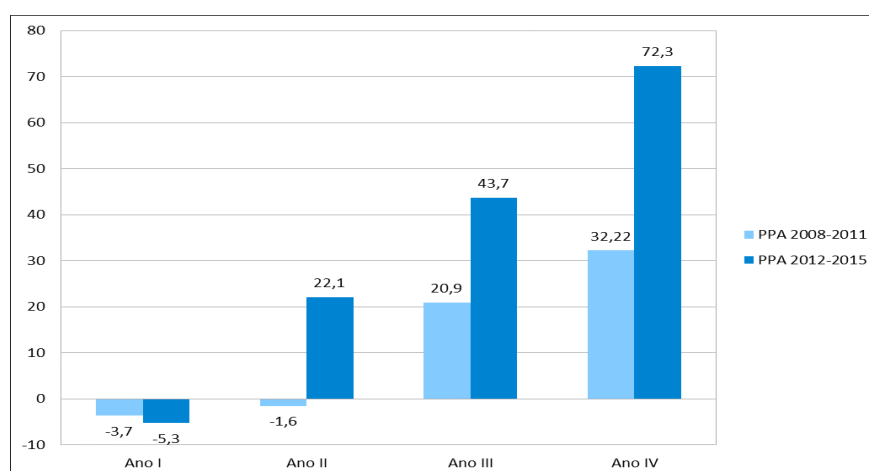
Gráfico 6 - Resultados do Indicador Taxa de Resultados Alcançados – IBGE 2010-2015



Fonte: Diretoria Executiva do IBGE, mar/2015.

A Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDIEG) do quadriênio do PPA 2012-2015 alcançou o valor de 72,3%, considerando o número acumulado de usuários que buscaram acesso às informações publicados pelo IBGE nos anos de 2011 e 2015, 29.081.173 e 50.105.688, respectivamente.

Gráfico 7 - Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas, para os Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015 - IBGE



Fonte: IBGE, CDDI, Coordenação de Atendimento Integrado (COATI).

Vale destacar que o IBGE vem tendo um elevado número de usuários de informações estatísticas e geocientíficas, revelando a eficácia do seu trabalho, devido ao seu portal na internet que conta com uma grande oferta de informações sempre com novidades a cada semana. Esse resultado de aumento real de usuários atendidos, também é justificado pelo bem sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização do portal do Instituto, o que mostra já no final de 2013 a superação da TDIEG almejada de crescimento para o final do período do PPA no nível de 4.5%.

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

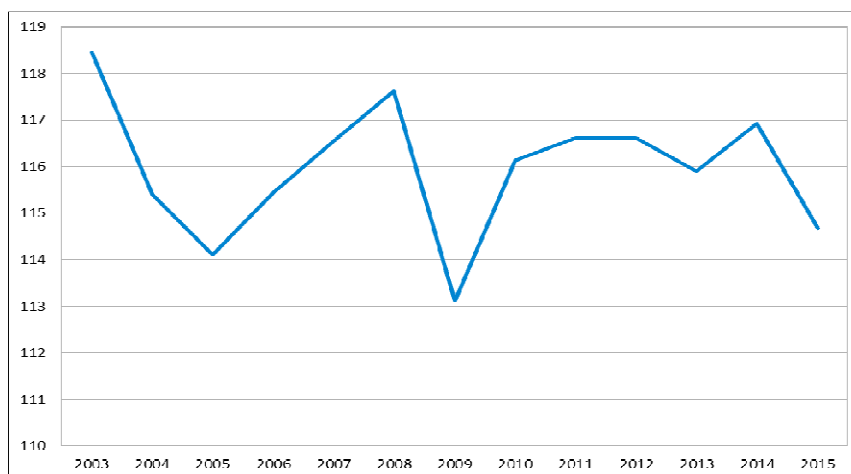
O indicador Taxa de Satisfação dos Usuários permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

A pesquisa de 2015 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 114,67%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários, representado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Taxa de Satisfação dos Usuários de Informações Estatísticas e Geocientíficas - IBGE – 2003/2015



Fonte: IBGE, CDDI, COATI, Pesquisa de Satisfação dos Usuários 2003-2015.

Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta – Médio (TRm) é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

Na comparação dos resultados alcançados, em 2015, em relação a 2014, observa-se, em uma análise global, uma estabilização da eficiência no Atendimento por Correspondência, pois o tempo médio de resposta anual passou de 3,9 dias, em 2014, para 4,0 dias, em 2015.

Esta estabilização do tempo médio de atendimento por correspondência, em 2015, deve-se à manutenção do perfil da demanda; demanda esta que se tornou mais complexa e seletiva, em função da grande oferta de informações no portal do IBGE, na internet.

3 Governança

3.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança e autocontrole da gestão do IBGE é composta pelos seguintes órgãos colegiados de direção superior e seccionais:

- I. Órgãos colegiados de direção superior:
 - a. Conselho Técnico
 - b. Conselho Curador
 - c. Conselho Diretor
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Presidente:
 - a. Gabinete da Presidência
- III. Órgãos seccionais:
 - a. Auditoria Interna
 - b. Procuradoria Federal
 - c. Diretoria-Executiva
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Pesquisas
 - b. Diretoria de Geociências
 - c. Diretoria de Informática
 - d. Centro de Documentação e Disseminação de Informações
 - e. Escola Nacional de Ciências Estatísticas
- V. Órgãos descentralizados:
 - a. Unidades Estaduais

A seguir, são apresentadas a base normativa, atribuições e forma de atuação de cada instância de controle da instituição:

Conselho Técnico

O Conselho Técnico do IBGE é um órgão colegiado destinado a acompanhar e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional.

Está previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso V, do art. 8º, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Técnico são tomadas por maioria de votos dos presentes.

Conselho Curador

O Conselho Curador do IBGE é um órgão colegiado destinado a exercer, em caráter permanente, a fiscalização, o acompanhamento e o controle de gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira da Instituição, cabendo-lhe também o exercício de atividades consultivas da Presidência do Instituto.

Está previsto no art. 13 da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no art. 5º do Estatuto do IBGE aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Além disso, rege-se pelas normas e disposições contidas em regimento próprio, elaborado e expedido em decorrência do disposto no inciso VIII, do art. 10, do mencionado Estatuto.

Atua se reunindo ordinariamente, quatro vezes por ano, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou da maioria de seus membros. As deliberações do Conselho Curador são tomadas por maioria simples de votos, presentes no mínimo quatro membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor do IBGE é um órgão colegiado a quem cabe estabelecer as políticas reitoras da atuação da Instituição, dando publicidade de seus atos e deliberações.

Está previsto no art. 5º do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e rege-se pelas normas e disposições contidas no regimento do Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

As deliberações do Conselho Diretor são tomadas por maioria simples de votos, desde que estejam presentes no mínimo três membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Gabinete da Presidência

De acordo com o art. 14 do Estatuto do IBGE, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e pelas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, o Gabinete da Presidência é o órgão que assiste ao Presidente na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

Auditoria Interna

No exercício de suas competências a Auditoria Interna do IBGE vincula-se administrativamente ao Conselho Curador, conforme estabelece o art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei nº 10.180/2001; Instrução Normativa - IN nº 01/2001 – Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

A atividade de auditoria interna tem como objetivo agregar valor e melhorar as operações da organização. Seu objetivo primordial é o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública, tendo por finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística.

Para tanto, a auditoria interna do IBGE dispõe de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais. Pela atividade de fiscalização é avaliada a execução de programas de governo inclusos nos orçamentos da União e no Plano Plurianual.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal no IBGE é um órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 2º, § 3º, da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete a ela representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE e prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da lei complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é a área responsável por exercer as atividades de planejamento e coordenação geral, de administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, de registros e análises contábeis, e de atividades de suporte às unidades descentralizadas.

Está prevista no art. 17 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Pesquisas

A Diretoria de Pesquisas é responsável por levantar a realidade social e econômica do país, de forma sistemática, fundamentando o planejamento público e privado em suas políticas e estratégias de ação, por meio da realização de pesquisas e estudos estatísticos.

Está prevista no art. 18 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Geociências

A Diretoria de Geociências do IBGE é responsável pela produção de informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas, com o objetivo de representar o país em linguagem cartográfica com mapas e cartas que retratam a paisagem natural do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, elaborando e levantando informações geográficas, ambientais, cartográficas e geodésicas.

Está prevista no art. 19 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática é responsável por prover a constante prospecção, integração e disponibilização da Tecnologia da Informação, assim como administra o acervo institucional de dados, em consonância à missão do IBGE de satisfazer as necessidades de informação da sociedade. Para tanto, é sua responsabilidade planejar, pesquisar, orientar, adquirir, desenvolver, integrar, implementar, disponibilizar, suportar e gerir o ambiente de informática da Instituição.

Está prevista no art. 20 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

O Centro de Disseminação e Documentação de Informações busca desenvolver produtos e serviços de informações adequadas aos vários segmentos dos usuários do IBGE, divulgando e comercializando os produtos institucionais.

Está previsto no art. 21 do Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas é uma instituição federal de ensino superior, que promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, atua em três níveis de ensino, oferecendo também cursos avulsos de atualização e extensão. Entre seus programas de trabalho destacam-se:

- Curso de Bacharelado em Estatística;
- Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território;
- Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais;
- Capacitação e treinamento de servidores do IBGE - Plano Anual de Treinamento.

Está prevista no art. 22 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, e nas normas e disposições contidas no regimento deste Instituto, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Unidades Estaduais

A Fundação IBGE possui ainda 27 Unidades Estaduais, sendo uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à presidência do IBGE, que tem como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

Essas Unidades contam ainda com 584 agências de coleta de dados nos principais municípios brasileiros para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados do IBGE.

3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

A seguir, são apresentadas informações sobre a composição dos colegiados, seus papéis e funcionamento e o processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil.

Conselho Técnico

O Conselho Técnico é composto pelo Presidente do IBGE, na qualidade de membro nato, que o preside, e por 10 conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área de produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

Dentre os membros do Conselho, quatro são representantes, respectivamente, os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, do Trabalho e Emprego e da Defesa, por indicação de seus titulares.

Ao Conselho Técnico compete:

- a. Formular propostas e pronunciar-se acerca de questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Apreciar a proposta do Conselho Diretor referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE;
- c. Apreciar o relatório anual de atividades da Fundação IBGE e a execução de seus planos de trabalho, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação;
- d. Apreciar assuntos de natureza técnica que lhe sejam submetidos pelos seus membros, pelo Conselho Diretor, por órgãos governamentais ou instituições da sociedade civil, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; e
- e. Elaborar seu Regimento Interno.

Conselho Curador

O Conselho Curador é composto pelo Presidente do IBGE, que o preside, e por cinco membros de reconhecida competência em assuntos contábeis e financeiros designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo um representante do próprio Ministério do Planejamento; um da Secretaria do Tesouro Nacional, indicado pelo titular do Ministério da Fazenda; um representante do Banco Central, indicado pelo titular do órgão; e dois representantes do quadro de pessoal permanente do IBGE, escolhidos de lista composta de seis nomes mais votados, em pleito de âmbito nacional, vedada a eleição de servidores que exerçam cargos em comissão.

Ao Conselho Curador compete:

- a. Apreciar os balancetes periódicos;
- b. Pronunciar-se sobre o balanço e a prestação anual de contas, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- c. Examinar ou mandar examinar a contabilidade, o caixa, os valores em depósitos e os relatórios de auditoria;
- d. Pronunciar-se sobre as propostas de aquisição, oneração, cessão ou alienação de bens imóveis e aceitação de doações com encargos;
- e. Formular representação ao Presidente da Fundação IBGE quanto a irregularidades que, de qualquer forma, chegarem ao seu conhecimento;
- f. Sugerir ao Presidente da Fundação IBGE medidas e providências que reputar úteis às atividades e ao conceito da entidade;
- g. Pronunciar-se sobre consultas que lhe forem dirigidas pelo Presidente da Fundação IBGE sobre matéria de sua competência;
- h. Elaborar seu Regimento Interno; e
- i. Aprovar a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.

Conselho Diretor

O Conselho Diretor é composto pelo Presidente do IBGE, pelos Diretores e Coordenadores-Gerais do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

O Presidente e os Diretores da Fundação IBGE são escolhidos devido à competência técnica e gerencial, sendo nomeados pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, conforme o disposto no art. 1º do Decreto no 4.734, de 11 de junho de 2003. Assim como Presidente e Diretores, os Coordenadores-Gerais também são escolhidos considerando competência técnica e gerencial, sendo nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após a indicação ser apreciada previamente pelo Presidente da República, por intermédio da Casa Civil.

Ao Conselho Diretor compete:

- a. Estabelecer as políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE, dando publicidade de seus atos e deliberações;
- b. Submeter ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa;
- c. Avaliar periodicamente o desempenho dos diferentes órgãos da Fundação IBGE, estabelecendo metas e recomendações de atuação, a partir das deliberações adotadas;
- d. Coordenar a atuação dos órgãos da Fundação IBGE, garantindo sua integração e a adequada repartição dos meios necessários, determinando a adoção de medidas corretivas pertinentes;
- e. Estabelecer a política de recursos humanos, observadas as diretrizes fixadas pelas autoridades competentes;
- f. Estabelecer a distribuição dos cargos em comissão de Gerente e das funções gratificadas que serão alocados às Coordenações e Unidades Estaduais, mantidos os quantitativos fixados no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Fundação IBGE, bem como definir suas competências;
- g. Elaborar o relatório anual de atividades e a execução orçamentária, com o objetivo de estabelecer ações gerenciais;
- h. Elaborar e submeter ao Conselho Curador os balancetes periódicos, o balanço e a prestação anual de contas e as propostas de aquisição, cessão, oneração e alienação de bens imóveis ou de aceitação de doações com encargos;
- i. Pronunciar-se sobre a celebração de convênios e outros ajustes similares;
- j. Encaminhar ao Conselho Técnico propostas para revisão dos planos de trabalho anuais e plurianuais da Fundação IBGE;
- k. Pronunciar-se sobre propostas de modificações do Estatuto da Fundação IBGE; e
- l. Elaborar a proposta do Regimento Interno da Fundação IBGE e suas alterações.

Auditoria Interna

A nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe é submetida pelo Presidente da Fundação IBGE ao Conselho Curador para aprovação e, posteriormente, à Controladoria-Geral da União.

À Auditoria Interna compete:

- a. Fiscalizar o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras da Fundação IBGE; e
- b. Comprovar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

Procuradoria Federal

O Procurador Federal no IBGE será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União, e a ele compete:

- a. Representar judicial e extrajudicialmente a Fundação IBGE;
- b. Prestar assessoria aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no artigo 11º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e
- c. Apurar a liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Fundação IBGE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Unidades Estaduais

Os Chefes de Unidades Estaduais são nomeados mediante ato do Presidente da Fundação IBGE, após processo seletivo interno conforme critérios estabelecidos Resolução do Conselho Diretor nº 27, de 05 de dezembro de 2014. Conforme descrito nessa Resolução, os titulares de cargo de Chefia das Unidades Estaduais devem possuir extensos e profundos conhecimentos sobre a Instituição e seus trabalhos.

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna

A AUD do IBGE está administrativamente vinculada ao Conselho Curador, sendo diretamente subordinada à Presidenta do IBGE. Realiza suas atividades com quatorze servidores do quadro permanente, um assistente técnico, uma secretária e um auditor-chefe.

As atividades de auditoria interna são orientadas segundo critérios como materialidade, relevância e criticidade. Pelo primeiro destaca-se a Administração Central que respondeu por cerca de 97% da execução orçamentária do exercício de 2015 – incluindo-se a despesa de pessoal e encargos sociais. As Unidades Estaduais (27), que executaram cerca de 3% da despesa anual, são ciclicamente visitadas em períodos não superiores a três anos, tendo por base os outros dois critérios.

Foram realizadas 85,7% das ações de auditoria das 29 previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2015. Contribuíram para a não realização da totalidade das ações a ocupação de esforços em desenvolvimento organizacional e capacitação - treinamento em serviço - de oito servidores que ingressaram na AUD, cinco em 2014 e três em 2015.

Como resultado foram efetuadas 317 recomendações para encaminhamento de melhorias em procedimentos e rotinas administrativas. A maioria referente a questões pontuais e de baixo impacto à eficiência do controle interno. Eventuais situações adversas, ou críticas, são imediatamente comunicadas à Administração que, prontamente, adota as medidas adequadas ao caso.

Dessas recomendações, 85,3% foram implementadas pelos gestores e 14,3% encontram-se no prazo estabelecido no Plano de Providências Permanente do IBGE. Esses resultados demonstram os benefícios da atuação dos auditores para fortalecimento do controle interno, especialmente as atividades de controle.

As visitas periódicas às Unidades do IBGE potencializam o fortalecimento do principal elemento do controle interno - o ambiente.

Em consonância com o Regimento Interno do IBGE, aprovado pela Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a AUD emite relatórios de auditoria trimestrais tendo por objeto a gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira do IBGE. Esses relatórios são submetidos ao Conselho Diretor e Conselho Curador. Dessa forma, contribui diretamente para o funcionamento de elementos de controle como a informação e comunicação, potencializando a atividade de monitoramento como também o ambiente controle.

Como desenvolvimento organizacional foi implementada a automatização dos procedimentos de auditoria interna e o Plano de Providências Permanente do IBGE, que oferece funcionalidades para acompanhamento efetivo da implementação de soluções para melhoria da gestão e das demandas de órgão de controle como CGU e TCU.

Concomitantemente à execução das Ações do PAINT 2015, a AUD atuou no atendimento de diversas demandas adicionais, caracterizadas pelas solicitações de esclarecimentos de dúvidas, orientações e várias outras formas de manifestações das inúmeras unidades do IBGE. Atuou ainda atendendo a CGU, TCU, cumprindo solicitações/determinações, bem como tratando as demandas provenientes das Procuradorias Federais nos Estados (Ministério Público).

3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IBGE vem desenvolvendo, habitualmente, as atividades relativas a apuração de ilícitos administrativos.

No âmbito das Diretorias, os processos correccionais são desenvolvidos por servidores lotados na Diretoria-Executiva/Gerência de Processos Administrativos Disciplinares (GEPAD), que, em algumas ocasiões, contam com a participação de servidores lotados em outras Diretorias.

Nas Unidades Regionais estes procedimentos, via de regra, são desenvolvidos por servidores lotados na própria Unidade, excetuando-se aqueles processos que envolvem fatos de maior gravidade, para os quais a Administração determina, sejam apurados pela equipe de servidores que compõem a GEPAD, com maior experiência em procedimentos disciplinares mais complexos.

A exemplo, no exercício de 2015, destacam-se os processos referentes a “Operação Dr. Lao”, assim intitulada pela Polícia Federal, referente a irregularidades praticadas por oito servidores, no âmbito da UE/Mato Grosso e instaurado no IBGE por provocação da CGU, bem como, outros dois processos: um no âmbito da UE/Roraima e outro no âmbito da UE/Santa Catarina, decorrentes de denúncias internas, relativas a procedimentos inadequados por parte dos servidores envolvidos, e que foram apurados por servidores da GEPAD.

Tais irregularidades contrariam as normas traçadas na Lei 8.112/90, em especial, aquelas relativas a prática de atos de improbidade administrativa, plenamente tipificados no inciso IV, do art. 132, da referida Norma Legal, bem como o valimento do cargo para lograr proveito pessoal, consoante o disposto no inciso IX do art. 117, e que, com raras exceções, acarretam a proposição da penalidade de demissão.

Importante asseverar, que com relação aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043/2007, referente ao Sistema CGU/PAD, tais recomendações são cumpridas rigorosamente, enfatizando-se que, no exercício de 2015, foram lançados no CGU/PAD, 66 procedimentos disciplinares, como evidenciado na figura 11.

Figura 11 – Relatório de Procedimentos Instaurados registrados no Sistema CGU/PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
Período: 01/01/2015 a 31/12/2015		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		19
Total de Ritos Sumários		3
Total de Sindicâncias		54
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		5
Total de Procedimentos		81

Fonte: CGU-PAD, jan/2016

3.5. Gestão de riscos e controles internos

Uma organização pública, ao desempenhar suas atividades, está sujeita a incidentes ou ocorrências originadas em fontes internas ou externas, que podem afetar positiva ou negativamente a realização de seus objetivos. Assim, cabe aos gestores públicos identificar esses riscos, determinando a probabilidade e o impacto que a sua ocorrência teria nos objetivos da organização.

Embora ainda o IBGE não possua uma política de gestão de risco integrada, sistemática e formalmente constituída, as atividades realizadas pela instituição demandam identificação e gerenciamento dos pontos de fragilidade para prevenir e mitigar os fatores críticos que possam colocar em risco a qualidade, a segurança, o sigilo e os custos de produção de informações estatísticas e geocientíficas.

Quanto aos riscos envolvidos no processo de produção de informações, caberia destacar aqueles decorrentes da quebra na segurança das informações (transmissão, armazenamento), erros de coleta e apuração de dados, resistência à prestação de informações, erros de divulgação, não cumprimento de metas, que na maior parte das vezes ocorre por carência de recursos humanos, financeiros ou tecnológicos. Na verdade estes aspectos levantados são relevantes de serem monitorados, porquanto a preservação de uma cultura de excelência no relacionamento com os informantes e usuários depende, fundamentalmente, de se preservar a garantia de sigilo e confidencialidade das informações prestadas que serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Mesmo sem a política de gestão de risco oficialmente definida e instaurada e um processo mapeado, os riscos críticos identificados são analisados e tratados em reunião do Conselho Diretor, que estabelece as diretrizes e recomendações visando à atuação dos gestores na realização de ajustes imediatos em suas rotinas de trabalho e acompanha a execução das operações nas Unidades Organizacionais.

A Auditoria Interna fiscaliza o uso adequado dos recursos por parte das Unidades do IBGE e comprova a legalidade e legitimidade das ações administrativas. Em seu âmbito de atuação, há procedimentos, tecnicamente normatizados, que funcionam por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para desvios gerenciais. Quando eventuais situações adversas, ou críticas, são identificadas e comunicadas à Administração, esta prontamente adota as medidas adequadas ao caso.

Quanto aos controles internos para reduzir os riscos críticos identificados, no processo de produção de informações, a instituição dispõe de algumas estratégias, tais como:

- Realização de procedimentos para o tratamento do sigilo das informações individualizadas e funcionamento do Comitê de Sigilo;
- Procedimentos de segurança física e eletrônica - segurança física das instalações, controle de acesso, defesa contra hackers, transmissão dos dados com criptografia, remoção de atributos de identificação e proteção contra adulteração dos arquivos de dados;
- Realização de testes dos instrumentos e procedimentos de coleta;
- Realização de testes dos sistemas de coleta e apuração;
- Controle e supervisão das atividades de campo;
- Treinamento das equipes;
- Avaliação e acompanhamento contínuo do processo e análise dos resultados;
- Investimento na relação com os informantes;

- Elaboração de manuais de procedimentos para lidar com erros de divulgação, valendo pela importância citar o documento “Procedimentos para Lidar com Erros de Divulgação de Dados e Informações Estatísticas do IBGE”, que está formalizado internamente por meio da norma de serviço da Diretoria de Pesquisa sobre o assunto;
- Aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e de processos de trabalho, visando a eficiência com redução de custos e desonerando os informantes;
- Elaboração da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) e documentos complementares dessa Política. Esta POSIC e seus documentos complementares definem diretrizes estratégicas e operacionais, responsabilidades e competências para garantir a confidencialidade, autenticidade e disponibilidade das informações, além de outros princípios, difundindo as boas práticas e a cultura de segurança da informação no corpo de colaboradores do IBGE;
- Investimentos em formas alternativas de obtenção dos dados, intensificação de ações para acesso e uso de registros administrativos, conforme recomendação da Comissão Estatística das Nações Unidas; e
- Realização de concurso para a reestruturação do quadro de pessoal, sempre que autorizado, em função das aposentadorias e do uso de novas tecnologias.
- No âmbito administrativo, a Auditoria Interna atua no sentido de tornar menos intensos os riscos identificados, com recomendações para encaminhamento de melhorias em procedimentos e rotinas administrativas, na sede do Rio de Janeiro, bem como nas 27 unidades estaduais.
- Quanto ao monitoramento e avaliação da gestão de risco não há, como mencionado, instâncias e processos oficialmente definidos e instaurados na Instituição. Não obstante, identificada alguma ameaça, a solução do risco é estabelecida, é delegada às áreas específicas a adoção das medidas de correção e prevenção. Posteriormente, as medidas estabelecidas são objeto de monitoramento e avaliação pelo Conselho Diretor e AUD.
- Vale registrar, ainda, que o IBGE possui indicadores de desempenho da gestão, formulados a partir dos resultados das ações do PPA e dos atendimentos aos usuários de informações estatísticas e geocientíficas. Com tais indicadores é possível se avaliar a eficiência, eficácia e efetividade, desde o cumprimento das metas estabelecidas nos planos estratégico, tático e operacional até a satisfação das partes interessadas com o atendimento de suas necessidades e expectativas. As diretrizes para o direcionamento da gestão estão intrínsecas nas decisões tomadas pelo Conselho Diretor a partir de avaliações dos resultados das Ações, das avaliações dos usuários das informações produzidas pela Instituição e do cenário conjuntural e estrutural da economia.
- Cabe destacar, também, que a Instituição possui estruturas e atos normativos que são revisados visando reduzir riscos porventura identificados e que asseguram o cumprimento de seus objetivos, a obediência à legislação vigente e a proteção dos recursos em geral, de modo a evitar perdas, mau uso e dano. Nesse aspecto é relevante mencionar:
- A existência de uma Política de Comunicação Integrada como um instrumento orientador e normativo, concebido para sistematizar as ações de comunicação do IBGE;
- A POSIC, em que são geradas a partir dela (i) o Plano de Capacitação Contínua em Segurança da Informação, (ii) o Plano de Continuidade do Negócio, (iii) o Plano de Gerenciamento de

Riscos em Tecnologia da Informação e Comunicações e (iv) o Plano de Gerenciamento e Tratamento de Incidentes em Tecnologia da Informação e Comunicações;

- A criação da Oficina de Relação com o Informante do IBGE, como instância propositiva e responsável pela realização de estudos, consultas e levantamentos sobre temas afetos à relação com o informante;
- A constituição do Grupo de Trabalho sobre Segurança das Informações Estatísticas, que teve como atribuições o exame e a proposição de processos de trabalho com vistas ao aprimoramento da segurança das informações de natureza estatística e à manutenção de seu sigilo;
- O trabalho contínuo das equipes de supervisão de campo em todas as pesquisas;
- O estabelecimento de um Plano Anual de Treinamento visando ações de capacitação e desenvolvimento profissional para os servidores do IBGE;
- O acompanhamento do cronograma de trabalho e da avaliação de desempenho, tanto individual quanto institucional; e
- A estrutura formada pela GEPAD, pela Comissão de Ética do IBGE e pela AUD. Assim fica garantida a apuração de indícios de irregularidades, de modo a se promover a responsabilização em caso de comprovação.
- A Comunicação Integrada, alinhada à missão institucional do IBGE e aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, ajudam a fortalecer o inter-relacionamento dos elementos de controle interno.

4 Relacionamento com a Sociedade

4.1. Canais de acesso do cidadão

O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

O Instituto oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções:

- Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas;
- Produção de informações estatísticas;
- Produção de informações geocientíficas;
- Produção de informações ambientais;
- Disseminação de informações.

O provimento de informações pelo IBGE é realizado através de suas unidades de disseminação, nas capitais das Unidades Estaduais nos 27 estados e do Distrito Federal, sinalizadas com a logomarca da Instituição, com áreas de atendimento imediato presencial, oferecendo um dos maiores acervos de publicações impressas e eletrônicas, como também bases de dados, com informações estatísticas e geográficas do país.

Através do Portal da Instituição na Internet, <www.ibge.gov.br>, o seu principal canal de comunicação, disponibiliza os resultados das pesquisas em páginas dinâmicas e arquivos para download e banco de dados.

Os produtos do Instituto são comercializados nas principais livrarias do país e também na Loja Virtual.

Todo o acervo institucional pode ser pesquisado no canal Biblioteca.

O IBGE oferece, também, atendimento via e-mail ibge@ibge.gov.br, respondendo aos usuários em um prazo médio de três dias. Informações rápidas são atendidas através de seu *call center* (0800-721-8181), com tempo de espera da chamada de até 20 segundos.

Sugestões e reclamações, dirigidas por telefone, correspondência ou pessoalmente, são registradas e encaminhadas à Coordenação Geral de Disseminação de Informações do IBGE, para posterior resposta ao cidadão.

Em 2015, os atendimentos à sociedade feitos pelo IBGE em todo o país, através dos serviços de atendimento e do Portal na Internet foram de 50,1 milhões de usuários atingindo 117,4% da meta física prevista reprogramada para o ano. O resultado mostra que o aumento real de usuários atendidos foi de 17,4% em relação à meta física reprogramada prevista para o período, efeito esse justificado pelo bem-sucedido trabalho do IBGE de reformulação e atualização permanente do Portal do Instituto.

Por fim, para o ano de 2016, antevemos um crescimento de 10%, aproximadamente, sobre a estimativa de 55 milhões.

4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Orientado pela Qualidade no Serviço Público, o IBGE realiza anualmente uma Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de documentação e disseminação de informações, localizados no Distrito Federal e nas capitais dos estados brasileiros.

O indicador TSU permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados da pesquisa refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela Instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação em torno de 100%, tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido.

A pesquisa de 2015 apresentou uma Taxa Geral de Satisfação dos Usuários de 114,67%.

Realizada desde 2003, a pesquisa vem apresentando, como resultado, taxas variando entre 113,15% e 118,45%, indicando que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários.

4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Através do Portal do IBGE na Internet, <www.ibge.gov.br>, são disponibilizados os resultados das pesquisas do IBGE em páginas dinâmicas e arquivos para download e banco de dados.

No Portal, também, é dado acesso à informação, em atendimento à Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Ainda, no Portal, em cumprimento à determinação da Portaria CGU nº 262, de 30 de agosto de 2005, o IBGE divulga informações contidas nos seus Processos de Contas Anuais.

4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Carta do IBGE de Serviços ao Cidadão informa sobre os serviços prestados, as formas de acesso e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O acesso ao conteúdo da Carta é feito através do Portal do IBGE na Internet em sua página referente à Instituição tendo o seguinte endereço direto:

<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/carta_servicos_cidadao.shtm>

Por fim, o Instituto, além de retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, adota normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e o Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, dispensando atendimento prioritário, bem como, eliminando barreiras arquitetônicas e nas comunicações e informações.

5 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

5.1. Desempenho financeiro do exercício

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar indicadores que servirão de suporte para a avaliação do desempenho financeiro da entidade e sua gestão financeira. Juntamente com as informações sobre o fluxo de recursos das disponibilidades, essa análise é útil para a tomada de decisão, influenciando o fluxo de caixa da entidade.

O objetivo do Balanço Financeiro é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício (conforme demonstrado no Balanço Financeiro do 4º Trimestre de 2015, no item 5.4 deste Relatório).

Com base no Balanço Financeiro de 2015 do IBGE, verifica-se que, após alguns desequilíbrios em trimestres anteriores devido a ajustes em contas de disponibilidade de recurso, chamada de Disponibilidade por Destinação de Recursos, o Balanço Financeiro está equilibrado.

Analisando alguns quocientes financeiros, percebe-se que os recebimentos orçamentários e transferências financeiras recebidas até o 4º trimestre superam as despesas orçamentárias e as transferências financeiras concedidas em 1,18%. Já os recebimentos extraorçamentários foram inferiores às despesas extraorçamentárias, principalmente devido ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados. Ao fim do exercício do 2015, houve um aumento da disponibilidade de caixa de 14,11% em relação ao exercício de 2014.

5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.9 e na NBC T 16.10, tais como:

- Em 2011, as Depreciações do Ativo Imobilizado para os bens móveis adquiridos a partir de 2010;
- Em 2012, iniciou o registro de Ajustes para Perdas de Créditos a Receber e Ajustes para Perdas em Dívida Ativa. Ambos são atualizados anualmente, no encerramento do exercício, levando em consideração as contas cujos títulos estejam atrasados, preparando uma análise das contas a receber vencidas, em comparação com períodos anteriores;
- Em 2015, foi realizado o registro da Reavaliação e da Redução a Valor Recuperável dos bens móveis adquiridos antes de 2010 e contabilizada a depreciação.

Com relação à avaliação dos créditos e das dívidas, a Coordenação de Orçamento e Finanças, em atendimento aos princípios contábeis da Oportunidade, da Competência e da Prudência, por meio da Gerência de Contabilidade (GECON), publicou a Ordem de Serviço nº 02/2014, com base na Nota Técnica GECON nº 01/2014, que trata do registro do ajuste das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa.

Em detrimento à amortização dos bens intangíveis, foi priorizado o tratamento da depreciação dos bens móveis, devido a limitação de corpo técnico, resultante do elevado número de aposentadorias. Ressalta-se, contudo, que a amortização dos bens intangíveis encontra-se em análise e deverá ser implementada no 1º semestre de 2016.

Já o registro da depreciação, tanto dos bens móveis adquiridos antes de 2010, como aqueles adquiridos após 2010 é feito mensalmente, utilizando-se o método das quotas constantes. Ademais, quanto às

taxas utilizadas para os cálculos da depreciação e do valor residual, bem como a estimativa da vida útil econômica dos bens móveis, o IBGE utiliza as contidas na macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autárquica e Fundacional.

Cumprir lembrar que o IBGE detém o Sistema de Dados Administrativos (SDA) que, especificamente, no seu módulo de bens móveis, vem sendo ajustado continuamente de forma a viabilizar a emissão de relatórios que auxiliem os registros contábeis da depreciação, recalculada mensalmente, considerando as movimentações dos bens.

Por fim, constata-se que o impacto da adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pelo o IBGE no exercício de 2015 atingiu o montante de R\$ 123.888.727,81.

5.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No final de 2014 o Conselho Diretor do IBGE deliberou pela adesão ao Sistema de Custos (SIC), da STN, e a partir de 2015 iniciou um trabalho para identificação dos centros de custos, em consonância com a estrutura organizacional existente, e que retratasse o processo produtivo, visando a aferição dos custos inerentes às atividades finalísticas do órgão.

Os estudos continuarão a ser desenvolvidos ao longo do exercício de 2016, no entanto, mister enfatizar a necessidade da adesão ao SIC de forma direta, desvinculando tal iniciativa à prévia adesão da Setorial de Custo, do MP, a qual o IBGE encontra-se vinculado.

5.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Toda execução orçamentária, financeira e patrimonial do IBGE é realizada no SIAFI. Portanto, os demonstrativos contábeis exigidos pela Lei 4.320/64 são extraídos inteiramente desse sistema, sem nenhuma possibilidade de confecção manual por este órgão.

As demonstrações contábeis encontram-se no anexo 4 e suas notas explicativas foram transcritas nos parágrafos abaixo:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Introdução e alteração das principais práticas contábeis

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis adotadas estão resumidas da seguinte forma:

Estimativas Contábeis

De acordo com o MCASP, os Ativos e Passivos significativos estão sujeitos a estimativas e premissas. O objetivo é melhorar a relevância e confiabilidade das demonstrações financeiras de uma entidade e a comparabilidade dessas demonstrações financeiras ao longo do tempo.

No IBGE, já foram implantadas as seguintes estimativas contábeis:

- Ajuste com perdas estimadas para as contas de Dívida Ativa;*
- Ajuste com perdas estimadas para as contas de créditos inerentes a ressarcimentos por Cessão de Pessoal e para os Créditos Administrativos.*

Cabe informar ainda que, seguindo a implantação das novas práticas determinadas pela STN, a partir do ano de 2010 o IBGE passou a contabilizar a depreciação. E, em 2015, foi registrada a reavaliação e a redução a valor recuperável dos bens móveis adquiridos antes de 2010.

Reavaliação e Redução a Valor Recuperável

A Coordenação de Recursos Materiais (CRM) realizou as Reavaliações e as Reduções a Valor Recuperável dos bens móveis do IBGE adquiridos antes do exercício de 2010. No processo administrativo 03604.001849/2012-31, está definida a metodologia aplicada e a execução desse procedimento na ferramenta institucional “Sistema de Dados Administrativos” (SDA), especificamente, no módulo de bens móveis. Os trabalhos da Comissão de Reavaliação constituída por portaria da Presidência do IBGE já foram finalizados e a análise e validação da metodologia adotada foram realizadas pela Auditoria Interna. O registro patrimonial da Reavaliação e Redução a Valor Recuperável foi feito no 4º trimestre de 2015, impactando em uma redução do Ativo Imobilizado do IBGE em R\$106.870.476,57.

Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado até o quarto trimestre de 2015, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de doações/perdas de Assistentes Pessoais Digitais (PDA's), doações de Smartphones, baixa de materiais bibliográficos considerados inservíveis e registro de alienações do exercício anterior feitas, somente, neste exercício.

Registro Contábil de Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O ajuste contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da Diretoria de Geociências (DGC) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 123119910 – Material de Uso Duradouro (consumo).

As seguintes bibliotecas passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executados na conta 123110402 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente) são elas: Ibegeana, DGC e ENCE.

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) publicou a Nota de Serviço 001/2014, de 04 de novembro de 2014, que dá publicidade e regulamenta o uso do Manual da Rede de Bibliotecas do IBGE.

6 Áreas Especiais da Gestão

6.1. Gestão de pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 12 – Força de Trabalho da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	5.762	24	454
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	5.762	24	454
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	5.745	23	448
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	13	1	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	3	0	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	7825	5.356	2.091	2.003
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	3	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	7825	11.121	2.116	2.459

Fonte: Fita espelho referente a dezembro / 2015 e demais atualizações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Notas:

O número de ingressos no exercício refere-se à reposição de servidores nomeados do concurso público regido pelo edital 02/2013.

O número de ingressos para servidores com contratos temporários refere-se à contratações feitas pelo Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital 06/2013.

O número de lotação autorizada para contratos temporários é igual ao número de vagas previstas e autorizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, presentes no edital 06/2013.

O número de egressos dos contratados temporários refere-se às saídas por término de contrato no interesse da administração, por fim do termo previsto em contrato ou a pedido. Os ingressos são a reposição desta força de trabalho.

Quadro 13 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira	841	4.921
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	841	4.921
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	827	4.918
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	13	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	3
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	5356
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	843	10.278

Fonte: Fita espelho referente a dezembro / 2015 e demais atualizações do SIAPE.

Quadro 14 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	423	413	87	89
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	423	413	87	89
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	423	392	84	73
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	12	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	1
1.2.4. Sem Vínculo	-	3	1	2
1.2.5. Aposentados	-	6	1	12
2. Funções Gratificadas	1481	1218	334	260
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1481	1218	334	260
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1904	1631	421	349

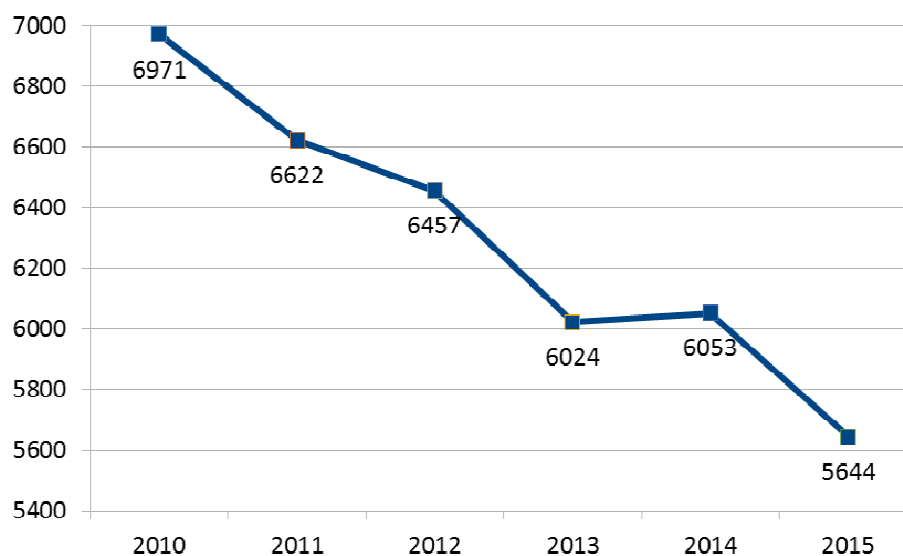
Fonte: SDA acesso em jan/2016 e fita espelho do SIAPE referente a dez/2015.

Análise crítica:

A reposição do quadro de servidores do IBGE tem sido apontado como o maior desafio da área de recursos humanos na instituição. Mais de 60% das agências de um total de 584 encontram-se em situação extremamente preocupante, pois faltam servidores para a execução de atividades básicas. A grande maioria dos servidores ingressou na Instituição na década de 1980 e, atualmente, completam seu tempo de serviço e podem solicitar aposentadoria. Em dezembro de 2015, 37% do quadro já recebem abono de permanência.

O gráfico 9 mostra a evolução do quadro de servidores efetivos da instituição. No período, o quadro foi reduzido de 6.971 servidores para 5.644, uma redução de 20% da força de trabalho. É importante ressaltar que o IBGE, dada a complexidade das questões sociais, tem ampliado sua produção estatística e geocientífica. Ou seja, houve um aumento das demandas da instituição com uma redução de sua força de trabalho.

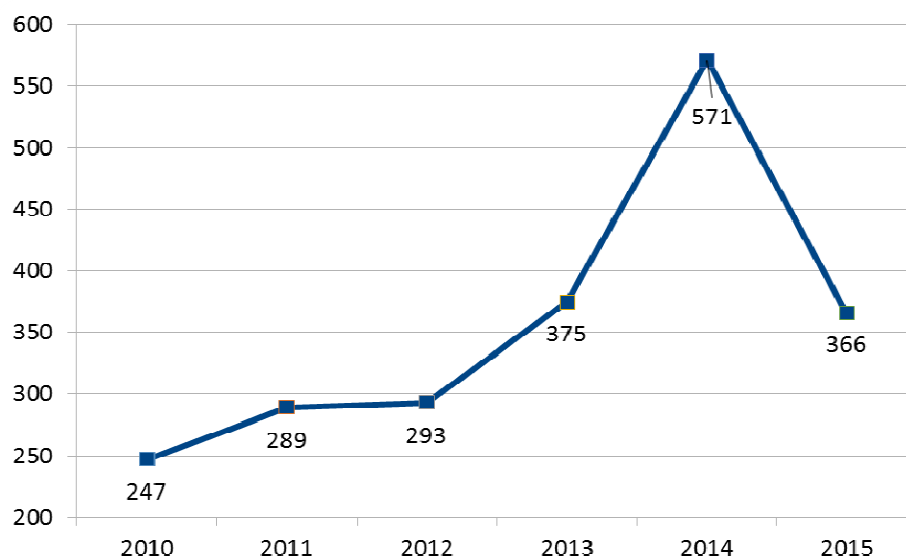
Gráfico 9 - Evolução do quadro de servidores do IBGE por ano (2010-2015)



Fonte: SDA acesso em jan/2016 e fita espelho do SIAPE referente aos meses de dezembro dos respectivos anos.

O número de servidores que tiveram aposentadoria concedida tem aumentado no período e tende a se estabilizar a partir de 2016. Entretanto, a partir de 2018, cerca de 50% do quadro já receberá abono de permanência e poderá solicitar sua saída da ativa imediatamente. De toda forma, trata-se de números muito elevados para a realidade do IBGE. O gráfico 10 apresenta a evolução destes números.

Gráfico 10 - Evolução do quadro de aposentadorias concedidas pelo IBGE por ano (2010-2015)



Fonte: SDA acesso em jan/2016 e fita espelho do SIAPE referente aos meses de dezembro dos respectivos anos.

A instituição conta com aproximadamente 100 servidores cedidos. Apesar de ser um número elevado, este não é capaz de solucionar a questão, que merece atenção especial por parte das instâncias de decisão, no sentido de avaliar criteriosamente a necessidade de autorização para realização de novos concursos.

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 15 – Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	357.776.772,19	12.512.840,30	309.876.127,37	21.850.138,57	41.568.700,62	620.238,87	9.243.081,95	227.832,25	900.454,42	754.576.186,54
	2014	355.604.814,21	12.231.554,30	300.764.538,43	19.902.545,34	42.348.811,84	608.730,35	8.417.445,21	373.553,86	1.003.282,77	741.255.276,31
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	79.365.910,01	333.296,31	8.575.661,13	1.732.034,22	35.242.770,46	1.068.078,55	8.623,65	9.059,65	32.772,00	126.368.205,98
	2014	61.369.378,04	326.531,79	7.407.344,06	1.341.678,38	29.860.064,35	1.002.109,01	1.700,04	8.725,48	28.404,07	101.345.935,22
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	558.817,60	0,00	26.085,53	18.279,26	47.292,32	0,00	1.770,74	0,00	0,00	652.245,45
	2014	565.280,49	0,00	24.453,22	20.549,28	53.653,19	89,00	594,70	0,00	0,00	664.619,88
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	6.399.387,54	443,31	5.165.858,69	396.922,18	498.923,24	9.606,64	2.808,96	7.944,36	32.772,00	12.514.666,92
	2014	5.955.078,22	0,00	4.686.774,51	346.389,51	465.902,17	5.856,00	0,00	8.725,48	28.404,07	11.497.129,96
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	72.407.704,87	0,00	3.366.335,17	1.301.106,47	34.691.988,90	1.058.471,91	0,00	1.115,29	0,00	112.826.722,61
	2014	54.849.019,33	0,00	2.682.607,69	970.348,28	29.334.894,62	996.164,01	0,00	0,00	0,00	88.833.033,93

Fonte: SDA acesso em jan/2016 e fita espelho do SIAPE.

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Conforme mencionado no item 6.1.1, atualmente as atividades encontram-se severamente ameaçadas face à situação atual do quadro de pessoal permanente, a qual sugere fortemente que, na ausência de autorização de novos concursos para a incorporação de novos quadros, o IBGE estará sujeito ao não cumprimento do programa de trabalho institucional, à ocorrência de erros nos resultados divulgados, a riscos concretos de cortes nas pesquisas e à perda de precisão e agilidade na coleta e disseminação dos dados. Nesse contexto dramático, os avanços institucionais e técnicos alcançados até aqui, como também a credibilidade do Órgão, podem ficar profundamente prejudicados.

Destaque-se que o longo período sem contratação de pessoal entre 1985 e 2001 fez com que por 17 anos praticamente não houvesse entrada de novos servidores. Vale notar também que, como as maiores entradas ocorreram no início dos anos 80, esses servidores estão atingindo o seu tempo de serviço necessário para requerer a aposentadoria a qualquer momento. Atualmente, quase 40% do quadro do IBGE já tem condições de solicitar aposentadoria imediatamente.

As limitações de recursos humanos já têm, há algum tempo, reduzido a capacidade institucional de entregar no tempo devido produtos de grande relevância para as políticas públicas. Por exemplo, a revisão do Sistema de Contas Nacionais que demorou três anos para o início de sua divulgação, quando o país poderia dispor em tempo bem menor dessas informações tão relevantes e decisivos para o acompanhamento da política econômica. Adicionalmente, a falta de pessoal impediu que o IBGE pudesse manter, em paralelo, a divulgação dos dados definitivos do sistema então vigente.

A mudança tecnológica ocorrida nos anos 90, a generalização do uso da microinformática, a descentralização de parte das atividades de apuração, a introdução da automação nos processos de trabalho e a utilização maior de mão de obra temporária permitiram que, mesmo reduzindo o seu quadro de pessoal permanente, o IBGE mantivesse e ampliasse o seu programa de trabalho, o que não é mais possível em função do alto número de servidores que estão deixando o quadro ativo da Instituição.

Como já afirmado, a redução do quadro de funcionários em tal magnitude será extremamente desastrosa para o IBGE e significará uma descontinuidade na sua produção de informações, com impactos que colocarão em risco a própria Instituição.

Outro ponto relevante a ser destacado é a necessidade de revisão da carreira do IBGE para garantir uma retribuição aos servidores condizente com suas qualificações e produtos entregues, bem como torná-la similar à de órgãos com atividades de mesma complexidade. A Direção do IBGE construiu, junto à representação sindical dos servidores do órgão, uma proposta de nova carreira em 2015. Esta proposta foi submetida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2015, tanto pela Direção quanto pelo Sindicato que representa os servidores do IBGE. Atualmente, há o compromisso do MPOG para que se construa um estudo imediato para a implementação da nova carreira. Agilizar esta implementação é fundamental para a retenção dos quadros de pessoal.

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

A política de contratação de estagiários no IBGE tem o objetivo de oferecer a oportunidade de capacitação e qualificação profissional de estudantes em áreas nas quais eles possam, além de aprender, auxiliar os trabalhos de alguma forma. Considerando as especificidades dos trabalhos realizados na instituição, a presença dos estagiários é muito mais forte nas áreas meio do que nas áreas fim.

O quadro 16 apresenta a distribuição dos estagiários por nível superior e nível médio, separados em áreas fim ou áreas meio, e a evolução destes números pelos trimestres de 2015. A última coluna apresenta a despesa no exercício.

Quadro 16 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágios Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1 . Nível Superior	308	379	398	393	745.578,94
1.1 Área Fim	244	298	308	302	578.871,09
1.2 Área Meio	64	81	90	91	166.707,85
2. Nível Médio	113	160	169	177	212.872,31
2.1 Área Fim	58	92	93	101	114.613,84
2.2 Área Meio	55	68	76	76	98.258,47
3. Total (1+2)	421	539	567	570	958.451,25

Fonte: SDA, acesso em Jan / 2016.

O IBGE possui uma área específica para a seleção e o acompanhamento dos estagiários. Todos possuem a supervisão prevista em Lei e muitos participam de treinamentos e ações para seu desenvolvimento. Em 2015, o IBGE realizou palestras visando auxiliar esses estudantes em sua preparação para o mercado de trabalho. O planejamento do quadro de estagiários é realizado por cada uma das áreas do IBGE e consolidado pela Coordenação de Recursos Humanos com um ano de antecedência.

Por fim, vale ressaltar que todos os estagiários são avaliados semestralmente e, caso não atendam às necessidades e aos padrões estabelecidos por cada uma das áreas, são capacitados ou, em último caso, têm seu contrato encerrado.

No Anexo 5 encontra-se a relação dos contratos de serviços de pessoal de apoio à Unidade.

6.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

6.2.1. Gestão da frota de veículos

A Legislação que regula a forma de utilização da frota de veículo é a IN do MP nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

Como normativos internos relacionados à referida IN, são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- Ordem de Serviço nº 4, de 25 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para registro de ocorrência de condutores autorizados a conduzir veículos oficiais ou a serviços do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 6, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos para controle de utilização de veículos oficiais em todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 7, de 23 de novembro de 2012 – Estabelece critérios e procedimentos para solicitação automatizada de veículos oficiais, próprios ou alugados, por todos os usuários lotados na Administração Central e nas Unidades Estaduais do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 1, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por multa de infração de trânsito e respectivo ressarcimento ao erário;
- Ordem de Serviço nº 2, de 9 de dezembro de 2013 – Estabelece procedimentos operacionais para apurar responsabilidade por acidente de trânsito visando a reparação do veículo e ressarcimento de danos.

Por conta dos levantamentos e estudos que são realizados em todo o país, é imprescindível que o IBGE possua uma frota de veículos própria, capaz de viabilizar a realização da coleta de dados – que constitui parte crítica na logística de suas atividades fim – e, conseqüentemente, a tempestividade na divulgação dos resultados.

Ainda que o Instituto não detenha um estudo que avalie as implicações de eventual escolha pela terceirização integral da frota, sazonalmente são realizadas locações para suprir demandas de coleta de dados pontuais em zonas urbanas e rurais, que extrapolam a capacidade de atendimento pela frota de veículos própria.

Não obstante a frota de veículos próprios ainda não ser a ideal para as atividades inerentes ao órgão, optou-se pela aquisição, em razão do alto custo dos gastos com locação, cuja média mensal de preços praticados no mercado é da ordem de R\$ 1.500,00.

Com relação à composição da frota, trata-se de um universo de 1.478 veículos, dos quais 1.140 são a álcool, 36 a gasolina e 302 a diesel. A média anual de quilômetros rodados, por tipo de combustível, está apresentada no quadro 17, conforme distribuição na Sede e nas Unidades Estaduais do IBGE.

Quadro 17 - Média Anual de Quilômetros Rodados por Tipo de Combustível nas Unidades do IBGE

Unidade	Álcool			Gasolina			Diesel		
	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.	Quant.	Total de Km	Média de Km/Veíc.
Sede	59	694.535	11.772	0	0	0	21	322.516	15.358
AC	10	263.392	26.339	0	0	0	7	185.242	26.463
AL	23	364.701	15.857	0	0	0	7	62.617	8.945
AM	13	569.739	43.826	0	0	0	8	192.576	24.072
AP	9	29.194	3.244	0	0	0	8	81.453	10.182
BA	78	1.434.822	18.395	2	0	0	23	470.116	20.440
CE	39	2.351.934	60.306	0	0	0	19	889.293	46.805
DF	19	637.691	33.563	2	26.946	13.473	19	701.745	36.934
ES	22	786.795	35.763	0	0	0	3	99.995	33.332
GO	44	1.293.110	29.389	0	0	0	20	1.211.459	60.573
MA	24	398.266	16.594	0	0	0	8	138.654	17.332
MG	149	3.247.490	21.795	1	11.180	11.180	12	282.406	23.534
MS	15	235.354	15.690	1	13.662	13.662	13	444.677	34.206
MT	19	566.429	29.812	0	0	0	12	550.062	45.839
PA	30	466.404	15.547	0	0	0	21	318.243	15.154
PB	21	730.791	34.800	0	0	0	5	170.164	34.033
PE	39	674.858	17.304	0	0	0	9	221.970	24.663
PI	28	1.315.838	46.994	0	0	0	7	473.101	67.586
PR	72	1.477.429	20.520	10	45.015	4.502	9	143.511	15.946
RJ	43	658.382	15.311	0	0	0	6	31.777	5.296
RN	18	346.736	19.263	0	0	0	5	128.563	25.713
RO	11	450.798	40.982	0	0	0	7	499.697	71.385
RR	13	165.603	12.739	0	0	0	8	131.564	16.446
RS	62	2.461.619	39.704	9	133.809	14.868	9	208.396	23.155
SC	52	1.999.983	38.461	6	94.497	15.750	13	285.821	21.986
SE	18	291.863	16.215	0	0	0	5	100.023	20.005
SP	184	2.513.864	13.662	5	101.399	20.280	10	157.181	15.718
TO	20	591.214	29.561	0	0	0	8	289.450	36.181
Total	1.134	27.018.834	23.826	36	426.508	11.847	302	8.792.272	29.113

Fonte: IBGE, 2016

Em 2015, as despesas associadas à manutenção da frota somaram R\$ 9,4 milhões, considerando os seguintes tipos de despesas.

Quadro 18 – Despesas com Manutenção da Frota de Veículos

Tipo de Despesa	Valor
Combustível	5.180.272,67
Óleo Lubrificante	150.808,85
Lavagem e Lubrificação	126.763,27
Substituição de Peças	2.123.354,13
Mão de Obra	1.196.249,75
Pneus e Câmaras	217.443,20
Estadia	252.705,41
Outros	56.500,36
Seguro	69.121,51
Total	9.373.219,15

Fonte: IBGE, 2016

Atualmente, a frota de veículos do IBGE está com a idade média de nove anos. Esse fator, associado ao custo de manutenção, substituição de peças e, sobretudo, a disponibilidade orçamentária, é considerado para a realização do plano de substituição.

Para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o IBGE possui um *Sistema de Veículos* cuja inserção dos dados se dá através dos documentos listados abaixo:

- Mapa Auxiliar de Controle de Utilização de Veículo (MACUV) - tem como finalidade registrar a movimentação mensal de utilização de cada veículo da frota, sendo diariamente, ao final do expediente, transcrito toda a quilometragem do veículo, local de destino, identificação do motorista, abastecimento, manutenção (peças e mão de obra), estadia, seguro obrigatório e outras despesas. Os dados, no final do mês, são lançados no Banco de Dados Administrativo(BDA)/Veículo, permitindo a emissão de relatórios gerenciais;
- Serviço de Veículo (SEV) - tem como finalidade registrar o condutor do veículo e anotação de cada movimentação (origem e destino), bem como a hora de início de cada movimento e as respectivas quilometragens iniciais e finais. Tais dados, ao final do expediente, são lançados no MACUV;
- Requisição de Veículos (VER) - destina-se a registrar a solicitação de transporte por meio da frota, por servidor, onde estão informados o local de destino e serviço a serem executados pelo solicitante do veículo.

6.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

A cada inventário realizado, anualmente, as Unidades do IBGE indicam o *status* de conservação de cada veículo. A partir daí, é criada uma comissão de avaliação para fins de desfazimento, por meio da venda em leilão público.

6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Para a realização das atividades de levantamento e estudos, em todo o país, voltados para a produção e a disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, é necessário que o IBGE possua imóveis, para instalação tanto das Unidades Estaduais, quanto das Agências de coleta de dados.

O IBGE possui 66 imóveis próprios, sendo que deste total cinco estão desocupados por problemas estruturais dos prédios que se encontram sem condições de uso, e dois terrenos, que requerem disponibilidade orçamentária e financeira para construção.

Em 2015, foram gastos R\$ 525.690,36 com reformas em três imóveis e R\$ 333.749,06 com manutenção de outros sete imóveis.

Dos gastos com reforma, destacam-se (i) o contrato aditivo da reforma das copas e banheiro do edifício sede do IBGE, na Avenida Franklin Roosevelt, onde estão situados a Presidência e a Diretoria Executiva; (ii) a reforma na passarela de interligação dos prédios A e B do imóvel situado na Rua General Canabarro, onde se encontra o Centro de Documentação e Disseminação de Informações, a Biblioteca e a Livraria Wilson Távora; (iii) a reforma da agência de Porto Alegre na Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul.

Quanto ao valor de manutenção, trata-se de despesas com a manutenção preventiva e corretiva, tais como pintura, reparo de telhado, da parte hidráulica e elétrica, de imóveis no Rio de Janeiro, Mato Grosso Sul, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Tocantins.

As Legislações que regulam a forma de controle, aquisição e locação de imóveis são:

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 - Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, regulamentado pela Portaria 249, de 13 de junho de 2012.

Como normativos internos são citadas aqui as seguintes Ordens de Serviços:

- Ordem de Serviço nº 3, de 9 de abril de 2012 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de bens imóveis a serem observados por todas as Unidades Administrativas do IBGE;
- Ordem de Serviço nº 2, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante convênio de cooperação técnica;
- Ordem de Serviço nº 1, de 7 de março de 2012 – Estabelece procedimentos para recebimento de imóvel mediante cessão;
- Ordem de Serviço nº 6, de 28 de setembro de 2011 – Estabelece procedimentos para formalização de locação de vagas de garagem e de imóvel para ser utilizado como estacionamento, e devem ser adotados por todas as Unidades Administrativas do IBGE.

Além do sistema SPIunet³, o IBGE possui um sistema institucional “Sistema de Bens Imóveis” para o acompanhamento e controle das locações, uma vez que, por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 584 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma infraestrutura de imóveis visando a coleta de dados imprescindíveis para a realização das suas atividades.

Além do sistema SPIunet⁴, o IBGE possui um sistema institucional “Sistema de Bens Imóveis” para o acompanhamento e controle das locações, uma vez que, por conta da necessidade de sua presença em todo território nacional, com suas 584 Agências de Coleta cobrindo todos os municípios brasileiros, faz-se necessário possuir uma infraestrutura de imóveis visando a coleta de dados imprescindíveis para a realização de nossas atividades.

O quadro 19, apresenta a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade da União.

³ Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União: ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União com o objetivo de manter atualizado e operacional o cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, Unidade Gestora (UG) ou locatários e arrendatários.

⁴ Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União: ferramenta que garante apoio à administração dos imóveis de uso especial da União com o objetivo de manter atualizado e operacional o cadastro dos imóveis e seus respectivos usuários, UG ou locatários e arrendatários.

Quadro 19 – Distribuição Geográfica dos Imóveis da União

Localização Geográfica	Exercício 2015
Acre	1
Alagoas	1
Amazonas	1
Bahia	4
Ceará	7
Distrito Federal	2
Goiás	1
Maranhão	6
Minas Gerais	4
Mato Grosso	3
Mato Grosso do Sul	1
Pará	2
Pernambuco	2
Piauí	1
Paraná	1
Rio de Janeiro	16
Rio Grande do Norte	1
Rondônia	1
Roraima	1
Rio Grande do Sul	1
Santa Catarina	1
São Paulo	4
Sergipe	1
Tocantins	3
Total	66

Fonte: SPInet, 2016

6.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O IBGE não possui nenhum imóvel cedido a terceiro para utilização de espaço físico.

6.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Como política para obtenção de imóveis, por meio de normativos internos, é orientado a todas as Unidades, previamente à opção pela locação de um imóvel, a consulta à Gerência Regional de Patrimônio da União, ao governo estadual, prefeituras locais e outros órgãos públicos, quando for o caso, acerca da disponibilidade de imóveis para cessão. Desse resultado conseguiu-se um total de 214 imóveis cedidos. O IBGE possuía, ainda, 21 imóveis cedidos por convênios junto às prefeituras para instalação de Agências de Coleta. No entanto, em virtude da crise econômica que atravessa o país, esses convênios foram descontinuados e, por consequência, substituídos por locações perfazendo um total de 329 imóveis, em todo o território nacional.

O quadro 20, apresenta a distribuição geográfica dos imóveis locados de terceiros.

Quadro 20 – Distribuição Geográfica dos Imóveis Locados de Terceiros

Localização Geográfica	Exercício 2015
Acre	2
Alagoas	4
Amazonas	3
Amapá	1
Bahia	30
Ceará	5
Distrito Federal	5
Espírito Santo	8
Goiás	17
Maranhão	12
Minas Gerais	37
Mato Grosso do Sul	8
Mato Grosso	7
Pará	8
Paraíba	7
Pernambuco	7
Piauí	11
Paraná	28
Rio de Janeiro	22
Rio Grande do Norte	4
Rio Grande do Sul	31
Rondônia	5
Santa Catarina	19
Sergipe	7
São Paulo	27
Tocantins	6
Total	329

Fonte: BDA, Sistema de Imóveis/IBGE

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1. Principais sistemas de informação

No ano de 2015, ocorreu o desenvolvimento e manutenção de diversos sistemas computacionais na implementação de pesquisas estatísticas, nas atividades de geociências e nos sistemas de gestão administrativa. Dentre os sistemas desenvolvidos na instituição para as áreas finalísticas, destacam-se:

- **Pesquisa: Pesquisa Mensal de Emprego**

Responsável área de Negócio: Cimar Azeredo

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazo, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

Principais funcionalidades: sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física Brasil**

Responsável área de Negócio: Flávio Renato Keim Magheli

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores de produção física com o objetivo de fornecer, mensalmente, uma estimativa do movimento de curto prazo do produto real da indústria, tendo como unidade de coleta os estabelecimentos industriais selecionados. Seus resultados são utilizados na mensuração preliminar da taxa de variação da componente industrial do Produto Interno Bruto.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal : Produção Física Regional**

Responsável área de Negócio: Flávio Renato Keim Magheli

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do produto real das indústrias extrativa mineral e de transformação, tendo como unidade de coleta os estabelecimentos industriais selecionados.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal de Comércio**

Responsável área de Negócio: Vania Maria Carelli Prata

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Industrial Mensal de Serviços**

Responsável área de Negócio: Vania Maria Carelli Prata

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações mensais sobre previsão e acompanhamento de safras agrícolas, com estimativas de produção, rendimento médio, áreas plantadas e colhidas, tendo como unidade de coleta os municípios.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Trimestral de Abate de Animais**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: A pesquisa é trimestral, investigando as espécies bovina, suína e de aves (frangos), tendo como unidade de coleta todos os estabelecimentos que efetuam a atividade de abate de animais e estão sob inspeção federal, estadual ou municipal.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Trimestral do Leite**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: a pesquisa é trimestral, levantando informações sobre a quantidade de leite fluido como matéria-prima entregue às indústrias e a quantidade destinada à industrialização, inclusive pasteurização, tendo como unidade de coleta todos os estabelecimentos que se dedicam à atividade e estão sob inspeção federal, estadual ou municipal.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Trimestral do Couro**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: a pesquisa é trimestral, obtendo informações sobre a quantidade de couro cru de bovino adquirido pelos curtumes segundo a procedência, o número de couros inteiros curtidos, segundo os métodos de curtimento, e o estoque de peles, segundo as etapas de processamento, tendo como unidade de coleta os curtumes que adquiriram no ano mais de 5.000 unidades de couro cru de bovino.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Produção de Ovos de Galinha**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: produzir indicadores sobre a variação da produção física de ovos de galinha, tendo como unidade de coleta as granjas avícolas que possuem 10 mil ou mais cabeças de galinhas poedeiras.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Contas Nacionais Trimestrais**

Responsável área de Negócio: Rebeca de La Rocque Palis

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: apresentar os valores correntes e os índices de volume (1995=100) trimestralmente para o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços. São calculadas duas séries de números-índices: a com base no ano anterior e a encadeada com referência em 1995 (1995 = 100). A série encadeada é ajustada sazonalmente pelo X12-ARIMA⁵ possibilitando o cálculo das taxas de variação em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Principais funcionalidades: sistema de análise e avaliação dos dados, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

⁵ X-12-ARIMA é *software* de ajuste sazonal desenvolvido pelo *U.S Census Bureau's*, constituindo-se o método padrão utilizado nas estatísticas oficiais.

- Pesquisa : Sistema Nacional de Índices de Preços (IPCA, INPC, IPCA-Especial e IPCA-15)

Responsável área de Negócio: Eulina Nunes

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). O período de coleta do INPC e do IPCA estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência. A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 5 salários-mínimos, cuja pessoa de referência é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões; a do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. Também são produzidos indexadores com objetivos específicos, como é o caso atualmente do IPCA-E. A partir do mês de maio de 2000, passou a disponibilizar através da Internet o IPCA-15.

Principais funcionalidades: sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil**

Responsável área de Negócio : Eulina Nunes

Responsável Técnico : Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: efetuar a produção de custos e índices da construção civil, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil, para o setor habitação, o setor de saneamento e infraestrutura. Tem como unidade de coleta os fornecedores de materiais de construção e empresas construtoras do setor. O Sistema é produzido em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) Para os dados sobre saneamento e infraestrutura estão disponíveis somente os relativos a preços.

Principais funcionalidades: Sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Índice de Preços ao Produtor – Indústrias de Transformação**

Responsável área de Negócio: Flavio Renato Keim Magheli

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: o Índice de Preços ao Produtor, cujo âmbito são as indústrias extrativas e de transformação, tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores domésticos de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o

acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

O IPP investiga, em pouco mais de 1.400 empresas, os preços recebidos pelo produtor, isentos de impostos, tarifas e fretes e definidos segundo as práticas comerciais mais usuais. Os produtos coletados são especificados em detalhe (aspectos físicos e de transação), garantindo, assim, que sejam comparados produtos homogêneos ao longo do tempo. Com isso, são coletados cerca de 5 mil preços mensalmente.

A divulgação das séries do IPP é condensada em três comparações básicas, além do número-índice (com base em dezembro de 2013), quais sejam: M/M-1 (mês contra mês anterior); acumulado no ano (mês contra dezembro do ano anterior); e M/M-12 (mês contra mesmo mês do ano anterior). Adotando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0, o IPP gera indicadores para 24 atividades das indústrias extrativas e de transformação, além de reorganizar os mesmos dados em grandes categorias econômicas, abertas em bens de capital, bens intermediários e bens de consumo (duráveis, semi e não-duráveis).

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**

Responsável área de Negócio: Cimar Azeredo Pereira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: é uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional, planejada para atender a diversos propósitos. Visa produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. A PNAD Contínua segue um esquema de rotação de domicílios. Isso significa que cada domicílio selecionado será entrevistado cinco vezes, uma vez a cada trimestre, durante cinco trimestres consecutivos.

Principais funcionalidades: sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Anual do Comércio**

Responsável área de Negócio: Vania Maria Carelli Prata

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações sobre a situação econômico-financeira, como pessoal ocupado, gastos com pessoal e despesas diversas, custos, receitas, aquisições e baixas, vendas líquidas e estoques, e as atividades das empresas comerciais, que constituem a unidade de coleta da pesquisa, segundo os itens da classificação de atividades.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Anual de Serviços**

Responsável área de Negócio: Vania Maria Carelli Prata

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações sobre a situação econômico-financeira, como pessoal ocupado, salários, receitas, despesas, custos, entre outras, que permitem estimar o valor adicionado, emprego e salários de empresas que compõem os diversos segmentos da atividade de prestação de serviços empresariais não-financeiros, e que constituem a unidade de coleta da pesquisa.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Anual da Indústria da Construção**

Responsável área de Negócio: Flávio Renato Keim Magheli

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações sobre a situação econômico-financeira, como emprego, salários, custos, valor das obras, entre outras, das empresas que executam obras e/ou serviços de construção, que constituem a unidade de coleta da pesquisa.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

Responsável área de Negócio: Cimar Azeredo

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

Principais funcionalidades: sistema em coletor eletrônico de dados para entrevista presencial, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Produção Agrícola Municipal**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações sobre área plantada e colhida, quantidade, rendimento médio e valor da produção, relativas a produtos de cultura temporária e permanente, tendo como unidade de coleta os municípios.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**

Responsável área de Negócio: Octavio Costa Oliveira

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: obter informações sobre quantidade e valor da produção dos produtos do extrativismo e da silvicultura, número de árvores abatidas e volume de madeira em tora e de nó de pinho do pinheiro brasileiro nativo, tendo como unidade de coleta os municípios.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de codificação, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Pesquisa: Estatísticas do Registro Civil**

Responsável área de Negócio: Barbara Cobo Soares

Responsável Técnico: Claudio Mariano Fernandes

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: fornecer informações sobre as estatísticas vitais, relativamente aos nascidos vivos, óbitos e óbitos fetais, e de casamentos, incluindo análises regionais e locais, bem como informações sobre pedidos de separações judiciais e divórcios apreciados em primeira instância e encerrados por sentença concessória ou denegatória. As estatísticas vitais e casamentos têm como unidade de coleta os cartórios de registro civil e as estatísticas sobre as separações judiciais e divórcios, as varas de família, foros ou varas cíveis.

Principais funcionalidades: sistema eletrônico de coleta de dados, sistema de controle e acompanhamento do trabalho de campo, sistema de análise e avaliação dos dados coletados, sistema de crítica, sistema de imputação e sistema de disseminação das informações.

- **Produto: Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**

Responsável área de Negócio: Cláudio Stenner

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: com o propósito de fornecer um modelo territorial das relações econômicas e sociais, intrínsecas ao processo de urbanização, o estudo apresenta um quadro dos arranjos populacionais no

Brasil e em suas médias e grandes concentrações urbanas. Utilizando-se critérios comuns para todo o País, adotou-se uma abordagem que privilegiou elementos de integração, medidos pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo e/ou pela contiguidade da mancha urbanizada.

O conjunto das informações divulgadas, também disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, contribui para o conhecimento renovado das principais formas de estruturação da organização urbana do País.

Principais funcionalidades: aplicativo para navegação interativa pelos mapas; alterar escala de visualização; ver e exportar tabela de dados; exportar arquivos (*pdf, shapefile, png, csv, kml*); incluir temas de outras fontes; ver metadados dos mapas e dos temas do mapa; personalizar o mapa.

- **Produto: Malha Municipal 2014 e Mapas municipais para estimativas populacionais 2014**

Responsável área de Negócio: Miriam Mattos da Silva Barbuda

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: é competência constitucional do IBGE manter o registro dos limites da divisão político-administrativa do território brasileiro. O conjunto desses limites acrescido da malha de setores censitários formam a base territorial nacional. A malha de setores censitários representa uma divisão arbitrária implementada e mantida pelo IBGE visando ao planejamento e execução das pesquisas domiciliares nacionais.

Principais funcionalidades: criação de Ordem de Serviço para atualização das malhas, exportação de dados em formato *shape* e *pdf*; impressão do Mapa Municipal Estatístico e incorporação dos dados do Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos.

- **Produto: 150 folhas, na escala de 1:250000, com informações temáticas sobre os temas: Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação (*shapes*)**

Responsável área de Negócio: David Montero Dias

Responsável Técnico: Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Criticidade para a unidade: alta

Objetivos: compatibilização e atualização das informações temáticas integrantes do Levantamento de Recursos Naturais do Projeto RADAMBRASIL. As atualizações foram feitas utilizando-se imagens atuais de sensores orbitais, em especial o LANDSAT, informações originadas em fontes bibliográficas recentes, incorporação de estudos realizados por outras instituições e trabalhos de campo. Todas as cartas temáticas vêm acompanhadas de um Texto Explicativo. As informações gráficas e alfanuméricas que compõem as cartas estão estruturadas em um banco de dados para serem utilizadas em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Principais funcionalidades: geração de insumos para composição das informações temáticas.

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Em consonância com o Planejamento Estratégico do IBGE, que prevê a atualização anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (PDTI), em 2015, foi devidamente discutido e aprovado pelo Conselho Diretor e a Presidência do IBGE o PDTI 2015-2016, tendo como um dos princípios norteadores do mesmo o alinhamento dos objetivos institucionais de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) às estratégias e metas da instituição, de maneira inteligente, cooperativa e menos onerosa aos cofres públicos.

Seguindo os preceitos adotados nas edições anteriores, a organização do Plano segue determinações e melhores práticas de órgãos reguladores do Governo Federal, especificamente da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Em razão da necessidade de atendimento às exigências legais dos órgãos reguladores do Governo Federal, foram elaborados, em 2013, os documentos Estratégia Geral de Tecnologias da Informação para 2013-2015 (EGTI 2013-2015), que traz os objetivos estratégicos da área de Tecnologias de Informação (TI) na Instituição para o período considerado, e A TI no IBGE Hoje, que contém informações detalhadas sobre disponibilidades e configurações. O primeiro tem ampla circulação e encontra-se disponibilizado, tanto na intranet quanto no portal do IBGE na internet, para consulta pública; o segundo, por sua natureza, tem circulação interna. Tais documentos complementam o PDTI.

Para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016, todas as áreas setoriais e as 27 Unidades Estaduais do IBGE foram consultadas quanto às suas demandas. O referido documento contém uma relação dos respectivos pedidos de investimentos classificados pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE (CTIC) como aderentes aos objetivos do Planejamento Estratégico do IBGE e coerentes com as políticas da Instituição nessa área, visando à padronização e à economia de recursos. Há um esforço concentrado da Direção do IBGE na construção do Planejamento Estratégico 2016-2020 e o consequente desenvolvimento do EGTI para o mesmo período com plena aderência ao primeiro.

O CTIC, que tem o objetivo de reunir competências para elaboração e gestão permanente do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE, será formado por três representantes da Diretoria de Informática, sendo um deles o Diretor de Informática, que exercerá a Presidência do Comitê, e o outro a Secretaria-Executiva; dois representantes da Diretoria-Executiva; dois representantes da Diretoria de Pesquisas; dois representantes da Diretoria de Geociências; dois representantes do Centro de Documentação e Disseminação de Informações; um representante da Coordenação Operacional de Censos; um representante da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; e um representante do Gabinete da Presidência.

Cabe destacar que o IBGE obteve menções muito honrosas nos dois últimos levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU, tendo, em dezembro de 2014, sido classificado no grau máximo, correspondente ao nível de capacidade “aprimorado” – um reconhecimento externo de sua gestão nessa área e o primeiro lugar em governança de TI dentre as 15 fundações avaliadas segundo o Índice de Governança de TI (iGovTI). Também em fins de 2014, seguindo o Planejamento Estratégico do IBGE, o CTIC obteve aprovação para a Política de Segurança da Informação e Comunicações do IBGE (POSIC), o que representa um ganho significativo para a Instituição.

Foi identificado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IBGE um instrumento de consulta e de trabalho para todos os funcionários e colaboradores do IBGE, no que diz respeito à existência e às tendências institucionais no uso das tecnologias de informação e comunicação.

Durante o ano de 2015, houve seis reuniões gerais do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesses encontros foram tratados, fundamentalmente os seguintes pontos: novo levantamento de necessidades para o PDTI anual, levantamento de demandas das Unidades Estaduais, validação do levantamento, leitura e crítica do PDTI 2015-2016 e, por último, levantamento e distribuição de cópias de programas adquiridos. Por ser um colegiado, todas demandas são apresentadas e discutidas, o que o IBGE julga bastante salutar. Além das reuniões formais, o CTIC tem um canal de comunicação ágil através de uma lista de participantes no correio eletrônico, onde novas legislações, regulamentações e decisões de órgãos externos ou do Conselho Diretor do IBGE são habitualmente disseminadas entre os membros dessa lista.

As últimas versões do PDTI e do EGTI encontram-se disponibilizados no sítio do IBGE, arquivado nos Documentos Institucionais, no seguinte endereço:

http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm

6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

A política de sustentabilidade no IBGE tem como objetivo promover a conscientização dos gestores e servidores para a adoção de práticas e hábitos de consumo sustentáveis, com vistas à racionalização de gastos e de processos, por meio da eliminação do desperdício, bem como implementar medidas que propiciem uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Com base no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 10/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IBGE criou um Comitê de Gestão da Sustentabilidade (CGS), com representantes das Diretorias e das Unidades Estaduais, além de Grupos Executivos de Sustentabilidade, composto por servidores responsáveis em acompanhar a execução das ações e práticas de sustentabilidade, de racionalização de gastos e otimização dos processos nos diversos complexos da Sede e nas Unidades Estaduais, visando à implementação do seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) conforme a Resolução do Conselho Diretor nº 23 de 12/11/2013.

O mesmo Ministério, por meio da Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água, e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços, que terá seus termos abordados na proposta de revisão do PLS institucional.

O IBGE elaborou, com base nas especificações do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um Catálogo de Materiais de Consumo Sustentáveis, incluindo inicialmente materiais de expediente, de manutenção predial, para veículos, de segurança e de processamento de dados. O objetivo é racionalizar, com minimização de custos, o uso do material de consumo através de modernas técnicas que atualizem e enriqueçam a gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades do IBGE. Pretende-se, ainda, a partir das reuniões mantidas com outras instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e a Fundação Jardim Botânico, criar um catálogo único facilitando a aquisição compartilhada de materiais de consumo sustentáveis.

No segundo semestre de 2015 foi efetivada a Campanha IBGE Sustentável com o lema “use o necessário para ter sempre”, quando todas as unidades da instituição receberam adesivos sobre a importância do uso responsável da água, da energia elétrica e do papel, sendo orientadas sobre os locais adequados para a colocação do respectivo material, visando promover a conscientização dos servidores sobre a adoção de hábitos e práticas sustentáveis. Nesse momento, também foram criadas hashtags com o objetivo de divulgar nas redes sociais as ações institucionais sobre sustentabilidade.

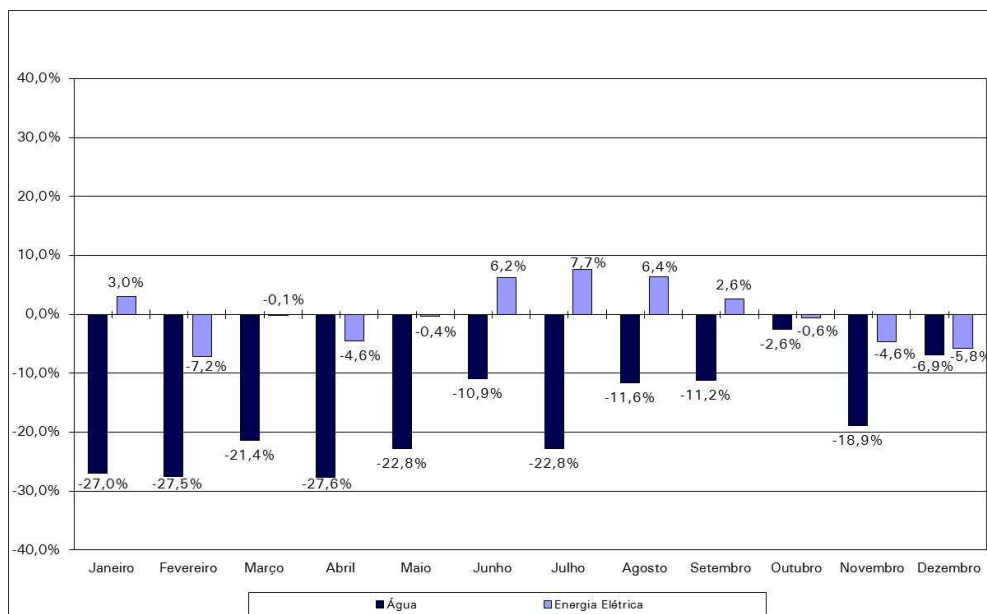
Outra ação foi a realização de três turmas do Curso IBGE Sustentável, na modalidade EAD, com os servidores indicados pelas unidades em todo o Brasil para compor os Grupos Executivos de Sustentabilidade, tendo como principal objetivo prepará-los para atuar em suas unidades como disseminadores de hábitos e práticas sustentáveis, além de acompanhar de perto o desenvolvimento de outras ações institucionais sobre o tema.

Quanto à coleta seletiva e destinação para associações e cooperativas de catadores, algumas unidades realizam todo o processo, mas ainda é preciso avançar com relação ao PLS institucional para ter esse modelo implementado em toda a instituição.

O IBGE vem envidando esforços para garantir o monitoramento do consumo, especialmente de água e energia elétrica, em atendimento às orientações ministeriais e, neste caso, alguns resultados já podem ser observados. Após a publicação da Portaria nº 23/2015, que "Estabelece práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água", há o monitoramento sistemático pelo Ministério do Planejamento quanto à utilização do Sistema Esplanada Sustentável (SisPES).

Nesse sistema é informado mensalmente os dados referentes ao consumo de água e energia elétrica de todas as unidades do IBGE. Esses indicadores permitiram a comparação dos consumos mês a mês entre os anos de 2014 e 2015. Nessa comparação foi identificada uma redução significativa no consumo de água. (gráfico 11).

Gráfico 11 – Variação do Consumo Mensal de Água e Energia Elétrica (2015/2014)



Fonte: Sistema de Documentos Fiscais SDF/IBGE.

Cabe ressaltar que o IBGE possui uma estrutura física muito particular, caracterizada por mais de 500 unidades em todo o Brasil. Sua abrangência territorial faz com que a uniformização dos processos de trabalho seja mais complexa, se comparada a outras organizações. Por tal motivo, o PLS ainda tem sido implementado gradativamente na Instituição, onde todas as ações são planejadas e avaliadas de forma a alcançar o universo de unidades distribuídas em um país com dimensões continentais como o Brasil.

Todas as informações sobre as ações, seus desdobramentos, bem como a documentação, decisões e próximos passos do Comitê de Sustentabilidade estão disponíveis na intranet da Diretoria-Executiva, no endereço <http://portal.de.ibge.gov.br/group/ibgede/ibge1>.

Mesmo com toda essa ações, há necessidade de avançar, e muito, para o sucesso total da implementação das ações de sustentabilidade, principalmente no que diz respeito aos estímulos adequados para a adoção de comportamentos sustentáveis por parte do corpo funcional. Nesse sentido, há um trabalho robusto nos ajustes do PLS para que isso aconteça o mais breve possível.

Por fim, vale destacar, também, que no âmbito da sustentabilidade social está a melhoria constante da qualidade de vida dentro do ambiente de trabalho, visto que este ambiente influencia cada vez na saúde física e mental de seus colaboradores. Sobre esse tema o IBGE vem desenvolvendo iniciativas relacionadas à melhoria da qualidade de vida do servidor. Dentre elas, destacam-se o Programa Novo Tempo, o IBGE Solidário e a Semana da Saúde.

Em 2015, o *Programa Novo Tempo: Uma Reflexão Sobre Aposentadoria* alcançou um público total de 81 pessoas. Nessa edição foram apresentadas oito palestras, cujas temáticas abordaram: legislação e proventos; relações familiares e sociais; saúde do servidor e educação financeira. As Oficinas de

Coaching: Escolhas de um Novo tempo foram realizadas em agosto e outubro para um grupo de sete servidores.

Pode-se observar, no quadro 21, os quantitativos de servidores participantes do programa desde 2014 e sua relação com o recebimento do Abono Permanência.

Quadro 21 – Número e percentual de servidores com abono permanência no Programa Novo Tempo, por edição

Edição do Programa Novo Tempo	Nº de participantes	Com Abono Permanência (%)
Terceira edição (2014 – 1º semestre)	69	68
Quarta edição (2014 – 2º semestre)	72	69
Quinta edição (2015)	82	59,26

Fonte: IBGE/Coordenação de Recursos Humanos (CRH), 2015.

O IBGE Solidário realizou três campanhas oficiais: (i) campanha do agasalho; (ii) campanha de atenção e cuidado com os idosos; e (iii) campanha de Natal. Além dessas, o Programa lançou também, em caráter extraordinário, a campanha SOS Minas Gerais, com o objetivo de ajudar às milhares de pessoas que ficaram desabrigadas após o rompimento da barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues. Foram arrecadados e doados, aproximadamente, 4.600 litros de água mineral para a prefeitura de Belo Horizonte e para o município de Colatina, no Espírito Santo.

Quadro 22 – Quantidade arrecadada na campanha do agasalho 2015

Tipo de Donativo	Quantidade Arrecadada
Peças de vestuário	857
Diversos	23

Fonte: IBGE/CRH, 2015.

Quadro 23 – Quantidade arrecadada na campanha de Natal 2015

Tipo de Donativo	Quantidade Arrecadada
Peças de vestuário	1221
Brinquedos	1186
Material escolar	840
Mantimentos (em kg)	622
Artigos de higiene e limpeza	338
Diversos	262
Jogos e livros	168

Fonte: IBGE/CRH, 2016.

Quadro 24 – Quantidade arrecadada na campanha de atenção e cuidado com os idosos 2015

Tipo de Donativo	Quantidade Arrecadada
Artigos de higiene e limpeza	959
Peças de vestuário	826
Leite (em litros)	570
Materiais médico-hospitalares	528
Mantimentos (em kg)	445
Fraldas geriátricas (em pacotes)	127
Diversos	111
Artigos de cozinha	69

Fonte: IBGE/CRH, 2015.

No âmbito da “Semana da Saúde” foram realizadas palestras envolvendo temas relacionados à prevenção de doenças como a diabetes, obesidade, hipertensão; propostas de tratamento através da acupuntura; prática de ginástica laboral; promoção de saúde através de informações sobre alimentação, hábitos saudáveis e relações humanas; e orientações quanto às ações de primeiros socorros.

Foram também ofertados, durante a semana, serviços de aferição de pressão arterial e medição de taxas de glicose. Esta ação teve como proposta influenciar as pessoas para que adotem estilos de vida saudáveis, façam acompanhamento médico quando necessário e melhorem seus níveis de saúde. Na medida em que estilo de vida, alimentação, atividade física, gerenciamento do estresse, relacionamentos e bem-estar psicossocial permeiam o mundo do trabalho, são alcançados resultados desejáveis que dizem respeito à diminuição de afastamentos por motivo de saúde, redução de acidentes de trabalho e melhora na produtividade, no bem-estar e na qualidade de vida durante as atividades laborais.

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IBGE como instituição pública, e diante do atual cenário mundial, tem buscado a adoção de políticas e práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental em suas licitações de compra de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática, mobiliário em geral, e obras de manutenção. As contratações e aquisições são caracterizadas por aspectos sociais e ambientais facilmente identificadas nos editais de licitação. Nesse sentido, vem utilizando seu poder de compra para implementar a política de aquisições sustentáveis, sinalizando para as empresas a necessidade de se adaptarem ao novo cenário mundial adotando processos de produção com novos padrões ambientais, sociais e econômicos. Dentre as práticas adotadas destacam-se:

- Licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte: realização de licitações, para valores até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), exclusivas para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas;
- Direito de Preferência: quando ocorrência de empate é assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
- Fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas: exigindo a comprovação recolhimento da contribuição previdenciária, FGTS, pagamento de salários, fornecimento de vale-transporte e auxílio alimentação quando cabível, pagamento de 13º salário, entre outros.

Quanto à adoção de políticas e práticas de sustentabilidade ambiental, nas aquisições de materiais procura-se diminuir o impacto ambiental inerente à fabricação, utilização ou descarte dos mesmos. Nesse sentido, são exigidas certificações que comprovem a eficiência dos produtos ofertados, com o menor consumo de energia.

Nas contratações de obras, os critérios de sustentabilidade podem ser observados tanto nas especificações dos materiais a serem utilizados quanto nas especificações dos serviços a serem executados.

Nas contratações de serviços, inclusive aqueles que empregam materiais, existe a preocupação em exigir que eles sejam prestados de forma a colaborar com a política da sustentabilidade, assim como os materiais empregados.

Assim, com ações sempre articuladas para reduzir as desigualdades sociais e preservar o meio ambiente, o IBGE contribui para o alcance de resultados satisfatórios ao encontro de um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

7 Conformidade da Gestão e demandas de Órgãos de Controle

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Por meio do Ofício 0235/2015-TCU/Seinfra Urbana, de 5 de maio de 2015, o TCU determinou ao IBGE a realização de ação conjunta com a Caixa Econômica Federal, consubstanciada no item 9.2 do Acórdão nº 1011/2015 TCU-Plenário. Segundo este item, as seguintes determinações foram dadas ao IBGE e à Caixa Econômica Federal, resumidamente: a instituição de mecanismo de prevenção de coletas extensivas excepcionais ou não programadas de famílias de insumos (subitem 9.2.1 do citado Acórdão); a revisão do cadastro de insumos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (9.2.2); a realização de processo de cruzamento entre as especificações dos insumos coletados pelo IBGE com as especificações dos insumos divulgados pelo SINAPI (subitem 9.2.3); e a informação sobre as medidas a serem adotadas no prazo de 60 dias (item 9.2.4). Conforme relatado no Ofício IBGE/PR nº 467, de 14 de julho de 2015, enviado ao TCU, todas as determinações foram atendidas pelo Instituto.

O Tribunal de Contas da União, por meio do mesmo Ofício 0235/2015-TCU/Seinfra Urbana, de 5 de maio de 2015, fez também as seguintes recomendações ao IBGE, desta feita, nos itens 9.3, 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 1011/2015 TCU-Plenário: a utilização de meios de pesquisa no processo de preços dos insumos do SINAPI, que não exijam a identificação do servidor responsável pela coleta (subitem 9.3.1); a divulgação de todos os preços de insumos necessários para o processamento do SINAPI (subitem 9.3.2); a possibilidade de realização de procedimento de pesquisa em outras unidades federadas, quando houver inexistência de informantes em uma determinada unidade (subitem 9.3.3); a realização de coletas extensivas periódicas de todas as famílias de insumos do SINAPI no intervalo máximo de três anos (subitem 9.3.4); a avaliação da utilização de dados do e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) como referenciais de mercado para os custos de mão de obra do SINAPI (subitem 9.4.1); a avaliação do uso dos pisos salariais existentes nos acordos e convenções coletivas de trabalho do setor da construção civil como parâmetro para os salários do SINAPI (subitem 9.4.2); a promoção e a compatibilização entre as categorias de mão de obra do SINAPI e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (subitem 9.4.4); a compatibilização da descrição e da especificação dos insumos utilizados nos módulos “índices” e “orçamento” do SINAPI (subitem 9.4.5); a ciência, por parte do IBGE, e também da CEF, das diferenças entre os custos dos combustíveis e dos materiais betuminosos, existentes entre os preços divulgados pelo SINAPI e os divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para que se adotem as medidas corretivas necessárias (item 9.5). Conforme relatado no Ofício IBGE/PR nº 467, de 14 de julho de 2015, enviado ao TCU, todas as recomendações foram atendidas pelo Instituto.

Quanto às formas de que o Instituto dispõe para o acompanhamento das deliberações do Tribunal, o próprio Gabinete da Presidência do IBGE, administrativamente, e em conjunto com o Gabinete da Diretoria setorial técnica que executa o trabalho requerido pelo Tribunal, responsabiliza-se pelo mesmo, não havendo, porém, sistema informatizado para realizar tal acompanhamento.

No que diz respeito às determinações feitas em acórdãos do TCU, constatou-se que não há nenhuma pendência de atendimento.

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

Até o encerramento de 2015, a CGU não apresentou nenhuma recomendação relacionada aos trabalhos realizados por esse órgão no exercício de referência. Das recomendações originadas em exercícios anteriores, existiam seis pendentes de atendimento, das quais três foram atendidas.

As três recomendações que permanecem pendentes tiveram o prazo de atendimento prorrogado para setembro de 2016. São elas:

Ordem de Serviço: 201118425

Constatação: Intempestividade na implementação de mecanismos de controle eficazes acerca da utilização de auxílio-transporte, fato que pode ter ocasionado a continuidade de pagamentos indevidos.

Recomendação: Que o IBGE adote imediatamente os mecanismos de controle adicionais (solicitação mensal de bilhetes de passagens intermunicipais/interestaduais e realização de visitas e inspeções físicas) previstos na OS CRH n.º 02/2010 para os servidores matrículas n.ºs 0765611, 1362142, 0766818, 0772156, 1503461 e 0772651.

Ordem de Serviço: 201118425

Constatação: Contratação de serviço de limpeza para Unidades Regionais do IBGE sem a realização de processo licitatório regular, mediante dispensas de licitação por valor, ou por suprimento de fundos, sem que fosse demonstrada a vantajosidade e a inexistência de riscos legais para a Administração do IBGE.

Recomendação: Realizar estudo técnico pormenorizado considerando não apenas a economicidade mas também a legalidade e os riscos envolvidos em cada modalidade de contratação, com vistas a fundamentar orientação para as Unidades Estaduais do IBGE realizarem a contratação de serviços de limpeza, apresentando o resultado à CGU.

Ordem de Serviço: 201413336

Constatação: Possibilidade de racionalização das despesas custeadas através de Cartão Corporativo do Governo Federal pelo IBGE

Recomendação: Incrementar e elaborar estudos e procedimentos que permitam o intercâmbio de boas práticas e a construção de acordos de cooperação com outras unidades, com a finalidade de obter soluções gerenciais que reduzam as despesas cotidianas com CPGF, em especial na modalidade saque.

Destaca-se, no entanto, a Ordem de Serviço n.º 201413336 pelo caráter recorrente e pelo impacto relevante na gestão da Instituição.

O IBGE buscou, em atenção aos princípios da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade, soluções para a prestação do serviço de limpeza e conservação.

Conforme estudo apresentado à CGU, as recomendações permanecem pendentes em função das especificidades da Instituição, e das dificuldades inerentes a esta, tais como: grande capilaridade; áreas reduzidas de imóveis; e distribuição estratégica das agências, inclusive em locais de difícil acesso, com mercado restrito de prestação de serviços.

Não obstante o estudo apresentado, o IBGE continua empenhado em soluções que possam ser mais vantajosas, em amplo sentido, para a Administração.

Cabe salientar que o IBGE tem trabalhado para atender as recomendações da CGU e que o acompanhamento dessas recomendações são realizadas por equipe ligada diretamente à Presidência do IBGE, a qual encaminha as recomendações recebidas à área competente e, por meio de reuniões periódicas, toma ciência do andamento das providências a serem tomadas.

Em função da implementação do Sistema de Monitoramento das Ações de Controle – Sistema MONITOR da CGU, e da Portaria CGU nº 500, de 08/03/2016, que dá responsabilidade ao gestor de manter atualizado o Plano Permanente de Providências, na medida da adoção de providências no âmbito da Entidade, encontra-se em construção uma Resolução do Conselho Diretor que normatize e delegue responsabilidades na inserção de informações nesse sistema.

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 25 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
25	25	-	-	-	-	-	-	-

O IBGE possui em sua estrutura uma gerência responsável pelo controle de todos os processos administrativos disciplinares instaurados nas Unidades Estaduais e na Sede. Nos casos de dano ao erário, quando comprovada a culpa do servidor, é providenciado o ressarcimento ao Erário nos autos do próprio processo que apurou a responsabilidade. Na hipótese de não ocorrer o respectivo ressarcimento, o processo é encaminhado à Procuradoria Federal no IBGE, para a adoção das medidas legais, relativas a inscrição do servidor na Dívida Ativa da União.

No exercício de 2015 foram instaurados 63 procedimentos disciplinares, dos quais 25 destinados a apurar responsabilidades pelo desaparecimento ou perecimento de bens públicos, o que corresponde a 39,68% do total de procedimentos instaurados.

Não houve nenhum caso de Tomadas de Contas Especial, bem como não ocorreram fatos em apuração que, pela avaliação da unidade, tenham elevado potencial de se converterem em Tomadas de Contas Especial.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O IBGE observa o cronograma de pagamento estipulado no art. 5º da Lei 8.666/93. O controle é feito internamente pela ferramenta institucional “Sistema de Dados Administrativos”, no módulo financeiro do sistema de contratos. O início se dá a partir da autorização dos gestores de contratos para pagamento dos fornecedores, de acordo com a data de vencimento prevista em contrato. As autorizações são contabilizadas no SIAFI e paralelamente registradas no SDA. Essas informações são organizadas automaticamente por ordem de vencimento dos compromissos a serem pagos por cada unidade gestora do IBGE, gerando denominado Relatório de Contas a Pagar. Tal Relatório subsidia a emissão de ordens bancárias por ordem cronológica de vencimento em consonância com o SIAFI.

Registre-se que o IBGE é uma fundação pública, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, seguindo as legislações federais que regulam as formas de contratações.

Figura 12 – Cronograma de Pagamento do IBGE

IBGE		SDA - Financeiro								Data: 01/03/2016		
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		Contas a Pagar								Hora: 11:22:36		
Unidade Responsável: 1495 - COF/GEOP												
CNPJ/CPF	DADOS DO FAVORECIDO	USUÁRIO EMITENTE	FONTE	ELEMENTO	DOC FISCAL	VENCIMENTO	VALOR	NUMAP	USUÁRIO CONTABILIZADO	DATA CONTABIL	DIAS	USUÁRIO RECEBIMENTO
73.887.424/0004-36	SANSIM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	767002	0100000000	33903701	00000600	29/02/2016	22.139,43	007695/2016	1921805	01/03/2016	0	1921805
04.095.869/0001-18	NETMAE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	765302	0100000000	33903908	00000605	01/03/2016	18.110,00	007635/2016	1576736	29/02/2016	0	1921805
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRAS. de TELECOMUNICAÇÕES S/A -	772586	0100000000	33903958	16/02/220018	01/03/2016	246,64	006869/2016	1921805	25/02/2016	5	1921805
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRAS. de TELECOMUNICAÇÕES S/A -	772586	0100000000	33903958	160270100084	01/03/2016	724,53	006883/2016	1921805	25/02/2016	5	1921805
33.530.486/0001-29	EMPRESA BRAS. de TELECOMUNICAÇÕES S/A -	772586	0100000000	33903958	16/02/220018	01/03/2016	15.635,36	006861/2016	1921805	25/02/2016	5	1921805
09.423.108/0001-61	KIOTO AMBIENTAL LTDA	762425	0100000000	33903978	00030508	02/03/2016	9.024,73	007115/2016	1921805	26/02/2016	4	1921805
20.457.489/0001-32	NILSON MOLINA - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - EPP	1343665	0100000000	33903041	00005000	02/03/2016	408,55	006933/2016	1576736	26/02/2016	4	1921805
16.866.828/0001-67	HLP COMÉRCIO ELETRÔ FONIA LTDA-EPP	2130859	0250113011	33903026	DIVERS005	04/03/2016	1.376,00	006867/2016	1921805	25/02/2016	5	1921805
05.075.962/0001-23	MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA	2130859	0250113011	33903016	000.010.0055	04/03/2016	535,50	006959/2016	1921805	25/02/2016	5	1921805
15.356.864/0001-18	VIA RIO METARLUGICA COMERCIAL LTDA-ME	762425	0100000000	33903916	00000008	04/03/2016	31.000,00	007259/2016	1921805	26/02/2016	4	1921805
73.887.424/0004-36	SANSIM SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	767002	0100000000	33903701	00000600	18/03/2016	2.928,85	007707/2016	1921805	01/03/2016	0	1921805
TOTAL SETOR:							102.129,59					

Resumo por Fontes	
Fonte	Total
0100000000	100.218,09
0250113011	1.911,50
TOTAL:	102.129,59

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Com relação a desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei 12546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, o IBGE iniciou as tratativas para o cumprimento das legislações. No entanto, conforme mensagem da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI) em 01.04.2015 foram suspensos os itens 9.2 e 9.3 do Acordão do TCU 2.859/2013. Assim, o Instituto aguarda decisão definitiva do TCU para que sejam retomados os trabalhos.

Anexo 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Executiva	<p>É o órgão do IBGE que exerce as atividades de planejamento e coordenação geral da Instituição, incluindo a administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade. A Diretoria-Executiva é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) • Coordenação de Planejamento e Supervisão (CPS) • Coordenação de Recursos Humanos (CRH) • Coordenação de Recursos Materiais (CRM) 	Fernando José de Araújo Abrantes	Diretor	Desde 08/07/2013
Diretoria de Pesquisas	<p>É o órgão do IBGE que produz e sistematiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País.</p> <p>A Diretoria de Pesquisas executa ainda as ações que cabem ao IBGE na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação estatística, e é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Agropecuária (COAGRO) • Coordenação de Contas Nacionais (CONAC) • Coordenação de Índices de Preços (COINP) • Coordenação de Indústria (COIND) • Coordenação de Métodos e Qualidade (COMAQ) • Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS) • Coordenação de Serviços e Comércio (COSEC) • Coordenação de Trabalho e Rendimento (COREN) 	Roberto Luís Olinto Ramos	Diretor	Desde 20/08/2014
Diretoria de Geociências	<p>É o órgão do IBGE que produz e sistematiza as informações de natureza cartográfica, geodésica, geográfica e de recursos naturais e meio ambiente, imprescindíveis ao conhecimento, à análise e à avaliação do território nacional, objetivando subsidiar a sua gestão e seu ordenamento.</p> <p>A Diretoria de Geociências também executa as ações que cabem ao IBGE nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação a convênios de cooperação geocientífica. É composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Cartografia (CCAR) • Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE) • Coordenação de Geodésia (CGED) • Coordenação de Geografia (CGEO) • Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN) 	Wadih João Scandar Neto	Diretor	Desde 28/09/2011

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria de Informática	<p>É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de informática e de administração da base de dados do Instituto, preservando a integridade das informações e proporcionando apoio técnico para o acesso a elas.</p> <p>A Diretoria de Informática é composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas (COADS) • Coordenação de Metodologia e Banco de Dados (COBAD) • Coordenação de Serviços de Informática (COINF) 	Paulo Cesar Moraes Simões	Diretor	Desde 07/08/2009
Centro de Documentação e Disseminação de Informações	<p>É o órgão do IBGE que planeja, coordena e executa as atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve produtos e serviços de informação, promovendo sua divulgação e comercialização.</p> <p>O Centro de Documentação e Disseminação de Informações também divulga a imagem do IBGE e preserva a memória institucional.</p> <p>É composto pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Atendimento Integrado (COATI) • Coordenação de Marketing (COMAR) • Coordenação de Produção (COPRO) • Coordenação de Projetos Especiais (COPES) 	David Wu Tai	Coordenador- Geral	Desde 20/07/1995
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	<p>É o órgão do IBGE que planeja e desenvolve atividades de ensino e pesquisa, nas áreas estatística e geográfica, mantendo cursos de graduação, pós-graduação e especialização. Também é responsável por oferecer treinamento e aperfeiçoamento profissional aos funcionários do Instituto.</p> <p>É composta pelas seguintes coordenações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Graduação (CEGRAD) • Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (CTA) 	Maysa Sacramento de Magalhães	Coordenador- Geral	Desde 27/08/2014

Fonte: IBGE, 2016

Anexo 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Estatísticas	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, social e econômica do país.	16 resultados das Pesquisas Trimestrais da Agropecuária (Abate - 4, Couro - 4, Leite - 4, Produção de Ovos de Galinha - 4); 2 resultados da Pesquisa Semestral de Estoques; 12 resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA); 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Brasil (PIM-PF); 12 resultados da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (PIMES); 12 resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC); 12 resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); 11 resultados do Índice Nacional de Preços ao Produtor (IPP); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IPCA); 12 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15); 4 resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E); 12 resultados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI); 12 resultados da Pesquisa Mensal de Empregos (PME); 7 resultados das pesquisas estruturais econômicas (Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); Pesquisa Anual de Comércio (PAC); Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Pesquisa da Agricultura Municipal (PAM); Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS); Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); Pesquisa Industrial Anual (PIA); 2 resultados das pesquisas estruturais sociodemográficas (Pesquisa de Informações Básicas Estaduais/Municipais (ESTADIC/ MUNIC); Estatísticas do Registro Civil (REGCI); 3 Prognósticos de Safra; Conta-Satélite de Saúde – Brasil 2010-2013; Estimativas do Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2013; Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2013; Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo - Brasil - 2010-2013; Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2013; Coleta da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) 2015; Pesquisa Nacional da Saúde do Estudante (PeNSE); suplemento da PNAD 2013 relativos ao Acesso à Internet e à Televisão e a Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal; volumes temáticos da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 referentes ao “Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, Acidentes e Violência” e aos “Ciclos de vida”.	Governo e sociedade	Diretoria de Pesquisas

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Geocientíficas	Produção de dados e informações geoespaciais – IG de referência, temáticos e especiais, compreendendo, dentre outros: redes de controle geodésico e todos os seus produtos derivados, planos cartográficos básicos e temáticos de qualquer tipo, malhas territoriais, informações de recursos naturais e produtos cartográficos especiais.	Disponibilização da Base Cartográfica Contínua, na escala 1:250.000, de todo o território brasileiro; divulgação do Mapa Político do Brasil 1:5.000.000 versão 2015, divulgação de mapas políticos de todos os estados e do Distrito Federal; operação de 123 estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC, disponibilizando 28 mil arquivos no ano; operação de 5 estações da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG), disponibilizando 1.400 arquivos no ano; medição de 1.600 estações geodésicas, visando a melhoria da qualidade do modelo geoidal; divulgação em 2015 do novo Modelo de Ondulação Geoidal do Brasil; divulgação dos Mapas Municipais para fins estatísticos das Estimativas Populacionais 2014, da Malha Municipal 2014 e da Área Territorial oficial do Brasil – 2014; atualização dos quadros de Regiões Metropolitanas, Faixas de Fronteira, Semiárido e Amazônia Legal; mapeamento das Áreas Urbanizadas, Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil; disponibilização do conjunto de informações geoespaciais temáticas (shapes integrados) referentes a 150 folhas, na escala de 1:250.000, sobre os temas: Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação; publicação do Manual Técnico de Pedologia (3ª edição) e do Manual Técnico de Pedologia - Guia Prático de Campo (1ª edição); disponibilização do “Conjunto de informações compatibilizadas referentes ao tema Vegetação, do Território Nacional”; disponibilização de mapa e relatório referentes às "Mudanças na Cobertura e Uso da Terra 2000 - 2010-2012"; disponibilização do Mapa da Cobertura e do Uso da Terra dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão.	Governo e sociedade	Diretoria de Geociências
Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações	Processos de pesquisa, difusão e implementação de metodologias estatísticas e computacionais ligadas à modernização do processo de produção das informações.	Atualização dos cadastros e malhas das estruturas territoriais referentes aos limites político-administrativos dos municípios brasileiros, às áreas especiais e aos setores censitários; implantação do sistema de gestão da qualidade referente aos processos de produção de informações geocientíficas; divulgação da Segunda Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Pesquisas, Diretoria de Geociências e Diretoria de Informática.

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Produção de Informações Ambientais	Produção sistemática de dados e informações ambientais desenvolvidos em âmbito nacional e estruturados no Sistema de Informação Geográfica (banco de dados), compreendendo temas de recursos hídricos, fauna e flora, e a produção de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável sobre as interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos.	Disponibilização do Mapa Hidrogeológico da Região Sul.	Governo e sociedade	Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências
Produção de Informações Censitárias	Produção e sistematização de estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional.	Realização de atividades essenciais de planejamento da Base Territorial com incremento de 10% no quantitativo operacional dos setores censitários, correspondendo a 30% dos municípios brasileiros, que sofreram alguma atualização.	Governo e sociedade	Presidência, Diretoria de Geociências e Unidades Estaduais
Disseminação de Informações	Organização, formatação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE para o governo e a sociedade, bem como os processos de organização e disponibilização das informações em bases de dados e metadados apoiadas por ferramentas adequadas à recuperação personalizada da informação.	Acesso aos serviços de informações estatísticas e geocientíficas do IBGE, na ordem de 50,1 milhões.	Governo e sociedade	Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino Superior, Pesquisa e Extensão	Processo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de estatística e geociências, no âmbito da graduação e pós-graduação (stricto sensu e lato sensu). Compreende também a formação especializada para a produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas oficiais.	Implantação do Programa de Doutorado; reformulação da estrutura curricular do Bacharelado em Estatística; Criação do Prêmio ENCE; desenvolvimento do sistema Acadêmico do Mestrado e do Doutorado; atualização do Projeto Pedagógico de Curso da Graduação; atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional da ENCE; realização do 1º Encontro ENCE – Comeq; realização do evento do Dia Mundial de Estatística; realização da Oitava Jornada de Iniciação Científica.	Sociedade, servidores públicos do IBGE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Presidência
Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas	Planejamento e organização da produção nacional de informações estatísticas e geocientíficas estabelecendo normas, classificações e padrões a fim de garantir que todas as informações sejam produzidas de forma padronizada, harmônica e comparável.	Realização das reuniões da Comissão Nacional de Cartografia; realização de capacitações de instituições produtoras de geoinformações para a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais, por meio de treinamentos na Escola Nacional de Administração Pública, treinamentos regionais para servidores estaduais e cursos em congressos; revisão das normas técnicas para a cartografia básica, referentes à Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo e aos Mapas da Série Brasil e Mapas da Série Estadual; proposição de indicadores a serem considerados para o acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável reunindo as instituições nacionais produtoras de informação no Encontro de Produtores de Informação visando à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015; realização de diversas reuniões da Comissão de Planejamento e Organização Geral dos Censos; realização de duas reuniões do Grupo Executivo de Estatísticas Sociais; realização da Sétima Reunião do Comitê Gestor de Estatísticas Sociais; realização do IV Seminário Nacional do Comitê de Estatísticas Sociais; realização da Reunião do Comitê Técnico das Contas Regionais do Brasil; realização da Reunião do Comitê Técnico do Produto Interno Bruto dos Municípios do Brasil; realização da Reunião do Comitê Técnico das Projeções e Estimativas Populacionais Regionais do Brasil; realização da Reunião do Comitê de Estatísticas Demográficas.	Governo, sociedade, áreas finalísticas do IBGE	Presidência, Diretoria de Pesquisas e Diretoria de Geociências

Fonte: Sigestão, 2016.

Anexo 3 – Macroprocessos e Objetivos Estratégicos referentes ao Plano Estratégico do IBGE para o ano de 2015.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
01		Governança Institucional
01	01	Propor e implementar novo modelo de gestão institucional que garanta a excelência na produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, mantendo e fortalecendo a presença nacional da Instituição, para atendimento efetivo às demandas do governo e da sociedade.
01	03	Implementar uma política de relações internacionais para o IBGE que fortaleça sua inserção nos cenários internacional e nacional.
01	04	Implementar uma política de comunicação integrada, voltada para os públicos interno e externo de forma a manter transparente o relacionamento com os servidores e a sociedade e contribuir decisivamente para a manutenção da imagem pública de qualidade e credibilidade do IBGE.
01	05	Fomentar as ações de planejamento, implantando sistemas e ferramentas, com vistas à articulação e integração das estratégias ao orçamento e à execução e acompanhamento das atividades e projetos do IBGE.
01	06	Implementar estratégias para estimular e manter a cooperação do informante dos levantamentos realizados pelo IBGE, visando minimizar a taxa de recusa e, conseqüentemente, à maior qualidade dos resultados.
01	07	Implementar estratégias voltadas à garantir a confidencialidade das informações individualizadas.
01	09	Ampliar a abrangência e profundidade das atividades de auditoria interna, fortalecendo o controle interno e o processo de governança, para o aprimoramento contínuo das atividades da Instituição.
01	10	Desenvolver a cultura da gestão de risco no IBGE, iniciando com o aprimoramento da segurança nos processos de produção, armazenamento e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas.
01	11	Desenvolver estratégias para tratamento de situações de identificação de erros na divulgação de informações e no mau uso das informações divulgadas.
02		Coordenação dos Sistemas de Informações Cartográficas e Estatísticas
02	01	Coordenar o sistema de produção de estatísticas oficiais, por meio da manutenção e funcionamento de instâncias institucionalizadas de coordenação da produção de informações estatísticas.
02	02	Avançar na articulação com os produtores de registros administrativos, com vistas a maior racionalização da produção de informações estatísticas oficiais.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
02	03	Coordenar o Sistema Cartográfico Nacional, por meio dos Planos Geodésico Brasileiro e Cartográfico Básico.
02	04	Implantar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), segundo o Plano de Ação elaborado pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), em consonância com o Decreto nº 6.666, de 2008.
02	05	Ouvir usuários e produtores de informações estatísticas e geocientíficas nacionais, no âmbito da esfera pública, mapeando lacunas e identificando as necessidades que permitam a operação eficiente dos Sistemas Estatístico e Cartográfico e a garantia da qualidade, da racionalidade na produção e a harmonização conceitual e metodológica, sem duplicidade de esforços.
03		Produção de Informações Estatísticas
03	01	Acompanhar a evolução de curto prazo da economia e da sociedade brasileiras, por meio de um conjunto de pesquisas conjunturais, utilizando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.
03	02	Acompanhar a evolução estrutural da economia e da sociedade brasileiras por meio de um conjunto de pesquisas anuais nas áreas econômicas e sociodemográficas, utilizando conceitos, definições e classificações adotadas internacionalmente.
03	03	Promover o conhecimento demográfico do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e por outras instituições, por meio da divulgação dos resultados correntes e dos aprimoramentos do Sistema Síntese: Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (SISPEP).
03	04	Promover o conhecimento dos principais aspectos sociais do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e outras instituições, através da divulgação dos resultados correntes e dos aprimoramentos do Sistema Síntese das Informações Sociais (SIS).
03	05	Promover o conhecimento da economia do País, a partir da compilação das informações produzidas pelo IBGE e por outras instituições, por meio da divulgação dos resultados correntes do Sistema Síntese: Sistema de Contas Nacionais (SCN).
03	06	Aperfeiçoar e completar o Sistema de Contas Nacionais, visando à atualização da base de dados e da metodologia, incluindo a implantação de recomendações do novo manual System of National Accounts 2008 (SNA 2008) e estimando uma nova série do Sistema de Contas Nacionais, com ano base em 2010.
03	07	Finalizar a implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), incluindo novos temas, investigados em intervalos de tempo mais curtos e com regularidade, com a produção de fontes de informações e bases de dados integradas.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
03	08	Implantar o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) nas capitais (ou regiões metropolitanas) dos estados atualmente não incorporados à pesquisa, visando a torná-lo mais abrangente, com produção e divulgação do índice com cobertura nacional e resultados de índices em todas as unidades da federação.
03	09	Implantar o Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA), visando aprimorar o acompanhamento da agropecuária brasileira, por meio da revisão das pesquisas atuais e da implantação de novas pesquisas, com amostragem probabilística.
03	10	Avançar na integração da produção das estatísticas econômicas, ampliando a abrangência do sistema e incluindo a revisão do processo de produção.
03	12	Aprimorar a produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e sociodemográfica, por meio de revisões metodológicas.
03	13	Aprimorar a produção e a análise de informações estatísticas de natureza econômica e sociodemográfica, por meio da ampliação do quadro temático.
03	14	Consolidar a produção regular de pesquisas, definindo sua periodicidade.
04		Produção de Informações Geocientíficas
04	01	Disponibilizar, por meio da Rede Geodésica Brasileira, dados para o georreferenciamento com alto grau de confiabilidade, visando à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem o conhecimento preciso das coordenadas geográficas.
04	02	Produzir dados geoespaciais de referência do território nacional, visando à atuação pública na gestão do território e no referenciamento das informações temáticas.
04	03	Produzir os dados geoespaciais de referência, de acordo com as necessidades de detalhamento e de envolvimento das Unidades da Federação na sua execução.
04	04	Concluir a produção de informações geoespaciais referentes aos temas de geologia, geomorfologia, vegetação e solos, de todo o território nacional na escala 1:250.000 e acompanhar as mudanças metodológicas que justifiquem sua atualização, proporcionando conhecimento dos recursos naturais e ambientais para subsidiar o desenvolvimento sustentável.
04	05	Produzir informações geoespaciais referentes ao uso atual e às mudanças de cobertura e uso da terra de todo o território nacional, proporcionando a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
04	06	Caracterizar e analisar o território nacional, contribuindo para o processo de conhecimento e fornecimento de informações geográficas que auxiliem a gestão do território.
04	07	Difundir o conhecimento geográfico do Brasil, por meio de um conjunto de informações levantadas pelas instituições públicas do país, que se constitui como instrumento estratégico para o planejamento do futuro do País.
04	08	Construir uma metodologia capaz de proporcionar o tratamento, a interpretação e a integração dos dados e informações geoespaciais, evitando, assim, a redundância de dados e informações, a falta de padronização e a impossibilidade de interoperabilidade.
05		Produção de Informações Censitárias
05	01	Realizar a Contagem da População 2016, visando aprimorar as estimativas anuais de população para a segunda metade da década.
05	02	Planejar o Censo Agropecuário, a ser realizado em 2016, com ano de referência 2015, visando investigar a estrutura, o nível da produção e a dinâmica da atividade agropecuária.
06		Produção de Informações Ambientais
06	01	Produzir, sistemática e padronizadamente, informações básicas ambientais de abrangência nacional.
06	02	Aprimorar e consolidar a produção do Sistema Síntese de Informações Ambientais, adotando como referência as recomendações internacionais, como forma de melhorar a base informacional sobre meio ambiente e de subsidiar a elaboração de políticas públicas.
07		Infraestrutura, Metodologia e Qualidade para a Produção de Informações
07	01	Consolidar a gestão da qualidade através da construção, desenvolvimento e implementação de sistema de avaliação e monitoramento do processo de produção das informações estatísticas e geocientíficas, visando aumentar a excelência das informações.
07	02	Desenvolver, assimilar e disseminar novas metodologias, tecnologias e sistemas voltados para a coleta, produção e análise de informações estatísticas e geocientíficas, visando aprimorar as pesquisas, agilizar a produção e reduzir custos, atendendo às recomendações internacionais.
07	03	Aprimorar os mecanismos de acompanhamento e de atualização da Base Territorial (BT) e do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), para apoio aos processos operacionais das coletas censitárias e das pesquisas do IBGE e representação do território.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
07	04	Ampliar a abrangência do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), por meio de melhorias e aperfeiçoamentos, com a finalidade de prover um banco de dados atualizado e centralizado de todas as unidades produtivas ativas instaladas no território nacional, composto por informações cadastrais, econômicas, estruturais e demográficas, visando à seleção de amostras para pesquisas de empresas.
07	05	Avançar na consolidação das Classificações Estatísticas, como instrumentos fundamentais à harmonização e padronização conceitual das pesquisas estatísticas e dos registros administrativos, visando articular as informações a partir da construção de linguagem comum compatível, inclusive com classificações internacionais.
08		Disseminação de Informações
08	01	Manter a força da marca IBGE, reforçando a Instituição como responsável pela produção e disseminação de informações estatísticas e geocientíficas oficiais do país.
08	02	Aprimorar a gestão dos relacionamentos com clientes e informantes, mantendo-os como o principal foco das ações do IBGE no cumprimento de sua missão.
08	03	Potencializar e dinamizar o uso das ferramentas de informações estatísticas e geocientíficas pelos usuários, auxiliando, assim, a geração de conhecimento.
08	04	Fomentar o aprendizado e a familiaridade com informações estatísticas e geocientíficas junto ao público infantojuvenil, de forma a contribuir com a construção da consciência cidadã nesse segmento.
08	05	Fomentar a sensibilização e o uso das informações do IBGE junto a segmentos específicos (gestores estaduais e municipais, jornalistas, empreendedores e universitários), ajudando-os a perceber a utilidade das informações do IBGE frente às suas necessidades de informação.
08	06	Ampliar o número de usuários por meio da expansão dos serviços de informações estatísticas e geocientíficas.
08	07	Ampliar a atuação no campo da Memória Institucional, tendo em vista a preservação da memória e a inserção dos servidores do IBGE na construção de uma história institucional, reforçando-se uma identidade ibgeana.
09		Ensino Superior
09	01	Ampliar e fortalecer a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) como instituição de Ensino Superior e Pesquisa, visando a ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico requeridos para o apoio do desenvolvimento do País, bem como fortalecer o papel do IBGE como formador de recursos humanos qualificados na sua área de atuação.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
09	02	Ampliar e fortalecer a institucionalização da pesquisa e extensão, visando aperfeiçoar os mecanismos de pesquisa, extensão, gestão e avaliação necessários ao crescimento acadêmico da Escola.
09	03	Fortalecer a gestão acadêmica da ENCE, aprimorando os mecanismos legais e de gestão necessários ao bom funcionamento dos cursos de graduação e de pós-graduação da Escola.
09	04	Fortalecer a gestão administrativa da ENCE, visando melhorar a transparência administrativa, a comunicação, a qualidade dos recursos físicos, humanos e alcançar uma maior eficiência dos processos de trabalho.
10		Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação
10	01	Manter a gestão institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando à melhoria no atendimento às necessidades e ao pleno funcionamento dos sistemas e serviços.
10	02	Implantar as diretrizes de TIC institucional, de forma a garantir a integridade, a segurança das informações e o atendimento à legislação pertinente.
10	03	Aprimorar os meios de comunicação entre as diversas unidades do IBGE com a adoção de equipamentos, canais, protocolos e padrões que assegurem interoperabilidade e qualidade dos serviços de vídeo, voz e dados na Rede IBGE.
10	04	Prover soluções tecnológicas para o atendimento das necessidades institucionais com o uso de tecnologias atualizadas, privilegiando soluções genéricas.
10	05	Prover o acesso aos dados armazenados nos diversos sistemas de informação para simplificar e potencializar a análise dos dados pelas áreas usuárias, de forma a facilitar o processo de tomada de decisões organizacionais.
10	06	Priorizar o uso de padrões abertos no intercâmbio de dados e metadados estatísticos e geocientíficos, para possibilitar a integração e interoperabilidade entre aplicações e informações do IBGE com outras diferentes instituições.
10	07	Gerenciar os processos, serviços de informática e a utilização da infraestrutura de TIC para garantir a integridade, prazos e desempenho na produção de informações administrativas, estatísticas e geocientíficas.
10	08	Implantar um novo ambiente para processamento de pesquisas estatísticas com a utilização dos avanços tecnológicos que minimizem a complexidade dos procedimentos de TIC nas pesquisas, propiciem velocidade, qualidade e segurança na coleta e no processamento das informações, privilegiando o uso de soluções parametrizadas.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
11		Gestão de Pessoas
11	01	Aprimorar a gestão do quadro funcional por meio de um planejamento da força de trabalho que possibilite o ajuste dos quantitativos de pessoal do IBGE às suas necessidades, bem como aos perfis desejados dos servidores a partir da identificação das competências necessárias, fortalecendo a cultura de profissionalização da Instituição, em consonância com a realização de concursos periódicos.
11	02	Formular e implementar políticas de desenvolvimento de pessoas, associadas às qualificações requeridas para o desempenho de atividades das áreas, assim como à identificação de potenciais a serem desenvolvidos para sucessão a funções técnicas e gerenciais, permitindo a evolução profissional e o desenvolvimento dos recursos humanos da Instituição.
11	03	Formular e implementar a política de treinamento e o projeto pedagógico de educação continuada, integrando as ações de capacitação desenvolvidas em toda a Instituição.
11	04	Fortalecer o papel da Educação a Distância (EaD), a partir da consolidação do sistema EaD IBGE, com base na aplicação integrada de metodologias e tecnologias educacionais e de gestão, para promover a formação e desenvolvimento de pessoas, com crescente qualidade.
11	05	Elaborar plano de treinamento das equipes de levantamento de informações estatísticas e geocientíficas, visando aprimorar a qualidade, a partir de treinamentos mais eficientes e de menor custo, utilizando as novas tecnologias disponíveis, de acordo com a Política de Educação Continuada, na busca da integração das ações de capacitação desenvolvidas na Instituição
11	06	Formular e implementar política de saúde ocupacional dos servidores do IBGE, alinhada às orientações emitidas pelo Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), visando à prevenção de doenças e lesões, à diminuição do índice de absenteísmo no trabalho, ao prolongamento da vida produtiva das pessoas, à promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho.
11	07	Formular e implementar um novo modelo de atendimento de Recursos Humanos (RH) aos servidores do IBGE, de forma a atender as necessidades atuais e futuras dos servidores, garantindo agilidade, qualidade e confiabilidade às informações prestadas.
11	08	Fortalecer a institucionalização da interlocução do IBGE com os representantes sindicais dos servidores, de forma a garantir o aprimoramento das relações de trabalho na Instituição e a identificação de pontos que facilitem o processo de negociação de termos e condições de trabalho, de conflitos e/ou soluções surgidos no âmbito dessas respectivas relações, bem como de direitos e benefícios dos servidores.
11	09	Otimizar as atividades administrativas referentes a cadastro e folha de pagamento de pessoal, com o intuito de garantir a correta análise, concessão e percepção de direitos dos servidores e as devidas atualizações dos registros funcionais, e a correta retenção de encargos e descontos.

Macroprocesso	Objetivo	Descrição
12		Gestão Administrativa
12	01	Fomentar a inovação e incentivar a busca da melhoria da qualidade na gestão do IBGE, por meio da implementação de sistemas de gerenciamento, avaliação e monitoramento organizacional e da introdução de metodologias e tecnologias modernas que estejam alinhadas à nova concepção de gestão pública.
12	02	Fortalecer a capacidade de gestão da Rede Nacional do IBGE.
12	03	Desenvolver política institucional de gestão documental em conformidade à legislação vigente, com vistas à normatização, organização e padronização das atividades de protocolo e arquivo, que contemple os suportes físicos e eletrônicos e permita otimizar e adequar o espaço de guarda, garantir a preservação e o acesso às informações do IBGE
12	04	Garantir o funcionamento da logística de infraestrutura do IBGE, otimizando o tempo e os recursos necessários ao eficiente desenvolvimento das atividades institucionais e priorizando, sempre que possível, a adequação às normas de gestão ambiental e a promoção de licitações sustentáveis.
12	05	Promover a adequação das instalações físicas e dos serviços de suporte de infraestrutura às características dos diferentes tipos de atividades desenvolvidas nas sedes das Unidades Estaduais, de modo a suprir integralmente às reais necessidades do IBGE, no que concerne ao bem-estar funcional do servidor e à realização das atividades previstas em suas diversas unidades organizacionais.
12	06	Aperfeiçoar a gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis do IBGE, através principalmente da automação de processos de trabalho, tendo em vista a necessidade de proporcionar o bem-estar funcional dos servidores, de viabilizar a realização das atividades técnicas e administrativas previstas e de preservar o patrimônio sob a responsabilidade do IBGE.
12	07	Otimizar as atividades de gestão e uso dos créditos consignados no Orçamento Geral da União e dos créditos adicionais e respectivos recursos financeiros, visando garantir o aporte desses recursos no tempo devido, de acordo com a programação das ações de responsabilidade das Unidades Gestoras, bem como com a dotação orçamentária e os limites autorizados para a realização das atividades e/ou projetos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA)
12	08	Implantar a nova metodologia de contabilidade pública no IBGE, visando sistematizar e dar maior transparência aos atos e fatos administrativos da Instituição, permitindo o aprimoramento dos processos de elaboração e análise dos Balanços Contábeis, fundamentais à melhoria da qualidade dos processos decisórios.
12	09	Promover a conscientização dos gestores e servidores do IBGE na adoção de práticas e hábitos de consumo sustentáveis, com vistas à racionalização de gastos e de processos, por meio da eliminação do desperdício, bem como implementar medidas que propiciem uma maior qualidade de vida no trabalho.

Fonte: Sigestão, 2016.

Anexo 4 – Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ/Encerrado)
EMISSÃO 02/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	2.899.486,12		Despesas Orçamentárias	2.114.236.488,40	
Ordinárias	896.623,98		Ordinárias	1.204.872.848,64	
Vinculadas	2.446.488,01		Vinculadas	808.362.898,88	
Educação			Educação	2.533.563,22	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	260.269.894,27	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	642.936.396,48	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.446.486,01		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.612.795,89	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-443.544,88				
Transferências Financeiras Recebidas	2.213.438.876,13		Transferências Financeiras Concedidas	78.281.063,08	
Resultantes da Execução Orçamentária	2.158.561.222,04		Resultantes da Execução Orçamentária	66.696.317,55	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	2.092.971.959,11		Repasso Concedido	1.107.054,62	
Sub-repasso Recebido	65.589.262,93		Sub-repasso Concedido	65.589.262,93	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscção			Valores Diferidos - Inscção		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	54.877.653,09		Independentes da Execução Orçamentária	9.594.735,54	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	49.728.222,19		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.227.428,61	
Demais Transferências Recebidas			Demais Transferências Concedidas	124.522,94	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.149.430,90		Movimento de Saldos Patrimoniais	1.242.783,99	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	24.211.804,88		Despesas Extraorçamentárias	48.832.672,94	
Inscção dos Restos a Pagar Processados	1.075.127,60		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.707.366,84	
Inscção dos Restos a Pagar Não Processados	22.500.000,55		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	46.225.318,68	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	131.090,93		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	644.805,72	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	505.385,61		Outros Pagamentos Extraorçamentários	55.181,70	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	55.181,70	
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	734,92		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOS.E ESTATISTICA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	1.001,68	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	503.649,01	-			
Saldo do Exercício Anterior	8.928.303,27	-	Saldo para o Exercício seguinte	11.329.033,78	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.929.303,27	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.329.033,78	-
TOTAL	2.260.478.248,21	-	TOTAL	2.260.478.248,21	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSION 02/03/2015 PAGINA 1

SUBTÍTULO 25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	18.368.703,00	18.368.703,00	2.880.086,12	-16.488.607,88
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	848.378,00	848.378,00	877.762,16	31.374,16
Receitas Imobiliárias	135.707,00	135.707,00	149.616,33	13.909,33
Receitas de Valores Mobiliários	810.671,00	810.671,00	828.135,82	17.464,82
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	16.431.923,00	16.431.923,00	441.911,83	-16.990.011,37
Transferências Correntes	884.064,00	884.064,00	636.948,88	-348.104,04
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	884.064,00	884.064,00	535.949,96	-348.104,04
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	87.348,00	87.348,00	904.481,38	807.133,38
Multas e Juros de Mora	17.542,00	17.542,00	5.045,99	-12.496,01
Indenizações e Restituições	37.643,00	37.643,00	712.779,03	675.136,03
Receita da Dívida Ativa	-	-	10.801,25	10.801,25
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	42.163,00	42.163,00	175.855,11	133.692,11
RECEITAS DE CAPITAL	1.087.119,00	1.087.119,00	38.370,00	-1.047.749,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

EMISSÃO 02/03/2016 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	1.087.119,00	1.087.119,00	39.370,00	-1.047.749,00
Alienação de Bens Móveis	1.087.119,00	1.087.119,00	39.370,00	-1.047.749,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiame.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	19.448.822,00	19.448.822,00	2.898.486,12	-18.547.366,88
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	19.448.822,00	19.448.822,00	2.898.486,12	-18.547.366,88
DÉFICIT			2.111.328.023,28	2.111.328.023,28
TOTAL	19.448.822,00	19.448.822,00	2.114.226.488,40	2.094.778.896,40
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado)

EMIÇÃO 02/03/2016 PAGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.886.861.611,00	2.180.310.318,00	2.111.322.096,48	2.081.467.844,75	2.080.382.817,16	48.888.219,64
Pessoal e Encargos Sociais	1.811.180.447,00	1.878.806.108,00	1.843.012.322,56	1.843.012.322,56	1.842.967.965,20	36.792.786,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	274.481.084,00	281.606.208,00	268.309.773,91	248.445.622,20	247.414.851,96	13.196.434,09
DESPESAS DE CAPITAL	3.964.148,00	3.964.148,00	2.903.391,84	287.643,10	287.643,10	1.080.768,08
Investimentos	3.964.148,00	3.964.148,00	2.903.391,84	287.643,10	287.643,10	1.060.768,08
Inversões Financeiras	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.889.815.869,00	2.184.274.464,00	2.114.225.488,40	2.081.726.487,85	2.080.860.380,26	60.048.876,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.889.815.869,00	2.184.274.464,00	2.114.225.488,40	2.081.726.487,85	2.080.860.380,26	60.048.876,80
TOTAL	2.889.815.869,00	2.184.274.464,00	2.114.225.488,40	2.081.726.487,85	2.080.860.380,26	60.048.876,80

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.810.481,16	18.838.834,14	16.948.923,81	16.948.923,81	2.816.780,86	2.087.690,89
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.718,82	8.816,00	8.816,00	-	4.103,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.810.481,16	18.827.216,22	16.938.308,81	16.938.308,81	2.816.780,86	2.083.588,81
DESPESAS DE CAPITAL	1.068.881,26	31.325.884,22	30.278.386,07	30.278.386,07	408.781,27	1.887.768,13
Investimentos	1.068.881,26	31.325.884,22	30.278.386,07	30.278.386,07	408.781,27	1.887.768,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.879.442,40	50.164.898,36	48.226.318,88	48.226.318,88	3.225.672,12	3.785.449,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	201,08	1.736.492,48	1.707.388,84	28.288,74	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.886.702,01	1.886.702,01	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMISSION 02/03/2016	PAGINA 4
------------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	201,08	38.730,48	11.884,83	28.288,74	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	201,08	1.756.432,48	1.707.388,84	28.288,74	-0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado)

EMISSÃO 02/03/2016 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2014	ESPECIFICAÇÃO	2016	2014
ATIVO CIRCULANTE	47.623.896,20	46.087.088,34	PASSIVO CIRCULANTE	16.426.488,86	31.308.348,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.328.083,78	9.928.308,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assoc. a Pagar a Curto Prazo	13.887.438,64	14.522.186,18
Créditos a Curto Prazo	12.121,61	7.408,22	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	906.748,32	34.884,68
Clientes	10.071,64	6.826,64	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.862.307,80	17.262.188,79
Dívida Ativa Não Tributária	3.548,98	581,58			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-1.499,11	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	27.718.468,18	27.090.688,13			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	8.480.183,41	8.120.788,72			
VPDs Pagas Antecipadamente	4.168,34	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	387.982.161,88	471.180.377,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	621.237,16	616.948,88	Obrigações Trabalh., Previd. e Assoc. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	521.237,16	515.948,39	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	1.561.801,69	1.362.995,49	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-1.040.564,53	-847.046,50	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	16.426.488,86	31.308.348,63
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Participações Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Luoros	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	388.490.680,62	485.468.115,14
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado do Exercício	-93.782.367,35	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	485.459.115,14	485.459.115,14
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	6.814.842,73	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Demais investimentos Permanentes	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	388.490.680,62	485.468.115,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado)

EMISSÃO 02/03/2016 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	366.711.883,47	468.768.471,89			
Bens Móveis	104.688.220,86	221.889.287,38			
Bens Móveis	330.115.297,27	308.411.840,32			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-115.340.832,14	-96.522.552,94			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-110.086.244,27	-			
Bens Imóveis	261.023.672,61	247.877.184,61			
Bens Imóveis	261.930.370,89	248.712.914,03			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-906.698,28	-835.729,42			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.159.021,35	897.956,35			
Softwares	1.159.021,35	897.956,35			
Softwares	1.159.021,35	897.956,35			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	414.818.087,18	617.287.480,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.818.087,18	617.287.480,87

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2014	ESPECIFICAÇÃO	2016	2014
ATIVO FINANCEIRO	11.328.033,78	71.844.317,88	PASSIVO FINANCEIRO	28.100.886,61	104.340.911,68
ATIVO PERMANENTE	403.687.053,40	445.423.148,01	PASSIVO PERMANENTE	13.808.880,88	-36.380.341,09
SALDO PATRIMONIAL			- SALDO PATRIMONIAL	372.206.140,01	448.288.883,20

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2014	ESPECIFICAÇÃO	2016	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	20.796.864,53	20.001.244,82	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	179.811.673,37	101.756.423,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

EMISSION 02/03/2016 PAGINA 3

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014		2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.799.854,53	20.001.244,82	Execução dos Atos Potenciais Passivos	179.611.573,37	101.755.423,16
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	12.227.248,27	8.803.385,99	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Convençados e Outros Instrumentos Cong	8.468.953,03	11.083.345,60	Obrigações Convençadas e Outros Instrum Conglin	-	-
Direitos Contratuais a Executar	103.653,23	114.513,23	Obrigações Contratuais a Executar	179.611.573,37	101.755.423,16
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	20.799.854,53	20.001.244,82	TOTAL	179.611.573,37	101.755.423,16

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-23.746.070,69
Recursos Vinculados	6.973.137,88
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-712.157,55
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.685.295,41
TOTAL	-17.771.832,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ/Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND. INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

EMISSÃO
02/03/2016

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES:	31.807.288,88	-
INGRESSOS	2.218.936.448,79	-
Receitas Derivadas e Originárias	2.324.146,18	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	149.616,33	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	441.911,63	-
Remuneração das Disponibilidades	829.135,82	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	904.481,38	-
Transferências Correntes Recebidas	636.849,96	-
Intergovernamentais	535.949,96	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	535.949,96	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.214.076.361,87	-
Ingressos Extraorçamentários	131.050,93	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	734,92	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.213.438.875,13	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.001,68	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOFEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	503.649,01	-
DESEMBOLSOS	-2.186.028.148,11	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.937.686.883,48	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.059.849.278,34	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-1.987.830,64	-
Previdência Social	-865.302.478,92	-
Saúde	-4.472.718,36	-
Trabalho	-432.604,09	-
Educação	-2.558.089,32	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TEBOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
02/03/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOS.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-108.465,09	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-655.031,94	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-2.164.305,16	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-55.181,70	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-170.608.306,84	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-170.486.467,04	-
Outras Transferências Concedidas	-19.838,80	-
Outros Desembolsos das Operações	-78.836.868,81	-
Dispêndios Extraorçamentários	-644.805,72	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-78.291.053,09	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CADA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-30.608.688,17	-
INGRESSOS	38.370,00	-
Alienação de Bens	38.370,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

EMIÇÃO 02/03/2015	PÁGINA 3
----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-30.646.838,17	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-29.613.821,74	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.032.118,48	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.400.730,61	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.928.303,27	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	11.329.033,78	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado

EMISSÃO 02/03/2016 PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.266.869.851,7	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	896.307,28	-
Venda de Mercadorias	468.214,98	-
Vendas de Produtos	9.630,64	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	157.461,67	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	883.772,06	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.039,25	-
Variações Monetárias e Cambiais	34.596,98	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	828.135,82	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.238.846.048,8	-
Transferências Intragovernamentais	2.213.472.825,1	-
Transferências Intergovernamentais	535.949,96	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	34.836.271,77	-
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	22.886.826,02	-
Reavaliação de Ativos	13.962.183,73	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.118.522,54	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.585.218,75	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.889.880,60	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ/Encerrado

EMIÇÃO 02/03/2016 PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	8.133,18	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.891.747,32	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.368.882.298,0	-
Pessoal e Encargos	1.087.242.068,8	-
Remuneração a Pessoal	856.690.858,77	-
Encargos Patronais	169.240.502,90	-
Benefícios a Pessoal	61.035.375,26	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	285.319,90	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	832.108.888,81	-
Aposentadorias e Reformas	665.343.586,50	-
Pensões	165.653.306,51	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.109.770,60	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	180.842.612,88	-
Uso de Material de Consumo	12.421.868,29	-
Serviços	151.446.526,11	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	26.774.118,59	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	128.021,88	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	89.038,63	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.753,74	-
Descontos Financeiros Concedidos	34.229,56	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	104.882.381,88	-
Transferências Intragovernamentais	76.327.923,37	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	19.838,80	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28.514.629,71	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	123.428.818,20	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	111.084.926,13	-
Perdas com Alienação	363.548,47	-
Perdas Involuntárias	477.436,67	-
Incorporação de Passivos	1.595.038,80	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 02/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25205 - FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATÍSTICA - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2014
Desincorporação de Ativos	9.907.868,13	-
Tributárias	362.333,48	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	94.700,47	-
Contribuições	257.633,01	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	72.183,14	-
Custo das Mercadorias Vendidas	138,24	-
Custos dos Produtos Vendidos	72.054,90	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.868.307,01	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	245.720,00	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20.613.587,01	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-83.782.387,36	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2014

Anexo 5 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)						
UG/Gestão: 114601						
Informações sobre os Contratos						
Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Motoboy	96.582.242/0001-00	24/03/2015	23/03/2016	Ensino médio Completo	Encerrado
2011	Telefonista	05.231.661/0001-41	04/01/2011	03/03/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2011	Serviços gerais de apoio	13.134.882/0001-20	22/11/2011	21/11/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2011	Recepção	68.565.530/0001-10	15/08/2011	14/08/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2011	Vigilância monitorada monitoramento eletrônico	03.150.874/0001-13	26/10/2011	25/10/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2011	Limpeza e conservação	06.028.733/0001-10	05/12/2011	05/12/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2011	Motorista	41.102.641/0001-34	02/05/2011	02/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2011	Recepção	66.059.510/0001-42	03/01/2011	03/01/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2011	Telefonista	09.069.299/0001-05	16/11/2011	16/11/2015	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2011	Portaria	09.484.770/0001-21	09/07/2011	09/07/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2011	Limpeza e conservação	07.548.828/0001-28	07/04/2011	06/04/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2011	Copeiragem	00.636.712/0001-00	01/02/2011	31/01/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2012	Copeiragem	12.272.927/0001-60	05/05/2012	04/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Governança	34.125.294/0001-08	05/05/2012	04/05/2016	Superior Completo	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0046-12	11/12/2012	10/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0045-31	11/12/2012	10/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0044-50	11/12/2012	10/12/2016	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção predial	68.565.530/0047-01	11/12/2012	10/12/2016	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado
2012	Call center	68.565.530/0001-10	17/09/2012	16/09/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Serviços gerais de apoio	02.780.863/0001-54	01/06/2012	31/05/2016	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado
2012	Auxiliar de biblioteca	10.446.137/0001-28	01/06/2012	31/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado

Unidade Contratante

Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

UG/Gestão: 114601

Informações sobre os Contratos

Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Pnud	14.268.627/0001-32	13/08/2012	13/08/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2012	Portaria	34.925.479/0001-99	03/12/2012	03/12/2015	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2012	Serviços gerais de apoio	05.206.485/0001-98	27/02/2012	27/02/2017	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Portaria	05.333.566/0001-59	01/06/2012	01/06/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2012	Limpeza e conservação	09.172.237/0001-24	10/07/2012	10/07/2016	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2012	Reprografia	05.333.566/0001-59	26/12/2012	26/12/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2012	Limpeza e conservação	03.325.436/0001-49	01/01/2012	01/01/2017	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2012	Motorista	14.010.744/0001-00	26/11/2012	26/11/2016	Alfabetizado	Ativo Prorrogado
2012	Recepção	13.334.498/0001-70	16/12/2012	15/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2012	Limpeza e conservação	09.484.770/0001-21	01/05/2012	01/05/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2012	Manutenção de veículos manutenção veículos da UE/DF	03.506.307/0001-57	06/02/2012	05/02/2017	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Motorista	09.370.244/0001-30	24/09/2013	22/09/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Ascensorista	17.633.418/0001-39	31/08/2013	30/08/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Governança	35.868.918/0001-31	12/09/2013	11/09/2016	Curso Técnico Completo	Ativo Prorrogado
2013	Portaria	12.272.927/0001-60	01/03/2013	28/02/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Recepção	11.661.499/0001-02	03/09/2013	03/09/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Recepção	09.172.237/0001-24	19/06/2013	18/06/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Limpeza e conservação	09.172.237/0001-24	13/05/2013	12/05/2016	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2013	Motorista	14.601.896/0001-79	20/09/2013	20/09/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Recepção	14.601.896/0001-79	15/01/2013	15/01/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Motorista	04.712.320/0001-25	24/07/2013	24/07/2016	Alfabetizado	Ativo Prorrogado
2013	Motorista	02.738.552/0001-27	04/12/2013	03/12/2016	Alfabetizado	Ativo Prorrogado

Unidade Contratante

Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

UG/Gestão: 114601

Informações sobre os Contratos

Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviços gerais de apoio	14.983.004/0001-41	20/06/2013	19/06/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2013	Manutenção predial	09.438.067/0001-87	03/05/2013	02/05/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2013	Manutenção predial	09.628.278/0001-82	02/01/2013	02/01/2017	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2013	Limpeza e conservação	14.846.479/0001-96	22/11/2013	22/11/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2013	Manutenção predial	10.632.953/0001-26	15/05/2013	14/05/2016	Superior Completo	Ativo Prorrogado
2013	Limpeza e conservação	36.770.857/0001-38	01/07/2013	30/06/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2014	Secretariado	68.565.530/0001-10	20/09/2014	19/09/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Manobrista	68.565.530/0001-10	02/10/2014	01/10/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Serviços médicos	73.887.424/0004-36	03/11/2014	02/02/2017	Superior Completo	Ativo Prorrogado
2014	Vigilância ostensiva	05.234.289/0001-27	03/10/2014	02/10/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Serviços gerais de apoio	07.046.566/0001-01	12/11/2014	11/11/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Portaria	02.589.131/0001-81	01/05/2014	30/04/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2014	Portaria	07.462.424/0001-17	14/05/2014	14/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Portaria	07.462.424/0001-17	14/05/2014	14/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e conservação	19.609.199/0001-88	16/06/2014	16/06/2016	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e conservação	19.609.199/0001-88	16/06/2014	16/06/2016	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2014	Portaria	00.544.298/0001-09	21/10/2014	21/10/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2014	Motorista	09.911.986/0001-26	05/11/2014	05/11/2016	Alfabetizado	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e conservação	14.768.911/0001-78	19/05/2014	19/05/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2014	Vigilância ostensiva	08.711.810/0001-68	09/12/2014	11/02/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Limpeza e conservação	15.312.517/0001-93	18/08/2014	17/08/2016	Sem Exigência	Ativo Prorrogado
2014	Recepção	11.146.580/0001-46	01/12/2014	01/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado

Unidade Contratante

Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

UG/Gestão: 114601

Informações sobre os Contratos

Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Portaria	72.201.379/0001-09	06/10/2014	06/10/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Pnud	04.855.257/0001-86	03/11/2014	03/11/2016	Ensino médio Completo	Ativo Prorrogado
2014	Portaria	26.645.879/0001-12	02/05/2014	17/11/2015	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Prorrogado
2014	Motorista	19.048.341/0001-65	01/09/2014	31/08/2016	Alfabetizado	Ativo Prorrogado
2014	Motorista	04.356.735/0001-03	03/02/2014	02/02/2017	Ensino Fundamental Completo	Ativo Prorrogado
2015	Limpeza e conservação	68.565.530/0001-10	03/04/2015	02/04/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Serviços gerais de apoio operação reprografia e áudio/vídeo	11.395.635/0001-51	14/02/2015	13/02/2017	Curso Técnico Completo	Ativo Normal
2015	Motoboy	02.545.716/0001-08	01/12/2015	30/11/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Serviços gerais de apoio	07.046.566/0001-01	27/05/2015	26/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Portaria	13.224.659/0001-73	03/02/2015	03/02/2017	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	84.038.678/0001-53	19/10/2015	19/10/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Portaria	04.753.848/0001-42	04/12/2015	04/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Vigilância ostensiva	14.585.324/0001-43	02/02/2015	02/02/2017	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Vigilância ostensiva	14.585.324/0001-43	02/02/2015	02/02/2017	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	01.219.144/0001-04	03/12/2015	03/12/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	15.039.942/0001-50	13/07/2015	13/07/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Serviços gerais de apoio	10.842.738/0001-50	20/10/2015	20/10/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Vigilância ostensiva	09.167.445/0001-35	09/12/2015	08/12/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Manutenção predial	08.488.463/0001-56	01/04/2015	31/03/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	08.951.474/0001-20	17/08/2015	16/08/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Pnud	07.545.455/0001-31	01/03/2015	01/03/2016	Ensino Fundamental Incompleto	Ativo Normal
2015	Portaria	08.604.419/0001-64	15/04/2015	15/04/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal

Unidade Contratante

Nome: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

UG/Gestão: 114601

Informações sobre os Contratos

Ano	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Limpeza e conservação	12.607.740/0001-70	01/07/2015	01/07/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	06.094.697/0001-93	28/10/2015	28/10/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Recepção	07.593.524/0001-82	31/07/2015	31/07/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2015	Recepção	01.618.699/0001-10	03/11/2015	02/11/2016	Curso Técnico Completo	Ativo Normal
2015	Limpeza e conservação	01.671.975/0001-04	04/12/2015	17/01/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2015	Portaria	15.351.310/0001-28	08/05/2015	07/05/2016	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2016	Serviços gerais de apoio	00.441.200/0001-80	01/01/2016	31/12/2016	Sem Exigência	Ativo Normal
2016	Vigilância ostensiva vigilância sede	02.103.266/0001-95	06/01/2016	04/01/2017	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2016	Recepção	03.930.084/0001-50	04/01/2016	04/09/2017	Ensino médio Completo	Ativo Normal
2016	Copeiragem	15.715.620/0001-84	01/02/2016	31/01/2017	Sem Exigência	Ativo Normal

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos/ Diretoria-Executiva do IBGE